

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

GRACIELE MELO DORNELES

**O (DES)CAMINHO DA BINACIONALIZAÇÃO DO ENSINO: A EXPERIÊNCIA DO
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE, CAMPUS SANT'ANA DO
LIVRAMENTO**

**Sant'Ana do Livramento – RS
2022**

GRACIELE MELO DORNELES

**O (DES)CAMINHO DA BINACIONALIZAÇÃO DO ENSINO: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO
FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE, CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração, linha de pesquisa Organização e Desenvolvimento

Orientador: Prof. Dr. Sebastião A. R. Cerqueira-Adão

**Sant'Ana do Livramento – RS
2022**

GRACIELE MELO DORNELES

O (DES)CAMINHO DA BINACIONALIZAÇÃO DO ENSINO: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE, CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração.

Dissertação defendida e aprovada em: 01 de julho de 2022 Banca examinadora:

Prof. Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão Orientador
(Unipampa)

Profa. Dra. Carolina Freddo Fleck (Unipampa)

Prof. Dr. Thiago Antonio Beuron (Unipampa)

Profa. Dra. Patrícia Viera Duarte
(UDELAR)



Assinado eletronicamente por **SEBASTIAO AILTON DA ROSA CERQUEIRA ADAO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/08/2022, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CAROLINA FREDDO FLECK, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/08/2022, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **THIAGO ANTONIO BEURON CORREA DE BARROS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/08/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Patricia Viera Duarte, Usuário Externo**, em 23/08/2022, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0839053** e o código CRC **EF1D1F7B**.

Dedico esta dissertação a meus pais Maria Cleonice e Antônio Sergio, ao meu irmão Ezequiel. E in memoriam as minhas avós Dola e Noêmia.

AGRADECIMENTOS

O ano de 2020 iniciou com a grande expectativa da realização do Mestrado, tudo parecia “normal” até que em março, devido à crise sanitária mundial causada pela pandemia de COVID-19, o mundo todo “parou”. Fomos obrigados a fazer o isolamento social, as atividades de ensino foram suspensas e iniciou-se o ensino remoto emergencial. Passados estes dois anos, retomando todas as atividades presenciais, vou completando um ciclo de aprendizado e de luta, necessário ressaltar que, não foi fácil chegar até aqui, por diferentes motivos. Nunca imaginei fazer o tão sonhado mestrado na modalidade remota, sem contato presencial com os professores e com os colegas, mas foi uma linda experiência, com momentos incríveis de conquistas pessoais e profissionais. E por isso, agradeço por todos os momentos e em especial a algumas pessoas.

Primeiramente agradeço a minha família, aos meus pais Antônio Sérgio e Maria Cleonice, que reconheceram desde cedo que a educação poderia transformar nossas vidas e lutaram bravamente por isso, mesmo quando muitos duvidavam dizendo que não seria possível e que era uma loucura. Obrigada ao meu irmão Ezequiel, que me ajudou em vários momentos desde meu tradutor até a assistente de informática e principalmente por sempre me ouvir quando precisa falar e contar sobre as experiências do mestrado.

Agradeço também ao meu orientador, profº. Sebastião, por todos os momentos, pela paciência, as orientações, conselhos e incentivos. Por estar sempre acessível, por me conduzir a desbravar a pesquisa sobre a internacionalização e binacionalização do ensino. E agradeço também, ao Observatório de Gestão Universitária para a Inclusão e Desenvolvimento do Pampa.

Agradeço à Unipampa, onde me graduei em Serviço Social, me possibilitando a conquista de ser servidora pública no cargo de Assistente Social no Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Sant’Ana do Livramento. E agora novamente me possibilita a conquista do Mestrado. Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Obrigada à turma 2020 do PPGA, que mesmo não nos conhecendo pessoalmente e presencialmente se mostrou solidária e empática em diferentes momentos. Obrigada também a todos os professores do PPGA, que desbravaram o ensino remoto, com aulas síncronas e

assíncronas, que se dedicaram e se dedicam diariamente a promover um ensino público de qualidade.

Muito obrigada ao IFSul Campus Sant'Ana do Livramento, por todas as vivências diárias para promover a binacionalização do ensino nesta fronteira. Obrigada aos servidores e estudantes que participaram desta pesquisa, formalizando o meu sonho a se materializar, nesta dissertação. Agradeço também a minha colega e amiga Martha que viveu a dissertação comigo sempre me incentivando e compartilhando diariamente as lutas, as pressões, as dificuldades e as conquistas desse ensino binacional. E que se emociona com minhas lutas e conquistas. A você muito obrigada!

Agradeço também a outras queridas pessoas que se fizeram presente e de alguma forma me deram força e me ajudaram a continuar.

Meus sinceros agradecimentos a todos, por possibilitarem essa experiência desafiadora que chega ao fim, promovendo meu crescimento pessoal e profissional. E principalmente abrindo caminhos para novas conquistas e experiências.

Muito Obrigada!

RESUMO

Este estudo faz uma contextualização da internacionalização do ensino no Brasil e a construção de seus indicadores, bem como da gestão universitária. Para tanto, tem como objetivo geral, compreender a binacionalização e a gestão universitária do ensino no Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul Campus Sant'Ana do Livramento na fronteira entre Brasil e Uruguai. E como objetivos específicos: entender a importância do Instituto Federal Sul-rio-grandense para Sant'Ana do Livramento; propor uma base de indicadores para a binacionalização do ensino, na fronteira Brasil e Uruguai; analisar a gestão universitária no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento, fronteira Brasil e Uruguai. Como método de pesquisa, realizou-se um estudo de caso qualitativo de caráter exploratório, assim a coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com servidores do campus e da reitoria e estudantes do campus, além da análise documental e observação participante com diário de campo. Como resultados, observou-se como acontece a gestão universitária de um campus que foi criado com a proposta de ser binacional e atender a região fronteira entre Brasil e Uruguai. Além disso, foi proposto uma base de indicadores para a binacionalização do ensino considerando a realidade de um campus binacional. E por fim, de acordo com a pesquisa identificou-se que há poucas conceituações para a binacionalização do ensino, por isso apresentou-se um conceito no qual a binacionalização do ensino é: O desenvolvimento de um sistema de ensino, reconhecido pelos países envolvidos e promovido por instituições de educação em regiões de fronteiras ou cidades gêmeas fronteiriças, fomentando a interculturalidade, a integração social, educacional a partir de políticas e legislações comuns.

Palavras chaves: Internacionalização do ensino; binacionalização do ensino; gestão universitária; IFSul; Fronteira Brasil e Uruguai.

ABSTRACT

This study contextualizes the internationalization of teaching in Brazil and the construction of its indicators as well as the university management. Therefore, it has as general objective the comprehension of the binationalization and the university management of teaching in Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul Campus Sant’Ana do Livramento on the border between Brazil and Uruguay. And as specific objectives: the understanding of the importance of Instituto Federal Sul-rio-grandense for Sant’Ana do Livramento; the proposal of a base of indicators for the binationalization of teaching on the border between Brazil and Uruguay; the analysis of the university management in IFSul Campus Sant’Ana do Livramento, border Brazil and Uruguay. As research method, a qualitative and exploratory case study was carried out, for this reason the data collection was done by means of semi-structured interviews with workers, the rectory and students of the campus, in addition to documentary analysis and participant observation with field diary. As results, it was observed how the university management of a campus, which was built with the proposal of being binational and assisting the border between Brazil and Uruguay, happens. Besides, a base of indicators was proposed for the binationalization of teaching considering the reality of a binational campus. And finally, according to the research it was identified that there are few conceptualizations for the binationalization of teaching, so a concept was presented in which the binationalization of education is: The development of an education system, recognized by the countries involved and promoted by educational institutions in border regions or border twin cities, fostering interculturality, social and educational integration based on common policies and legislation.

Keywords: Internationalization of teaching; binationalization of teaching; university management; IFSul; Border Brazil and Uruguay.

RESUMEN

Este estudio hace una contextualización de la internacionalización de la enseñanza en Brasil y a la construcción de sus indicadores, bien como de la gestión universitaria. Para tanto, tiene como objetivo general, comprender la binacionalización y la gestión universitaria de la enseñanza en el Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul Campus Sant'Ana do Livramento en la frontera entre Brasil y Uruguay. Y como objetivos específicos: entender la importancia del Instituto Federal Sul-rio-grandense para Sant'Ana do Livramento; proponer una base de indicadores para la binacionalización de la enseñanza, en la frontera Brasil y Uruguay; analizar la gestión universitaria en IFSul Campus Sant'Ana do Livramento, frontera Brasil y Uruguay. Como método de investigación, se realizó un estudio de caso cualitativo de carácter exploratorio, así la recolecta de datos se dio por medio de entrevistas semi estructuradas realizadas con trabajadores del campus y de la rectoría y estudiantes del campus, además del análisis documental y observación participante, con diario de campo. Como resultados, se observó como ocurre la gestión universitaria de un campus que fue creado con la propuesta de ser binacional y atender a la región fronteriza entre Brasil y Uruguay. Además de eso, se propuso una base de indicadores para la binacionalización de la enseñanza considerando la realidad de un campus binacional. Y por fin, de acuerdo con la investigación se identificó que hay pocos conceptos para la binacionalización de la enseñanza, por eso se presentó un concepto temporario en el cual la binacionalización de la educación es: El desarrollo de un sistema educativo, reconocido por los países involucrados y promovido por las instituciones educativas. instituciones en regiones fronterizas o ciudades fronterizas gemelas, fomentando la interculturalidad, la integración social y educativa a partir de políticas y legislaciones comunes.

Palabras clave: Internacionalización de la enseñanza; binacionalización de la enseñanza; gestión universitaria; IFSul; Frontera Brasil y Uruguay.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pilares da internacionalização: “em casa” e internacional.....	14
Figura 2 - Ciclo da Internacionalização.....	35
Figura 3 - Polos dos Campus do Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul.....	52
Figura 4 - Localização do IFSul Campus Sant’Ana do Livramento.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplos de organizações de ensino internacionalizadas.....	17
Quadro 2 - Histórico da educação profissional tecnológica – EPT.....	25
Quadro 3 - Relação de indicadores comparativos de internacionalização entre instituições de ensino superior.....	37
Quadro 4 - Indicadores das condições institucionais para a internacionalização e binacionalização.....	38
Quadro 5 – Entrevistados.....	47
Quadro 6 - Percurso Metodológico.....	49
Quadro 7 - Cronologia dos acordos binacionais IFSul, DGETP-UTU e UTEC	50
Quadro 8 - Perfil dos Servidores Entrevistados.....	54
Quadro 9 - Perfil dos Estudantes Entrevistados.....	57
Quadro 10 - Indicadores para a Binacionalização do Ensino.....	57
Quadro 11 - Indicadores de Binacionalização do Ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento.....	100
Quadro 12 - Instrumento de coleta de dados aplicados aos servidores do Campus e reitoria.....	101
Quadro 13 – Instrumento de coleta de dados aplicado aos estudantes.....	118
Quadro 14 – Instrumento de coleta de dados aplicado aos estudantes.....	119

LISTA DE SIGLAS

CD – Cargo de Direção

CPA – Comissão Própria de Avaliação

DEAP – Departamento de Administração e Planejamento

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DEPEX – Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão

DGETP – UTU- Dirección General de Enseñanza Técnico Profesional

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FCC – Funções de Coordenação de Cursos

FEBITEC – Feira Binacional de Tecnologia

FIC – Formação Inicial e Continuada

FG - Função Gratificada

IFSUL – Instituto Federal Sul rio-grandense

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

MIDES- Ministério de Desarrollo Social

OD – Organização Didática

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

POVE – Plano de Oferta de Vagas de Ensino

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROFUNCIONÁRIO - Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

RUT – Cadastro Único Tributário

UDELAR – Universidad de La República Uruguay

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UTEC – Universidad Tecnológica Del Uruguay

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Problemática	16
1.2 Objetivos.....	19
1.2.1 Objetivo Geral	19
1.2.2 Objetivos Específicos	19
1.3 Justificativa.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 Os Institutos Federais na formação de jovens no Brasil	24
2.2 A Internacionalização do ensino no Brasil.....	30
2.2.1 Indicadores para a internacionalização do ensino	35
2.3 Processos de gestão universitária no Brasil.....	40
2.3.1 A gestão do ensino, pesquisa e extensão	44
3 MÉTODO	47
3.1 Caracterização da Pesquisa	47
3.3 Coleta de dados	49
3.4 Análise de dados	50
4 APRESENTAÇÃO DO CASO ESTUDADO.....	52
4.1 O Instituto Federal Sul-rio-grandense	52
4.2 O IFSul - Campus Sant'Ana do Livramento	54
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	57
5.1 Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa	57
5.2 Os Institutos Federais de Educação e a Inclusão Social na Visão dos Entrevistados	59
5.2.1 Os Institutos Federais e a inclusão social.....	59
5.3 A binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento.....	62
5.3.1 A binacionalização do ensino	62
5.3.2 A parceria para binacionalização do ensino: IFSul, DGETP-UTU e UTEC	66
5.4 A gestão universitária e a binacionalização do ensino	75
5.4.1 A gestão universitária de um campus binacional: o ser diferente.....	75
5.4.2 A matrícula e a diplomação binacional	81
5.4.3 A continuidade da binacionalização do ensino	85
5.4.4 O ensino, a pesquisa e a extensão na binacionalização do ensino	88
5.4.5 O futuro da binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento.....	90
5.4.6 Os desafios da binacionalização do ensino durante a pandemia de COVID-19.....	92
5.4.7 A binacionalização do ensino na visão dos estudantes	96
5.5 O IFSul Campus - Sant'Ana do Livramento e os indicadores da binacionalização do ensino.....	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	120
APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento de Participação em Pesquisa	122

1 INTRODUÇÃO

As organizações de ensino superior têm buscado cada vez mais desenvolver processos de internacionalização de ensino. Cabe destacar que a internacionalização do ensino superior conquista adesão no momento em que grandes universidades começam a ofertar cursos à distância, tendo estudantes em vários países, como foi o caso da Universidad Nacional de Ensino a Distância, com sede em Madrid, presente em outros países como Argentina, Alemanha, Suíça, Inglaterra e até mesmo o Brasil.

Ou seja, tem-se visto de forma mais contundente na segunda década do século XXI a busca pelos processos de internacionalização do ensino superior. Fala-se sobre a importância deste fato na atualidade por discutir-se sobre universidades, ou seja, instituições de ensino superior milenares que, a princípio, foram criadas sob a égide das *Universitas*, com caráter internacional, já na Idade Média, conforme Cerqueira (1996).

Neste sentido, o termo internacionalização “é usado há anos na ciência política e na área governamental, mas sua popularidade no setor da educação realmente cresceu muito apenas a partir do início da década de 1980” (KNIGHT, 2020, p.21). Aliás, Knight (2020) também define dois pilares da internacionalização que são, a internacionalização “em casa” e internacional, exemplificado na Figura 1, abaixo.

Figura 1: Pilares da internacionalização: “em casa” e internacional



Fonte: (KNIGHT, 2020, p.32)

Cabe evidenciar, ainda que existam pilares e definições é importante reconhecer que cada instituição deve observar o seu espaço, suas necessidades, benefícios e riscos, pois sua implementação será diferente em cada lugar. Desta forma, seguindo a perspectiva de Maués e Bastos (2017, p. 335-336):

Ao se analisar a internacionalização da educação superior, sobretudo em contexto de globalização, deve-se observar três aspectos importantes: a) a forma como a internacionalização ocorre, se em um processo de troca, chamada de horizontal, ou de submissão e até mesmo de exploração, denominada de vertical; b) a internacionalização desenvolvida internamente ou em casa; c) a internacionalização desenvolvida no exterior.

Ademais, na perspectiva de Stallivieri (2002a), os acordos de cooperações entre as universidades encurtam as distâncias entre as comunidades acadêmicas e esse movimento, com grandes avanços científicos e tecnológicos, conseqüentemente, irão possibilitar a efetiva integração entre os povos. Na visão desta autora, as universidades que aderem aos processos de internacionalização se colocam na vanguarda de formar, efetivamente, pessoas preparadas para atuarem em qualquer parte do planeta.

A saber, ao se abordar a internacionalização em um contexto fronteiriço, como a fronteira entre Brasil e Uruguai, especificamente na junção entre as cidades Sant'Ana do Livramento/RS, no Brasil e a cidade de Rivera, na região noroeste do Uruguai, é importante saber que na atualidade existe apoio das comunidades acadêmicas locais pela internacionalização. À vista disso, considerando as relações próprias e distintas de uma fronteira seca, Dorfman (2009, p.71) explicita:

Muitas das práticas dos habitantes dessas cidades lançam mão de cálculos que consideram a condição fronteiriça. Desde o nascimento, passando pelo casamento e até a morte; na saúde e na educação; na produção e no consumo de bens materiais e imateriais (religião, língua, arte, folclore), em muitos tipos de ação política, as estratégias são pensadas e executadas levando em consideração as possibilidades presentes em ambos os lados da fronteira. Deve-se ressaltar: “praticando” a fronteira, agindo como fronteiriço, como o habitante de um lugar em que as possibilidades se multiplicam pelo agenciamento da diferenciação originada na construção dos territórios nacionais.

Diante disso, considerando as possibilidades desta fronteira e seguindo a perspectiva de “praticar a fronteira”, buscou-se implantar uma iniciativa de binacionalização do ensino, a partir de ações de atores sociais locais e instituições de educação. Iniciou-se assim, a construção de uma nova visão sobre a fronteira, unindo a região e as culturas, sendo este um

projeto que busca romper com a cultura nacionalista e centralista da educação, levando novas oportunidades e contextos a regiões periféricas, marcadas até hoje pelo contrabando, como é o caso de Sant'Ana do Livramento e a cidade de Rivera. “A fronteira, enquanto limite altamente permeável, estaria na origem da decadência, tanto pelo afastamento ao centro nacional, como pela proximidade à terra estrangeira e pela presença de forasteiros” (DORFMAN, 2009, p.58).

Neste sentido, este estudo partiu do princípio de que a binacionalização do ensino pode ser uma nova categoria emergente da internacionalização. Em que as universidades que aderem à internacionalização procuram, segundo Santos (2020), desenvolver políticas e práticas docentes com vistas à integração. Com isso, reconhece-se que a internacionalização do ensino é um processo de integração social, cultural e educacional, que busca promover a interculturalidade nos espaços de ensino

Por conseguinte, por ser uma categoria em construção a binacionalização do ensino ainda não possui uma conceituação própria, e esbarra em muitas dificuldades por romper com a lógica hegemônica. Como por exemplo, as legislações e organização dos países que não reconhecem os espaços fronteiriços como potenciais e únicos para novos projetos e ações.

Por fim, este estudo buscou ampliar os referenciais teóricos e contribuir com a construção desta possível nova categoria teórica a binacionalização do ensino. A seguir apresenta-se a problemática desta pesquisa.

1.1 Problemática

Tomando-se por alguns momentos o MERCOSUL como pano de fundo, os esforços envidados por instituições de ensino superior brasileiras, uruguaias, argentinas e mesmo paraguaias, parecem capazes de possibilitar na Região a formação de profissionais que possam se deslocar de um país para outro, com a aceitação de seus diplomas universitários nos países que compõem o Bloco e assim promover o desenvolvimento tecnológico do Cone Sul.

Desta forma, torna-se primordial a construção de referenciais teóricos que explicitem estas experiências e contribuam com a construção teórica da binacionalização do ensino. Sendo assim, em uma busca por algumas bibliotecas eletrônicas nacionais e no periódico CAPES, identificou-se poucos trabalhos produzidos com o tema da Internacionalização do Ensino. Primeiramente o termo utilizado para busca foi a internacionalização do ensino

contida em títulos de pesquisa acadêmicas, em seguida buscou-se pela binacionalização do ensino, o quadro 1 abaixo demonstra os resultados encontrados:

Quadro 1: Internacionalização e binacionalização em bases de dados

Termos	Biblioteca Eletronica SPEEL - SPELL Sientific Periodicals Eletronic Libray	Biblioteca Eletrônica Científica Online – SciELO	SCOPUS	Periódicos CAPES
Internacionalização do ensino	4	77	11	2.824
Binacionalização do ensino	0	0	0	0

Fonte: SPELL (2022); SciELO (2022); SCOPUS (2022); Periódicos CAPES (2022)

Desta forma, os dados obtidos demonstram que existem poucas produções registradas nas bibliotecas citadas sobre a internacionalização do ensino. Em relação a binacionalização do ensino, não foi encontrado resultado em nenhuma das bases de dados citadas e pesquisadas, demonstrando a necessidade de maior exploração teórica sobre este tema, comprovando que é uma categoria em construção.

Ainda sobre a produção teórica e acadêmica, cita-se as produções próprias do IFSul, e um ebook que conta com relatos de experiências dos servidores do IFSul Campus Sant'Ana do Livramento que tem como título “Cursos Binacionais: relatos de uma experiencia”, publicado em 2015. Outro antecedente de referencial é a pesquisa intitulada: “La oferta de educación terciaria tecnológica: caracterización de los modelos de Gestión institucional desde la perspectiva de los estudios comparados, produzido pelo Núcleo de Estudios e Investigaciones em Educacion Superior del Mercosur, publicado em 2022.

Desta forma, a fim de ampliar a discussão e o referencial teórico a problemática deste estudo recai no fato de compreender a gestão universitária no Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul, com uma proposta de instituição de ensino binacional na fronteira entre Brasil e o Uruguai. Em 2011, começaram as atividades do IFSul, ofertando cursos técnicos na modalidade subsequente para quem já possuía o ensino médio completo e buscava uma profissionalização. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, como a Resolução do Conselho Nacional de Educação nos termos da Lei nº 9.394/96 (LDB) e alterada pela Lei nº 11.741/2008, os Cursos Técnicos abrangem:

I - Formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

III - Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação.

Parágrafo único. As instituições de Educação Profissional e Tecnológica, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para o trabalho, entre os quais estão incluídos os cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando-se a matrícula à capacidade de aproveitamento dos educandos e não necessariamente aos correspondentes níveis de escolaridade.

Art. 3º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica.

Bem como, em 2014 o IFSul passou a ofertar o Ensino Médio Integrado, com as disciplinas propedêuticas do ensino médio e as disciplinas técnicas de acordo com os cursos de Informática para Internet, Eletroeletrônica e Sistemas de Energia Renovável. Em 2019, iniciou o primeiro curso Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas no Campus e Mecatrônica no polo da UTEC em Rivera.

Para tanto, o IFSul Campus Sant'Ana do Livramento possui uma característica diferente frente a outras organizações, pois foi criado para ser binacional visando atender à população da fronteira, brasileiros e uruguaios de forma igualitária. Suas vagas são destinadas 50% para estudantes brasileiros por meio do vestibular e 50% para os estudantes uruguaios com inscrições e sorteio nas organizações parceiras. Para isso acontecer foi realizada uma parceria com Dirección General de Enseñanza Técnico Profesional – DGETP-UTU, instituição de ensino técnico uruguiaia, onde também são ofertados cursos técnicos binacionais na modalidade subsequente e integrado com a divisão de vagas entre brasileiros e uruguaios.

A saber, no ano 2015, ampliando a binacionalização do ensino estabelece-se um acordo binacional com a Universidad Tecnológica del Uruguay - UTEC, para oferecer cursos tecnólogos binacionais, oportunizando e promovendo a verticalização e a internacionalização do ensino.

Além disso, os estudantes brasileiros e uruguaios podem participar do processo de concessão de auxílios do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, como auxílio alimentação, moradia e transporte, concedidos por meio de edital e de estudo socioeconômico. Além das bolsas de ensino, pesquisa e extensão, sendo que alguns desses projetos são desenvolvidos nas duas cidades/países. O que confirma que todas as ações desenvolvidas dentro do campus têm o caráter binacional, possibilitando a igualdade de condições para a permanência e o êxito de todos os estudantes. Com isso, este estudo

apresenta como problemática de pesquisa: Como compreender a binacionalização e a gestão universitária do ensino no Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul Campus Sant'Ana do Livramento na fronteira entre Brasil e Uruguai?

1.2 Objetivos

Para responder o questionamento acima, são propostos os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender a binacionalização e a gestão universitária do ensino no Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul Campus Sant'Ana do Livramento na fronteira entre Brasil e Uruguai.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Entender a importância do Instituto Federal Sul-rio-grandense para Santana do Livramento/RS.
- b) Propor uma base de indicadores para a binacionalização do ensino, na fronteira Brasil e Uruguai;
- c) Analisar a gestão universitária no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento, fronteira Brasil e Uruguai.

1.3 Justificativa

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de ter como objeto um tema em constante construção em termos científicos que é a internacionalização do ensino. Outrossim, este estudo justifica-se também por buscar compreender a gestão de uma organização de ensino, que segundo Etizioni (1967), pode ser considerada uma organização complexa.

De acordo com Etizioni (1967, p.13):

As ORGANIZAÇÕES COMPLEXAS representam um dos elementos mais importantes no contexto social das sociedades modernas. Em geral os cidadãos das sociedades modernas nascem em hospitais, são educados em escolas, trabalham em uma ou outra organização e, de acordo com sua participação em atividades político-religiosas, também com frequência ocupam lugares nas organizações complexas.

Em resumo, os membros das sociedades modernas tiram grande parte de sua satisfação, material, social e cultural de organizações feitas em grande escala. O caminho para a compreensão do homem moderno e da sociedade em que vive conduz, portanto, ao estudo das organizações complexas.

A universidade como organização complexa, seguindo a definição de Baldrige (1969), é uma pessoa corporativa com responsabilidades públicas, com uma hierarquia, diferentes setores e departamentos e com um regimento que detalha as funções de cada um. Ainda é complexa por reunir em seu espaço diferentes setores, departamentos, servidores com diferentes formações acadêmicas, a gestão do ensino, da pesquisa e extensão, e além disso os anseios, desejos e expectativas de cada estudante. Neste sentido, a universidade possui uma relação complexa e subjetiva regida pela burocracia e por regulamentos que mantêm a execução dos seus trabalhos.

Desta forma, Kerr (1982, p.31), ao falar da universidade como organização complexa aborda que:

Ela também é um sistema de governo, com uma cidade ou uma cidade-Estado: a cidade-Estado da multiversidade. Pode ser inconsciente, mas deve ser governada – não como a corporação que ela já foi, mas como uma entidade complexa com poder muito fracionado e vários são os concorrentes a esse poder.

Bem como, soma-se a esta complexidade o jogo de poder e as decisões tomadas por um colegiado que em alguns casos levam em conta as relações políticas e vontades pessoais, não considerando o conjunto de pessoas envolvidos na universidade. Por isso, “teremos que “equilibrar” os desejos individuais dos docentes com os de suas humanidades; a pesquisa, com o ensino; o preparo de pós-graduação com a educação em nível de graduação; o mérito com a política; o julgamento de especialistas com as fórmulas gerais” (KERR, 1982, p.52).

Porquanto, este estudo adotou o conceito de gestão universitária, mesmo que seu objeto seja um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Isso se justifica pelo fato dos Institutos Federais, desempenharem o ensino, pesquisa e extensão, além de propiciar os níveis de educação básica, técnico e tecnológico (graduação), e pós-graduações a nível de mestrado e doutorado. Conforme a Lei Nº 11.982 de 2008, tem se que:

Artigo 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

VI: ministrar em nível de educação superior:

- a) Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) Cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) Cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Artigo 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º.

Com a interiorização da educação foi possível levar a educação profissional e tecnológica para lugares “esquecidos” e negligenciados pelo poder público. Um desses lugares foi a região de fronteira entre Brasil e Uruguai especificamente nas cidades de Sant’Ana do Livramento e Rivera, onde foi implantado o primeiro Instituto Federal Binacional que atende estudantes brasileiros e Uruguaios de forma igualitária.

Ademais, os Institutos Federais têm como objetivo possibilitar uma educação pública, crítica, emancipatória e de qualidade a todos os estudantes. Seu papel é de formação social, levando em conta o espaço em que se está inserido, por isso, tem como função, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI (2020, p. 19), “implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social”.

Em vista disto, pode ser acrescentado a sua missão e a sua função social a internacionalização do ensino, pelo fato de promoção de um saber integrado a novas culturas. Segundo Struckes e Baumgratz (2020, p.65), “nas últimas décadas, a internacionalização universitária ganhou destaque nas estratégias de projeção das instituições de ensino em razão da compreensão de que os conhecimentos produzidos localmente adquirem, cada vez mais, contornos globais”. Assim, a internacionalização nasce como enfrentamento à globalização, por isso as organizações de ensino a buscam para disseminar o conhecimento em diferentes realidades. Assim, a internacionalização busca desenvolver a organização de ensino e

consequentemente a região onde se está inserido, ultrapassando os muros das fronteiras espaciais e do conhecimento.

Salienta-se que, a experiência de binacionalização de ensino do IFSul Campus Sant'Ana do Livramento, tem-se tornado modelo para outras iniciativas semelhantes. A saber, cita-se a reportagem do Jornal Diário Popular da cidade de Pelotas/RS intitulada “IFSul como referência na educação binacional: Campus Santana do Livramento recebe visita de comitiva amazonense sobre projeto de ensino Brasil-Uruguai”. A comitiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas buscava entender como se dá a binacionalização entre IFSul, DGETP-UTU e UTEC. E assim, conhecer os processos de gestão para também buscar a binacionalização com os países vizinhos, fronteiriços com o estado do Amazonas.

Bem como, os resultados encontrados podem servir de base para os gestores do IFSul para dimensionamento das dificuldades e de novas possibilidades para a efetivação e fortalecimento do ensino binacional na região de fronteira. E por fim, poderá contribuir com futuras pesquisas sobre a binacionalização e internacionalização do ensino e gestão universitária.

Em uma breve busca encontrou-se algumas pesquisas científicas á nível de mestrado e doutorado com o tema da binacionalização do ensino. A Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica criou em 2016 o programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, sendo um Mestrado profissional em rede Nacional com turmas em diferentes Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia do país. A partir disso, até o momento foram apresentadas duas dissertações neste programa com os seguintes temas: Realidades Transformables: grupo de alunos uruguaios de um campus binacional (2020) e Evasão ou permanência na educação profissional tecnológica? Um estudo de caso no IFSul-rio-grandense - Campus Sant'Ana do Livramento.

A fim de ampliar e construir referenciais teóricos e percebendo que há poucas produções com este tema, reforça-se que a presente pesquisa se torna relevante no sentido de analisar uma realidade que vem ganhando espaço e compreender como a binacionalização do ensino materializa-se.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresenta-se a fundamentação teórica construída para embasar esta pesquisa. Aborda-se primeiramente os Institutos Federais na formação de jovens brasileiros, destacando a sua criação e a dualidade na educação, até a criação da rede de Institutos Federais em 2008. Em seguida, trata-se da internacionalização do ensino no Brasil, com sua conceituação e a importância de uma base de indicadores. E por fim, a gestão universitária, sua conceituação, processos e a sua necessidade para o desenvolvimento da organização como um todo.

2.1 Os Institutos Federais na formação de jovens no Brasil

A educação brasileira foi marcada por ser um espaço das classes médias e altas, não havia investimento e nem oportunidades para as classes de menor poder aquisitivo. Com a Constituição Federal de 1988 a educação é reconhecida como direito social, conforme Brasil (1988), Art. 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Apesar de ser reconhecida como direito social, ainda persistem as dificuldades, a falta de investimentos e a dualidade educacional. Neste contexto, a dualidade está expressa na separação entre a educação para o trabalho intelectual e para o trabalho manual, mesmo após as reformas na Política de Educação, assim Ramos (2008, p. 2), destaca que:

Vemos, então, que a história da dualidade educacional coincide com a história da luta de classes no capitalismo. Por isso, a educação permanece dividida entre aquela destinada aos que produzem a vida e a riqueza da sociedade usando sua força de trabalho e aquela destinada aos dirigentes, às elites, aos grupos e segmentos que dão orientação e direção à sociedade. Então, a marca da dualidade educacional do Brasil é, na verdade, a marca da educação moderna nas sociedades ocidentais sob o modo de produção capitalista.

Segundo Campello (2008), a dualidade estrutural expressa a fragmentação da escola, dividindo os caminhos da educação de acordo com a classe social. Não obstante, a educação profissional técnica foi criada para atender aos filhos dos operários, com a intenção de dar a eles uma formação para o mercado de trabalho. Desde o surgimento das primeiras escolas técnicas, a dualidade entre a educação para as camadas populares e para os detentores de

posses e poder existiu. Desta maneira, Campello (2008, p.136-137), aborda que, “essa diferenciação se concretizou pela oferta de escolas de formação profissional e escolas de formação acadêmica para o atendimento de populações com diferentes origens e destinação social”. A partir disso, criou-se a separação da educação para o pensar e a educação para o executar, demarcando os interesses da sociedade em formar os filhos dos operários apenas para o mercado de trabalho, executando tarefas rotineiras e repetitivas.

Desta forma, para Pereira e Cruz (2019), a educação profissional esteve permeada por duas concepções, a defesa da qualificação para o trabalho articulada a uma visão crítica, humanística e holística por um lado e, de outro, a capacitação numa visão empresarial restrita às demandas de produtividade e rentabilidade do capital.

Com essa dualidade os interesses e as exigências do processo de produção e do desenvolvimento do país parecem ser atendidos. A educação assim, buscava atender às necessidades dos detentores do capital e deixava a população à mercê das necessidades econômicas do país. Diante disto, fomentava-se a separação da educação para o trabalho intelectual e manual aumentando, conseqüentemente, as desigualdades sociais, conforme Schlemper Jr. (1989).

Perante isto, no início de sua criação as escolas técnicas mantiveram o propósito de formar para atender a linha de produção das empresas e contribuir com o desenvolvimento do país. Logo, nota-se que a economia, o desenvolvimento e a educação sempre tiveram fortes ligações, dependendo de ações conjuntas. Apesar desta ligação apenas beneficiar quem possuía bens e dinheiro, visto que a população pobre recebia uma educação fraca e voltada apenas para executar tarefas nas fábricas. Do mesmo modo, Nascimento, Cavalcanti e Ostermann (2020, p.171), observam:

A educação, portanto, constitui parte da estrutura social dominante, na medida em que fornece os elementos básicos necessários ao processo produtivo e também os requerimentos ideológicos para a funcionalidade socioeconômica da sociedade, mantendo as condições produtivas, a viabilidade política da ordem social e a regulação relativa da composição geradora de escolarização e profissionalização da força de trabalho.

Mediante o exposto, nas últimas décadas as discussões sobre dualidade na educação profissional ganharam espaço, mas encontraram em seu caminho muita resistência. Sendo que, a cada nova legislação as discussões acirravam-se, mas ainda permanecia o caráter de dualidade devido aos interesses dos governantes do país e da produção econômica.

No quadro 2 é apresentado um breve histórico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil:

Quadro 2 - Histórico da Educação Profissional Tecnológica – EPT

1909	Promulgação do Decreto nº 7566/1909 que criou dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”. Tornando-se a primeira experiência brasileira de ensino profissional.
1930	A educação técnica transforma-se em uma necessidade de caráter econômico para impulsionar a industrialização
1940	Acontece a “Reforma Capanema” que criou uma legislação única para a Educação, reformando o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola.
1950-1960	Educação sofre forte influências da ideologia do desenvolvimento e da modernização.
1961	Lei 4.024/61 Lei de diretrizes e bases da educação torna equivalente os cursos profissionais e propedêuticos.
1971	LDB 5.692/71 tornou obrigatório o ensino técnico profissional, criando grandes contingentes de trabalhadores.
1996	LDB 9.394/96 a educação profissional passaria a perpassar diferentes níveis de ensino, proibindo-se a formação integrada.
2008	Lei 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Conforme o quadro 2, demarca-se o caráter de manutenção da ordem social e dos interesses econômicos do país fortalecidos e mantidos pela qualidade da educação fornecida. Sendo assim, nota-se que as intenções econômicas permanecem na Política de Educação, mesmo com muitas mudanças e legislações os interesses de manutenção da ordem social sobressaem-se diante da função social da educação.

Bem como, a partir do ano de 2008 iniciou-se o processo de expansão de instituições federais de ensino como as Universidades Públicas Federais e os Institutos Federais, com objetivo de expandir, ampliar e interiorizar a educação pública promovendo a democratização e a ampliação do acesso ao ensino público. Esta expansão foi fruto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Porquanto, para Campos e Carvalho (2014), o Programa surgiu com a intenção do governo federal em promover Expansão e Reestruturação das Universidades Federais na perspectiva de uma educação superior inclusiva e da redução das desigualdades regionais por meio da ampliação do investimento com o ensino superior público.

Cabe destacar que o REUNI, enquanto política de expansão do ensino superior no Brasil, teve importância considerável para levar este nível de ensino a áreas do país desprovidas de ensino público federal. Diante disto, na visão de Borges e Aquino (2012, p.

132), o REUNI, “além do aumento de ofertas de vagas nos cursos de graduação, busca o aumento de ofertas de cursos no noturno, as inovações pedagógicas e o combate à evasão, cuja meta é atenuar as desigualdades sociais no país”. Sendo assim, a implantação do REUNI, buscava a democratização da educação, por meio da interiorização das universidades e institutos federais, do aumento de vagas e cursos e conseqüentemente promover um enfrentamento as desigualdades sociais.

Para tanto, em 2008 é sancionada a lei nº 11.892, que instituiu a rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando e reformulando Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica no país. Segundo Brasil (2008, p. 1):

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas, nos tempos desta lei.

De acordo com Pereira e Cruz (2019), a expansão ocorreu em três etapas a fase I, implantou 64 novas instituições; fase II 150 e fase III 208 unidades, seguindo os critérios de localização. Esta iniciativa de criação e interiorização dos Institutos Federais visou possibilitar a inclusão social por meio da educação fornecendo uma educação técnica gratuita e de qualidade. Sendo reconhecida como uma fonte de embate à dualidade e à distinção entre a educação para o trabalho manual e para o trabalho intelectual, pois tem o objetivo de formar cidadãos que possam compreender criticamente a realidade e se inserir no mercado de trabalho. Com isto, ainda segundo Pereira e Cruz (2019, p. 5):

O efeito combinado da capilaridade e da interiorização no processo de expansão da educação profissional provocou mudanças na configuração da Rede Federal no território brasileiro, sendo determinante para a territorialização desta política educacional. A aderência territorial faz com que o conjunto das instituições da Rede potencialize suas ações no ensino, na pesquisa e na extensão, para contribuir na dinâmica das diferentes regiões brasileiras, buscando articular e integrar, em múltiplas escalas espaciais, as potencialidades locais nos territórios ainda não contemplados pelo movimento econômico dominante no país com os programas e equipamentos educacionais e produtivos.

À vista disso, os Institutos Federais seguem os pressupostos de uma educação para a inclusão social e para o desenvolvimento da região onde estão inseridos, contribuindo com o fortalecimento e o crescimento da comunidade. Logo, os Institutos Federais não têm apenas o

objetivo de formar profissionais técnicos, mas de formar cidadãos críticos e conscientes dos espaços que possuem para exercer a cidadania. De acordo com Pacheco (2020b, p.7-9), são objetivos dos Institutos Federais:

1. Oferta de uma educação pública, democrática de qualidade e gratuita, que sirva de referência a outras escolas publicas, especialmente de ensino médio;
2. Através de itinerários formativos, possibilitar as classes e camadas sociais historicamente excluídas, a progressão de seus estudos e a redução de barreiras ente os níveis e modalidades de ensino;
3. Trabalhar Ensino, Pesquisa e Extensão articuladamente com a realidade socioeconômica e as necessidades do território onde está inserido (territorialidade). O território é o ponto de partida e de chegada. Ensino libertador, pesquisa produtora de novos conhecimentos tecnológicos passíveis de serem transformados em extensão e que ajude a transformar a vida das pessoas;
4. Estabelecer, através de uma educação democrática, uma cultura democrática. A construção da Lei 11.892 (29\12\2008) já adotou uma metodologia democrática, sendo definida coletivamente com os dirigentes do CEFETs. Agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades. Passou pelo debate sobre o número de institutos, a localização das reitorias e dos campi, a definição dos cursos a serem ofertados através de discussão com as comunidades e a livre adesão dos CEFETs, Agrotécnicas e vinculadas as Universidades;
5. Eleições diretas, paritárias e uninominais para os dirigentes e autonomia dos campi. Há, portanto, uma cultura democrática no DNA dos IFs. Uma instituição democrática teria que necessariamente, constituída de forma democrática;
6. Criar uma cultura de atuação em Rede, como forma e estrutura de funcionamento e organização, interagindo e o laborativamente “construindo a trama de suas ações tendo como fios as demandas de desenvolvimento socioeconômico e o desenvolvimento social” (Pacheco, E. Institutos Federais. Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. São Paulo, 2011, ed. Moderna, p. 57). Opõe-se desta forma a cultura isolacionista e individualista, muito forte na universidade clássica;
7. Vertebrar o Ensino Médio em nosso país, estabelecendo vínculos com as escolas públicas, especialmente, as de Ensino Médio, compartilhando espaços, equipamentos e contribuindo na formação de docentes. As licenciaturas tem um papel central, neste objetivo;
8. Estabelecer vínculos com os Movimentos Sociais, por reconhecer neles fontes de conhecimentos através de sua práxis;
Estabelecer vínculos com as comunidades onde os campi estão localizados, participando da vida destas e contribuindo para o enfrentamento e solução de seus problemas;
9. Implementar a Certificação de saberes não formais adquirido ao longo da vida, podendo, inclusive, acreditar outras instituições para a mesma tarefa.

Deste modo, reconhece-se a função social dessas organizações de ensino, de cumprir seu papel nas regiões mais longínquas do país, por tanto tempo negligenciadas. Ademais, segundo a lei de criação os IFs são organizações de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, pois estão espalhados por diversas cidades e regiões, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas

práticas pedagógicas. Atendem assim, diferentes comunidades e culturas, podendo influenciar e contribuir com o desenvolvimento local.

Conforme Máximo (2020), a expansão da educação profissional cumpriu papel importante na ampliação do acesso à escolarização em nível profissionalizante, no ensino técnico, tecnológico e também no ensino superior, tanto no bacharelado quanto nas licenciaturas. Entretanto, interiorizar a educação não é suficiente para manter os estudantes dentro dos espaços acadêmicos e democratizar a educação. É essencial fornecer condições para os estudantes permanecerem no ensino. Por isso, em 2010 foi implantado o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, pelo decreto Nº 7.234/2010 que estabelece:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Corroborar-se a visão de Dias Sobrinho (2010d, p. 1226), “acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de “democratização”. Desta forma, o PNAES, foi um importante passo para o desenvolvimento de ações de permanência para os estudantes, primeiramente criado para atender as Universidades Federais, logo após incorpora os Institutos Federais, e passa a atendê-los financeiramente. Como principais ações fornece auxílios financeiros aos estudantes por meio de avaliação socioeconômica respeitando o limite da renda per capita de 1,5 salário mínimo. De fato, beneficia estudantes em situação de vulnerabilidade social contribuindo para que permaneçam e concluam sua formação, podendo assim transformar a realidade social.

Seguindo a concepção de levar a educação para lugares esquecidos e cumprindo a sua função social, em 2011 foi sancionada a Lei Nº 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio. A partir disto, instituiu-se o sistema de reserva de vagas ou popularmente chamada as “cotas” de renda, étnico racial e para pessoas com deficiência oriundos de escolas públicas. Brasil (2011, p. 1):

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e

indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

À vista disto, a implementação da reserva de vagas buscou garantir que estudantes que não tiveram oportunidade ou condições adequadas de educação, pudessem se inserir em organizações públicas de ensino e assim buscar a formação social, por meio de uma educação de qualidade. Tanto a institucionalização do PNAES quanto a lei de cotas são ferramentas que complementam a interiorização da educação pública, pois visam atender quem sempre esteve à margem da sociedade em condições desiguais de acesso e permanência. Salienta-se assim, as observações de Dias Sobrinho (2010d), as cotas e bônus não necessariamente expandem a quantidade de vagas. Seu propósito maior é promover a inclusão social de alguns grupos marginalizados e o desenvolvimento de algumas regiões periféricas.

Por conseguinte, com o processo de interiorização das Universidades e Institutos Federais de educação, complementados pelo PNAES e pela lei de cotas, o Brasil viveu um período de desenvolvimento das políticas de educação e de enfrentamento da dualidade no ensino entre a educação para pensar e a educação para o executar. A saber, foi um processo que buscou reconhecer as desigualdades sociais e enfrentá-las. No entanto, neste momento da história vive-se um retrocesso devido a configuração política. As conquistas que a expansão da educação pública trouxe, hoje sofrem ataques políticos, e vivem com as incertezas deste cenário que afetam diretamente a expansão e a consolidação das organizações federais de ensino.

2.2 A Internacionalização do ensino no Brasil

A internacionalização no ensino tem se afirmado em diferentes espaços de discussões e ações nas organizações. No Brasil, a possibilidade de iniciar a internacionalização do ensino com o Uruguai foi reconhecida em 1975 com o Decreto Legislativo N°76, de 1975. Este aprovou o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica assinado em 12 de junho de 1975.

Na visão de Knight e De Wit (2007), a internacionalização destina-se a permitir que a universidade e a comunidade universitária compreenda, aprecie e articule a realidade da interdependência entre nações, preparando-os para trabalharem em um contexto internacional.

Sobretudo, os autores ainda especificam quatro abordagens básicas da internacionalização, que não se excluem: a) atividade; b) competência; c) ética; e d) processo.

Em vista disso, para Mueller (2013, p. 24), “a internacionalização surge em decorrência da globalização e se dá por meio da criação de políticas e estratégias institucionais que possibilitam a interação internacional de novos atores sociais baseados no domínio do conhecimento”. O processo de internacionalização nasce como uma forma de enfrentamento às questões postas pela globalização e também aproveitando-se para integrar o mundo, por meio, da educação e do conhecimento. Assim, a interação entre as organizações de ensino possibilita o compartilhamento de vivências entre os estudantes e professores e promove uma nova visão sobre o mundo e suas relações.

Por ser considerado um processo singular, a internacionalização do ensino, sofre ainda com questões conceituais. Nesse contexto, repetidamente quando se fala em internacionalização do ensino logo vem à mente a mobilidade estudantil entre os países. Todavia, a internacionalização expressa-se por diferentes abordagens e compreensões, como aborda Mueller (2013, p.27):

As diferentes abordagens, definições e estudos têm demonstrado que este é um fenômeno com diferentes níveis de valorização e de compreensão que são variáveis em função da região do globo, de aspectos políticos, econômicos e culturais. Dessa forma, a abordagem conceitual da internacionalização das universidades evidencia a necessidade de compreendê-la como processo composto por um conjunto de ações, políticas e estratégias institucionais.

Ademais, segundo Castro e Neto (2012), a internacionalização apresenta uma diversidade de termos como: dimensão internacional, educação internacional, internacionalização da educação superior, educação internacional, cooperação internacional, educação transacional, educação sem fronteiras. Diante disto, a ação que tem maior destaque é a mobilidade estudantil, pois vem sendo desenvolvida a muito tempo, possibilitando a interação dos estudantes e o convívio com novas culturas.

Neste sentido, as diferentes ações buscam integrar o mundo e a educação pela pesquisa, ensino e extensão provocando uma resposta à globalização. Visto que, internacionalizar a educação implica necessariamente na cooperação entre as organizações de ensino, os órgãos públicos, ministério da educação, relações exteriores, que buscarão enfrentar os empecilhos para torná-la viável e efetiva. De acordo com Perrota e Sharpe (2020), parte-se da definição padrão de internacionalização como sendo o processo de

integração à nível nacional/setorial/ institucional, em uma dimensão internacional, intercultural ou global.

Não obstante, a internacionalização do ensino segue construção e vem despertando debates sobre sua implementação, ao internacionalizar-se uma organização desbravará um caminho de incertezas, dúvidas e imprevistos. Corrobora-se, também a busca para enfrentar barreiras e fronteiras disseminando o conhecimento e a integração cultural, para tanto, são necessários estudos e avaliações sistemáticas e contínuas adequando o papel da internacionalização com os objetivos e função da organização e da educação na região onde está inserida.

Neste contexto, a América Latina é um espaço que possibilita a integração entre os seus países, assim existem algumas ações de internacionalização do ensino que estão buscando a consolidação. Viera-Duarte (2018, p.412, tradução nossa), enfatiza que:

Na busca de casos de políticas educacionais fronteiriças na Argentina e no Uruguai, não foram encontradas experiências diferentes de convergência em cidades fronteiriças, exceto algumas tentativas de dupla certificação em algumas carreiras, como, por exemplo, a carreira de Contador Público (compartilhada entre os Universidade da República (Uruguai) e Universidade Nacional de Entre Ríos (Argentina). A partir de 2013, surge a abertura da nova Universidade Tecnológica do Uruguai (UTEC), que em seu Instituto Técnico Regional Sudoeste (ITR), em Fray Bentos (fronteira com Gualeguachú) tem professores argentinos.

Ainda, segundo Viera-Duarte (2018), embora sejam identificadas algumas convergências nas políticas educacionais em diversas regiões de fronteira, os resultados mostram que o maior nível de convergência se dá na fronteira do Brasil com seus países vizinhos e principalmente com o Uruguai. Sendo assim, a internacionalização e binacionalização são processos que estão em construção tanto na América Latina quanto no Brasil e seu reconhecimento como promotora do conhecimento está crescendo, já que nos últimos anos tem aumentado o número de organizações de ensino que desbravam os caminhos da internacionalização.

Por conseguinte, no Brasil com o processo de interiorização das Universidades Federais houve a intenção de buscar a internacionalização do ensino por meio, da criação de novas universidades que tivessem como principal função internacionalizar a educação e romper as barreiras culturais. De acordo com Santos (2017), em 2010 foram criadas a Universidade Federal de Integração da Amazônia (sucédâneo institucional da Universidade

Federal do Oeste do Pará – UFOPA); a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, e a Universidade da Integração Latino-Americana – UNILA. Acrescenta-se ainda a criação de um campus binacional do Instituto Federal-Sul-Rio-Grandense em Sant’Ana do Livramento fronteira com Rivera no Uruguai.

Desta forma, estas novas organizações têm em comum o papel da internacionalização do ensino balizados desde a legislação de criação. Foram criadas, para promover a integração e o rompimento das fronteiras geográficas e do conhecimento, visando cumprir o papel social em localidades antes “esquecidas”. Mas que possuem um potencial para desbravar novas ações e projetos devido a localização de fronteiras e a interação de diferentes povos e culturas.

Diante disto, uma dessas organizações que nasceram para internacionalizar o ensino é a Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. De acordo com, Struckes e Baumgratz (2020), tem como função contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional. A UNILA foi criada pela Lei Nº 12.189/2010, buscando integrar a América Latina e o Mercosul, por isso foi instalada em Foz do Iguaçu, fronteira entre Brasil e Paraguai. Conforme, a Lei Nº 12.189/2010:

A UNILA terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Em vista disso, considera-se que a internacionalização do ensino é um fenômeno social que vem conquistando espaço nas discussões e ações de organizações educacionais, com o objetivo de promover a integração entre os povos. Outra forma de integrar duas nacionalidades é por meio da binacionalização do ensino. De acordo com Glitz (2019, p.332), “a forma mais comum de plurinacionalidade societária é a sociedade binacional, ou seja, aquela reconhecida como nacional em dois distintos Estados”.

Segundo Cavalcant (1976, p.20):

Com o mencionado propósito vem sendo intensificados os movimentos de associação de dois ou mais estados, formalizados através de tratados internacionais (bilaterais), criando ou instituindo, sob forma jurídica específica e peculiar, entidade ou empresa comum (binacional) como instrumento organizacional-operativo destinado a promover, já no domínio empresarial-administrativo, a cooperação econômica de interesse dos estados envolvidos, cooperação essa concreta e especificamente declarada nos citados tratados.

Ainda seguindo Cavalcant (1976), as entidades binacionais são formadas para concretizar a cooperação entre dois países, se fundamentam em acordos firmados entre os governos dos países envolvidos, estabelecendo as regras de direito entre as partes. Sendo assim, constituem-se como uma política de integração e cooperação entre países para buscar o desenvolvimento socioeconômico das suas regiões, como exemplo destes acordos pode-se citar a binacionalização do ensino.

Deste modo, um exemplo de binacionalização do ensino é o Instituto Federal Sul Rio-grandense - IFSul Campus de Sant'Ana do Livramento criado pela portaria nº 365/2010, como uma proposta inovadora, pois fica localizado na fronteira entre Brasil e Uruguai e está situado estrategicamente na “linha divisória” dos dois países, por isso, suas vagas são destinadas aos estudantes brasileiros e uruguaios. O Campus desde sua criação define-se como binacional, pois foi pensado e formulado por atores locais fronteiriços, que buscaram a sua implementação e que ainda buscam a regulamentação de normas nacionais adequadas para a fronteira e para essa experiência. Neste sentido, esta parceria entre dois países vizinhos traz avanços para a sociedade, pois são duas culturas e costumes convivendo, aprendendo e se desenvolvendo no mesmo espaço.

Assim, para concretizar a proposta de educação binacional oferecida por dois países, foi realizado um acordo entre o IFSul Campus Sant'Ana do Livramento e a Dirección General de Enseñanza Técnico Profesional – DGETP-UTU, a partir desta parceria foi possível estabelecer os parâmetros da atuação internacional e binacional, desde os cursos a serem ofertados, ao processo de seleção, divisão das vagas entre outros aspectos que foram surgindo no decorrer do caminho. Neste sentido, ficou acordado a divisão do percentual de vagas em 50% para estudantes brasileiros e 50% para uruguaios nos cursos binacionais oferecidos no IFSul Campus Santana do Livramento e na Dirección General de Enseñanza Técnico Profesional.

Com efeito, a educação tem o objetivo de unir fronteiras e conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento dessas regiões, oportunizando não apenas a qualificação técnica, mas possibilitando um espaço de discussão, criticidade e criatividade. Segundo Pacheco (2015, p.15):

Os Institutos Federais surgem como autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no

modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária. Pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, é, porém, ao eleger como princípio de sua prática educacional a prevalência do bem social sobre os demais interesses que essas instituições consolidam seu papel junto à sociedade. E na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais.

Em vista disto, como o Campus de Sant'Ana do Livramento atende a duas nacionalidades, esta missão se propaga para os dois países. Logo, para Souza (2014), a fronteira é o lugar propício para trocas e interações culturais. As duas culturas têm a possibilidade de discutir suas vivências e a forma como a educação é reconhecida e desenvolvida nos dois países. Desta forma, torna-se um espaço de transformação e de aprendizado em busca da inclusão e do desenvolvimento social para ambas as comunidades. “Viver em espaços de fronteira confere relações distintas peculiares, podendo representar importantes elos com o espaço, distinguindo então o lugar na fronteira” (RODRIGUES, 2015, p.142).

Portanto, em um país continental como o Brasil, as diferenças culturais são diversas e definem o país com as peculiaridades e especificidades de cada região. Porquanto, neste estudo destaca-se dois países vizinhos, divididos apenas por uma avenida, são duas cidades, dois países em um. Ainda assim, cada um com seus costumes e culturas convivem diariamente dentro de um espaço de formação que é a escola, neste caso uma escola técnica profissional.

2.2.1 Indicadores para a internacionalização do ensino

A internacionalização do ensino é um processo que abrange ações planejadas e organizadas, de acordo com os objetivos da instituição. Para este fim, os indicadores tornam-se um instrumento não apenas de mensuração, mas de avaliação e acompanhamento do processo de internacionalização do ensino, para assim avaliar o que já foi realizado e projetar ações futuras.

Segundo Knight (2020, p.23), “quando se trata de definir a internacionalização, é igualmente importante distinguir entre uma definição e uma descrição de internacionalização. Em resumo, uma definição explica o significado, enquanto a descrição procura explicar seus atributos”. De acordo com Dias (2019), internacionalizar não é somente receber ou enviar

alunos pelos intercâmbios, mas existem diversos indicadores que mensuram os níveis de internacionalização da organização. Assim, por meio dos indicadores é possível identificar o nível de internacionalização, assim como dimensionar os próximos passos para afirmar esse processo.

Knight (2020), ainda destaca que a internacionalização é um meio para melhorar ou alcançar as metas acadêmicas da organização, os objetivos socioculturais, econômicos ou políticos da região. Por este motivo, os indicadores fazem-se necessários para o processo de constituição e avaliação do processo de internacionalização e binacionalização do ensino. Além de possuírem o papel de redimensionar as ações e os objetivos para com a internacionalização e binacionalização.

Desta forma, Knight e De Wit (2007), consideram o processo de internacionalização como um ciclo contínuo, “O Ciclo da Internacionalização”. A finalidade do ciclo é identificar as fases do processo de internacionalização nos sistemas de educação. Para os autores o ciclo tem seis fases, que são avançadas no ritmo de cada organização de ensino. A figura 2 abaixo demonstra este ciclo.

Figura 2 - Ciclo da Internacionalização



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com Knight e De Wit (2007).

Além deste “Ciclo de Internacionalização” apresentado acima, existe também a abordagem da internacionalização por meio de duas faces. Como destaca, Sebastian (2011), a internacionalização é idealizada em duas faces, melhorar a qualidade e relevância da universidade e ser instrumento de projeção internacional. Diante disto, ser internacionalizada traz consigo um ramo de oportunidades e cooperações, mas também muitos desafios, como cair no engodo de cumprir uma série de requisitos, seguir uma receita e não buscar o principal objetivo da internacionalização que é unir culturas. Com efeito, “à internacionalização também implica relacionar-se com a diversidade de culturas que existem dentro de países, comunidades, instituições e salas de aula; assim, intercultural é empregado para abordar aspectos da diversidade cultural” (KNIGHT, 2020, p.25).

Sendo que para Sebastian (2011, p.4, tradução nossa):

Em resumo, a internacionalização é uma ferramenta, um meio, para melhorar a qualidade, relevância, eficácia e eficiência das funções universitárias, melhorar a pesquisa universitária em todo o mundo, com padrões internacionais e melhorar a projeção e vinculação da Universidade no mundo.

Ademais, os indicadores propostos para a internacionalização e binacionalização do ensino têm papel primordial para o cumprimento das funções da internacionalização. No entanto, não se trata de seguir um receituário, mas sim definir objetivos e ações para serem seguidos respeitando o espaço que se está inserido e a comunidade, levando em consideração o que se quer alcançar e a função social da educação.

Além disso, o estabelecimento de indicadores pressupõe de certa forma mensurar a magnitude da internacionalização e avaliar se as ações estão ocorrendo de forma qualificada, se o processo está dando certo e quais os desafios a serem superados. Segundo Sebastian (2011), o estabelecimento de um sistema de indicadores baseia-se em: sensibilizar as organizações de ensino sobre a internacionalização; facilitar a autoavaliação do grau de internacionalização; facilitar a elaboração, o acompanhamento e avaliação de políticas para a internacionalização. Abaixo apresenta-se o quadro 3 construído pelo autor:

Quadro 3 - Relação de indicadores comparativos de internacionalização entre instituições de ensino superior.

% Existência de um Plano de Internacionalização: % Orçamento próprio dedicado a atividades internacionais % Estudantes estrangeiros em programas de pós-graduação presenciais % Alunos de graduação e pós-graduação em programas de mobilidade internacional % Programas de ensino credenciados internacionalmente % Programas de pós-graduação com colaboração internacional de ensino % Projetos de pesquisa com a participação de pesquisadores estrangeiros % Publicações científicas em revistas internacionais indexadas % Co-publicações internacionais em revistas indexadas % Programas de ensino ministrados no exterior % Docentes e investigadores em órgãos sociais de Associações Organizações/Redes e Comitês Internacionais % Prêmios internacionais recebidos pela Instituição ou por seus professores e pesquisadores.

Fonte: SEBASTIAN (2011, p.15, tradução nossa)

Do mesmo modo, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC do Ministério da Educação, organizou um levantamento das ações de internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de um grupo de trabalho. As organizações de educação tecnológica do país foram questionadas sobre a existência de ações de internacionalização, com os resultados foram criados alguns indicadores para sua mensuração.

A saber, O Levantamento das Ações de Internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e Resultados do GT de Políticas de Internacionalização (2017), realizou uma coleta de dados considerando nove eixos a partir de ações de internacionalização ocorridas desde 2015. De acordo, com O Levantamento das Ações de Internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e Resultados do GT de Políticas de Internacionalização (2017, p. 7), os nove eixos podem ser considerados também como indicadores:

- a) Mobilidade;
- b) Acordos/MOUs;
- c) Projetos com cooperação internacional;
- d) Idiomas;
- e) Investimento/Financiamento;
- f) Estrutura de escritórios;
- g) Comunicação/Divulgação dos dados/indicadores internacionais;
- h) Participação em eventos e missões internacionais;
- i) Normativas e regulamento relacionados à internacionalização.

De fato, foi possível identificar que, embora, existam algumas ações e regulamentações da internacionalização na Rede Federal de Educação Tecnológica, seu conceito ainda não está definido e institucionalizado, sendo necessário avanços na sua implantação e execução. Por isso, para a institucionalização da internacionalização do ensino são necessários documentos e ações devidamente registrados nas organizações e a construção de indicadores são de suma importância para essa institucionalização.

Por sua vez, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por meio da publicação do Relatório do Grupo de Trabalho Internacionalização – DAV (2019), construiu uma base de indicadores para a avaliação dos Programas de pós-graduação. Com base no relatório abaixo, apresentado no quadro 4, destacam-se alguns destes indicadores, que também podem ser utilizados para a binacionalização do ensino:

Quadro 4 - Indicadores das condições institucionais para a internacionalização e binacionalização

Condições Institucionais
Planejamento estratégico institucional contendo objetivos, metas e ações de internacionalização a serem desenvolvidas.
Estratégias institucionais para apropriação do conhecimento adquirido pelo discente ou docente após o retorno ao país.
Planejamento estratégico do PPG contendo objetivos, metas e ações de internacionalização a serem desenvolvidas.
Página eletrônica em língua estrangeira (adequada ao perfil do programa), com linguagem acadêmica adequada para o programa e para a universidade.
Processo seletivo que permita a participação de discentes estrangeiros (inclusive por meios remotos).
Escritório/departamento de relações internacionais responsáveis por convênios e acordos bilaterais e multilaterais, que sejam capazes de apoiar a recepção de docentes e discentes estrangeiros.
Políticas e práticas institucionais para receber, alojar e acomodar discentes, pesquisadores e docentes estrangeiros
Oferecimento de cursos de línguas para receber discentes, pesquisadores e docentes do exterior (língua portuguesa) e para enviar discentes, pesquisadores e docentes para o exterior (línguas estrangeiras).
Oferecimento disciplinas em língua estrangeira.
Discentes em cotutela e dupla titulação no exterior durante o quadriênio.
Discentes que obtiveram dupla titulação no quadriênio.

Fonte: Adaptado do Relatório do Grupo de Trabalho Internacionalização – DAV (2019)

Como já mencionado, a ideia deste estudo não é reproduzir estes indicadores, mas sim conhecê-los para a partir deles poder criar uma adaptação para a construção de indicadores referente a binacionalização do ensino objeto desta dissertação. Com isso, não se pretende elaborar uma receita que deve ser seguida por todas as organizações que almejam a binacionalização, mas gerar instrumentos de referência que possam contribuir metodologicamente a tornar este processo institucional.

Não obstante, para Dias (2019), acompanhar os indicadores de internacionalização auxilia os gestores no acompanhamento, na avaliação e na definição de estratégias de ações e políticas para alcançar o objetivo das excelências do ensino, pesquisa e extensão na internacionalização. Contudo, por mais que se estabeleça diferentes indicadores, estes podem não ser suficientes para avaliar a internacionalização e binacionalização do ensino, já que o meio, as diferenças culturais e as pessoas têm papel fundante para a excelência deste processo.

Desta forma, levando em conta os indicadores construídos por Sebastian (2011), os nove eixos do documento construído pela SETEC, e por fim, os indicadores retirados do Relatório do Grupo de Trabalho Internacionalização – DAV (2019) que indicam se há ações de internacionalização, este estudo buscou adaptá-los para identificar as ações de binacionalização no Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Sant'Ana do Livramento e verificar se este é um Campus, efetivamente, binacional em todas as suas ações. Apresentados os indicadores da internacionalização do ensino a seguir destaca-se o processo de gestão universitária no Brasil frente a internacionalização ou binacionalização do ensino.

2.3 Processos de gestão universitária no Brasil

As organizações de ensino, são únicas e desempenham funções totalmente diferentes de organizações empresariais e de outras do estado, seu esforço é medido qualitativamente, pela qualidade do ensino, dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, além da aplicação dos recursos financeiros. Assim sendo, Meyer e Lopes (2015), observam que, as características das universidades, as diferenciam de outras organizações, o que exige abordagens diferentes e não disponíveis neste momento. Já para Durham (1989a, p.17-18), “a autonomia administrativa e de gestão financeira, necessárias à autonomia didática científica, colocam a universidade como uma instituição *sui-generis*, não é um órgão do Estado como os demais”.

A partir disto, a gestão universitária defronta-se com uma série de procedimentos e abordagens que são na maioria das vezes subjetivas, dificultando a mensuração de sua eficiência tão exigida pela sociedade. Assim, destacam-se alguns desafios da universidade e dos IFs, salientados por Meyer (2014, p. 13):

O primeiro desafio, a complexidade, está intrinsecamente relacionado à natureza dessas organizações, sua estrutura, processo e comportamento de atividades

intelectuais, de produção e de transmissão do conhecimento. O segundo desafio, a administração, por seu papel de promover a captação e integração de recursos diversos e utilizá-los de forma que a instituição possa cumprir sua importante missão educacional e social.

Assim como as Universidades, os Institutos Federais possuem esta autonomia, de acordo com a Lei de criação 11.892/2008, “possuem natureza de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”. No entanto, esta autonomia acaba condicionada aos repasses financeiros do governo federal para manter e desenvolver suas atividades. Neste sentido, Durham (1998b, p. 38) considera que:

Autonomia é concebida como a capacidade de autogestão e de auto regulamentação das atividades de ensino, pesquisa e extensão por parte de uma comunidade acadêmica caracterizada por possuir um corpo docente de alta competência e qualificação, profissionalmente comprometido com o desenvolvimento do ensino e da pesquisa.

Por conseguinte, Meyer (2014), destaca que, administrar uma organização acadêmica, requer visão, intuição, sensibilidade e o uso de ferramentas de acordo com as especificidades da organização. Por possuir a função social da educação, desenvolver a comunidade, fomentar o conhecimento, estas características tornam-se imprescindíveis para a gestão universitária, pois é ela que irá gerir e conduzir a organização à promoção de uma educação de qualidade.

Neste sentido, o sucesso da autogestão universitária depende de seus gestores, bem como dos servidores e a comunidade de estudantes. E conseqüentemente, dos recursos recebidos pelo governo federal e de seu compromisso com a educação pública de qualidade. Ademais, para Ristoff (1999, p.10), o “país está hoje tão obcecado pela ideia de eficiência e corte de gastos públicos que se tornou incapaz de atentar para o retorno social, educacional e mesmo financeiro que o investimento em educação representa”. Fato este que interfere diretamente na autonomia das organizações de ensino, tornando o orçamento um regulador e opressor das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ainda segundo Ristoff (1999), a crise financeira torna-se o “matador silencioso” da educação.

Neste contexto, a gestão das organizações de ensino expressa-se pelo conjunto de suas ações, como planejamento, organização e financiamento, por isso para haver uma gestão bem sucedida é necessário que todos os servidores e a comunidade, estejam envolvidos no seu desenvolvimento. Por conseguinte, estes mesmos princípios devem conduzir a gestão universitária, sendo que alguns atributos são indispensáveis como: a democracia participativa,

a autonomia, o financiamento acadêmico, a excelência acadêmica e a formação dos gestores (RIBEIRO, 2017).

De acordo com Paiva e Campos (2018), as IFES são organizações complexas, que devem se auto gerir, é um espaço burocrático, patrimonialista, corporativista e com diferentes tipos de relações entre os sujeitos. Além disso, ainda precisam responder as exigências e pressões postas pela sociedade em geral, políticos, estudantes e também servidores. Assim, Ribeiro (2017, p. 363) salienta que:

A Universidade é uma instituição complexa, com traços típicos que a constitui, fundamentalmente, diferente de outras instituições, embora no mesmo âmbito da esfera pública. Por isso, a forma como se organiza do ponto de vista da gestão, é marcada por peculiaridades, o que não significa, potencialmente, distorção de organização em relação a outras instituições, [...].

Á vista disso, Mota Jr. e Conceição (2021), apontam que a Gestão Universitária é campo científico em construção, conseqüentemente os conceitos e definições a cerca deste tema são pouco explorados, e por isso, ligados a modelos complexos e a burocratização das IFES. Segundo os mesmos autores, a gestão universitária, engloba os processos de planejamento, execução, avaliação de recursos tanto humanos como materiais, sendo ainda perpassada por questões econômicas e sociais.

Diante do exposto, a gestão universitária compreende não apenas organizações de ensino superior, mas abrange o conjunto das organizações de ensino no país, no caso deste estudo os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Para tanto, conforme Stallivieri et al (2019), os níveis escolares são divididos em educação básica, educação superior e também a educação profissional e tecnológica. Logo, “a educação tecnológica permeia entre os cursos da educação básica com os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, passando pela educação profissional técnica de nível médio, a educação profissional tecnológica de graduação, [...]” (STALLIVIERI et al, 2019, p. 61-62).

Porquanto, se a gestão nas organizações de ensino é de difícil conceituação e caracterização, o que dizer de organizações binacionais de ensino e/ou as que buscam a internacionalização, desbravando um caminho desconhecido e singular. Contudo, não se cabe uma comparação entre estas, apenas uma diferenciação nas ações de gestão, que devem atender as legislações e acordos entre dois países, possibilitando a educação como um bem comum.

Diante disto, segundo Schlickmann (2013), podem estar incluídas no campo da gestão universitária, conceitos como: a administração ou gestão das IES, ou ainda administração/gestão do ensino, bem como da educação superior. Ainda assim, neste estudo busca-se analisar o processo de binacionalização do ensino e a gestão universitária, ou gestão de ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento com todas as suas ações, políticas e programas voltada para a binacionalidade do ensino.

Acerca disto, um dos instrumentos da gestão universitária é a avaliação, que auxilia na tomada de decisão para prestar um atendimento de qualidade que atenda toda a comunidade. Dias Sobrinho (2009c, p.141) observa que:

É a avaliação democrática que cria os espaços de discussão, de debate, de reflexão coletiva, de valoração a respeito dos processos pedagógicos, sociais, administrativos e dos contextos. Entender os contextos é importante. Cada instituição tem um contexto próprio.

O autor destaca que a avaliação é subjetiva e intersubjetiva, sendo assim inconclusa implicando sempre em novos significados. Por isso, não é um processo definitivo, mas deve estar sendo posto em prática para que a organização se aproxime cada vez mais das necessidades da comunidade em que está inserida. Ainda segundo Dias Sobrinho (2009c), na educação a avaliação deve envolver o trabalho interpretativo da comunidade acadêmica, que mesmo sendo contraditório pode admitir objetivos comuns.

Em outras palavras, Dias Sobrinho (1994a, p. 39), destaca “é um instrumento para a melhoria da qualidade dos processos universitários de toda ordem: administrativos, comunicativos, científicos, pedagógicos, etc. O que vem ao encontro da gestão universitária abordada por Franco e Morosini (2005), a gestão da educação superior pressupõe a concepção de universidade, a pesquisa, ensino e extensão, os princípios organizativos e administrativos e os processos decisórios no âmbito local, regional, nacional e internacional.

Á vista disso, propõe-se a análise dos processos suas diferenciações no planejamento e documentos, sendo uma proposta de ensino Binacional. Neste contexto, “a gestão universitária é delineada por documentos institucionais, os quais estabelecem o viés da política institucional, como é o caso do Regimento Geral, o Estatuto, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Planejamento Estratégico” (RIBEIRO, 2017, p. 364).

Assim destaca-se a importância de conhecer a dinâmica dos processos organizacionais, para trazer considerações teórico metodológicas importantes e necessárias

para seu entendimento, consolidando a binacionalização do ensino e conseqüentemente a gestão universitária nas IES. O próximo subtópico aborda a gestão do ensino, pesquisa e extensão.

2.3.1 A gestão do ensino, pesquisa e extensão

As organizações de ensino superior têm como princípios o ensino, a pesquisa e a extensão, estas são a base de sua fundamentação e existência na sociedade, contribuindo com o desenvolvimento e a geração do conhecimento científico. Por isso, para Durham (1989a), são instituições que se caracterizam como centros de estudos e ensino. Ainda Durham (2002c, p. 2):

Parto da convicção de que universidades, que associam ensino e pesquisa, são indispensáveis para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social de qualquer país só nelas, ao mesmo tempo em que se formam novos pesquisadores, se realizam aquelas investigações cujo resultado é de domínio público e de alto interesse social. No Brasil, seu papel foi e é fundamental.

Neste sentido, acrescenta-se os Institutos Federais que desde 2008, também promovem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em suas ações. No qual, a universidade deve ser o lugar onde se desenvolva um processo teórico-crítico de ideias, de opiniões, de posicionamentos e também um espaço capaz de gerar propostas concretas, visando ao desenvolvimento efetivo da sociedade (FÁVERO; SGUISSARDI, 2012, p.63). Ainda para os autores a concepção de universidade implica uma efetiva relação entre ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento. Com isso, essa tríade torna-se o eixo basilar das organizações de ensino e de sua função social.

Desta maneira, cabe ressaltar que o ensino, está presente não apenas nos componentes curriculares de cada curso, mas também, em todas as ações que as desenvolvem, o seu espaço é por si só, o ensino. Na visão de Fávero e Sguissardi (2012), o ensino é a iniciação do estudante na vida intelectual, a ampliação da busca pelo saber, adquiridos pela diversificação das atividades das Universidades e Institutos Federais.

Ademais, a pesquisa possibilita novos saberes e descobertas científicas que contribuem com a evolução da sociedade. Porquanto, Chauí (2018), ressalta que, quanto a relevância das pesquisas, cabe a universidade consultar as comunidades acadêmicas regionais

fazendo um levantamento das necessidades do seu país, e assim diversificar as pesquisas de acordo com as necessidades regionais.

Além da pesquisa, tem-se a extensão com a finalidade de prestar serviços à sociedade e levar as organizações de ensino até a comunidade, ampliando o acesso à educação e ao conhecimento. “A extensão envolve uma vasta área de prestação de serviços e os seus destinatários são variados; grupos sociais populares e suas organizações: movimentos sociais: comunidades locais ou regionais: governos locais: o setor público: o setor privado” (SANTOS, 2010, p. 63).

A partir disto, as ações da extensão devem ser pensadas para “resolver” uma dificuldade ou conflito da sociedade, mas para isso é necessário conhecer e interagir com os sujeitos da região e propor atividades que possam minimizar a exclusão e a discriminação. Pensar a Universidade e os Institutos Federais para fora de sua caixa, requer uma gestão preocupada e interessada em agir e minimizar os conflitos sociais existentes e que expresse em seus documentos e regimentos esta visão.

Por sua vez, para Durham (2005d), a universidade possui, um caráter universal ou pelo menos internacional, que transcende as barreiras locais e nacionais. Diante disto, o diferencial dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica está em oferecer a indissociabilidades do ensino, pesquisa e extensão desde a educação básica de nível médio. Desta forma, a interiorização das IES, possibilitou chegar em espaços longínquos, não apenas o ensino público, mas também a pesquisa e a extensão, para assim promover o desenvolvimento regional.

Em vista disto, Durham (2005d), ainda salienta que a universalidade do saber tem como contrapartida a internacionalização do conhecimento e da comunidade universitária, sendo um fator essencial do seu desenvolvimento. Por conseguinte, a internacionalização e a binacionalização podem contribuir para a democratização da educação, mas para isso, é necessária a autonomia da gestão universitária, e a consciência de que suas ações não estão apartadas da sociedade. Assim, Trindade (2003, p.175) comenta que:

A consciência, pois, de que a universidade é uma instituição social que não pode apartar-se da sociedade de sua época deve estimular a comunidade universitária e o governo a lutarem pela transformação do nosso sistema universitário: transformando os anacronismos do passado e enfrentando com ousadia os desafios do futuro século, mas sem renunciar a sua histórica missão pública.

Por conseguinte, para Fávero e Sguissardi (2012), a finalidade primordial das IES é a criação do conhecimento novo, e a disseminação deste conhecimento deve ocorrer por meio, do ensino, pesquisa, extensão e outras formas de divulgação. Sendo assim, a binacionalização do ensino, somadas ao ensino, pesquisa e extensão, podem disseminar o conhecimento e aproximar efetivamente as organizações de ensino da sua comunidade e (re)estabelecer uma relação de confiança. Mediante o exposto, a internacionalização e a binacionalização do ensino podem ser consideradas um instrumento para efetivar e promover o ensino, a pesquisa e a extensão, rompendo as barreiras dos muros das universidades e dos limites geográficos. Observadas a importância e a função do ensino, pesquisa e extensão, o capítulo seguinte apresenta o percurso metodológico e as características do presente estudo.

3 MÉTODO

Para responder ao problema e aos objetivos da pesquisa, neste capítulo descreve-se o percurso metodológico adotado, compreendendo o método utilizado, a caracterização da pesquisa, a técnica de coleta dos dados e a análise dos dados.

3.1 Caracterização da Pesquisa

O presente estudo define-se como um estudo de caso, sendo uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, buscou compreender a experiência da binacionalização do ensino e a gestão universitária do Instituto Federal Sul-rio-grandense-IFSul Campus Sant'Ana do Livramento em uma zona de fronteira. Para tanto, “um estudo de caso é uma investigação empírica que: investiga um fenômeno contemporâneo (“o caso”) em profundidade e em seu contexto do mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente definidos” (YIN, 2015, p. 17). Segundo o mesmo autor, com o estudo de caso é possível trabalhar com variadas evidências, como documentos, entrevistas e observações.

Por sua vez, para Ludke e André (2018), quando se quer estudar algo singular, com valor em si mesmo, o estudo de caso deve ser escolhido. Os autores ainda estabelecem as características de um estudo de caso na educação, visam a descoberta, enfatizam a “interpretação de um contexto”, buscam retratar a realidade de forma completa e profunda, usam variedades de fontes de informação, revelam experiências, procuram identificar os diferentes e conflitantes pontos de vistas e os relatos possuem uma linguagem acessível. Sendo assim, o método neste estudo se justifica, porque investigou algo singular, uma experiência que está em construção.

Desta forma, para Minayo (2010, p. 57), “o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, percepções e das opiniões, produtos de interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem”. Por conseguinte, sendo um estudo de caso qualitativo teve um caráter exploratório. “Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele” (GIL, 2019, p. 26). Portanto, o estudo buscou interpretar as interações e analisar uma organização de ensino que promove a binacionalização de ensino e a gestão universitária em uma região de fronteira entre Brasil e Uruguai.

3.2 Sujeitos da pesquisa

O presente estudo teve como sujeitos da pesquisa servidores do IFSul que ocupam cargos de gestão tanto no Campus Sant'Ana do Livramento como na Reitoria na cidade de Pelotas. Assim como, estudantes brasileiros e uruguaios que estão cursando e são egressos dos cursos binacionais. O quadro 5 apresenta os entrevistados.

Quadro 5 - Entrevistados

IFSul Campus Sant'Ana do Livramento/RS	<ul style="list-style-type: none"> ● Direção Geral; ● Chefia Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX); ● Chefia Departamento de Administração e Planejamento (DEAP); ● Coordenador de Assuntos Binacionais. ● Coordenador Registros Acadêmicos
Reitoria Pelotas/RS	<ul style="list-style-type: none"> ● Reitor ● Diretoria de Assuntos Internacionais ● Diretoria de Desenvolvimento Institucional
Estudantes	<ul style="list-style-type: none"> ● 1 brasileiro com curso em andamento ● 1 uruguaio com curso em andamento ● 1 brasileiro egresso ● 1 uruguaio egresso

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Bem como, para Richardson (2017), o processo de amostragem da pesquisa qualitativa é mais flexível e de certo modo mais exigente que a amostragem baseada em modelos matemáticos. Por sua vez, Yin (2015), observa que as amostras tendem a ser escolhidas de uma maneira deliberada, conhecida como amostragem intencional.

Por conseguinte, o objetivo ou propósito de selecionar as unidades de estudo específicas é dispor daquelas que gerem os dados mais relevantes e fartos, considerando seu tema de estudo. Sendo assim, os entrevistados foram selecionados intencionalmente, por estarem ocupando cargos de gestão e executando atividades de planejamento, organização e execução de ações para a binacionalização do ensino, além de estudantes e egressos que atenderam o convite para participação.

3.3 Coleta de dados

Por ser um estudo de abordagem qualitativa a coletas de dados, ocorreu por meio de entrevista semiestruturada, realizada por chamada de vídeo pelo Google Meet, a observação participante com diário de campo e a análise documental.

Desta forma, para Gil (2019), as entrevistas semiestruturadas são entrevistas abertas, em que as perguntas são previamente estabelecidas, mas sem oferecer alternativas de respostas, tem como vantagem a adaptação de acordo com o entrevistado. Assim, os entrevistados relataram suas percepções sobre a binacionalização do ensino de acordo com suas vivências e opiniões, sendo que foram também explorados pontos e observações que surgiram no momento da entrevista.

Cabe evidenciar, o papel da observação participante que também foi utilizada na coleta de dados, para Marconi e Lakatos (2021), consiste na participação real do pesquisador na comunidade ou grupo, sendo que existem duas formas de observação participante a natural no qual o observador pertence a comunidade que investiga e a artificial, que o investigador se integra a comunidade. Sendo assim, neste estudo, foi utilizada a observação participante natural, pois a pesquisadora pertence ao grupo de servidores da organização observada e também por meio da produção do diário de campo.

E por fim, para as autoras citadas acima, os documentos são uma fonte poderosa, com evidências que fundamentam as declarações do pesquisador, por isso foi utilizada a análise documental. Sendo que esta análise se deu nos documentos institucionais como as legislações, acordos binacionais, atas de reuniões, documentos como Regimento, Acordos, Projetos Pedagógicos dos Cursos e Relatórios de Gestão.

A partir das técnicas de coleta de dados utilizadas, entrevistas, análise documental e observação participante com o diário de campo, foi possível realizar a triangulação dos dados, primordial para o estudo de caso. De acordo com Yin (2015, p.125), “a triangulação dos dados ajuda a reforçar a validade do constructo do seu estudo de caso. As múltiplas fontes de evidências proporcionam essencialmente, várias avaliações do mesmo fenômeno”. Além disso, contribui para corroborar as percepções identificadas com as técnicas de coletas de dados.

Por fim com a definição do método e das técnicas de coleta de dados, a seguir explicita-se a análise dos dados.

3.4 Análise de dados

Pode-se dizer que a análise dos dados acontece durante todo o processo de pesquisa, para poder avaliar e se reestruturar se for necessário, mas depois da coleta dos dados faz-se uma análise mais consistente e completa. Neste contexto, Ludke e André (2018), afirmam que, analisar os dados qualitativos “significa trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis. Sendo assim, foi utilizada a análise de conteúdo de acordo com Bardin (2016, p.37):

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

Em consonância, este estudo utilizou as três fases da análise de conteúdo segundo Bardin (2016), sendo a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação. Seguindo o mesmo autor, foi realizada uma categorização durante a análise dos dados. “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por agrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2016, p.147). Neste sentido, o quadro 6 identifica as categorias de análise definidas:

Quadro 6: Categorias de Análise

Categorias de Análise
1. Os Institutos Federais e a inclusão social
2. A binacionalização do ensino
3. A gestão universitária e a binacionalização do ensino
4. Os indicadores para a binacionalização do ensino

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Além disso, faz-se uma análise interpretativa dos dados colhidos, partindo da análise do espaço que os sujeitos estão inseridos e da forma como veem a realidade do ensino binacional. Haja vista, para Severino (2007), interpretar é ler as entre linhas, explorar todas as ideias, até mesmo as que não foram ditas.

Diante disto, o quadro 7 explicita o percurso metodológico utilizado para realização da análise dos dados.

Quadro 7 - Percurso Metodológico

Objetivo Geral:			
Compreender a binacionalização e a gestão universitária do ensino no Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul Campus Sant'Ana do Livramento na fronteira entre Brasil e Uruguai.			
Objetivos Específicos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Entender a importância do Instituto Federal Sul-rio-grandense para Santana do Livramento/RS; • Propor uma base de indicadores para a binacionalização do ensino, na fronteira Brasil e Uruguai; • Analisar a gestão universitária no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento, fronteira Brasil e Uruguai. 			
Unidade de Análise			
Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Sant'Ana do Livramento			
Coleta de Dados:			
<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas semiestruturadas • Observação Participante (diário de campo) • Análise Documental 			
Análise de dados: Análise de Conteúdo			
Os Institutos Federais e a inclusão social	A binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento	A gestão universitária e a binacionalização do ensino	Os indicadores para a binacionalização do ensino

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Após a apresentação da análise dos dados, bem como o percurso metodológico adotado no presente estudo, passa-se a seguir para a apresentação do caso estudado.

4 APRESENTAÇÃO DO CASO ESTUDADO

Neste tópico apresenta-se o caso estudado, a organização de ensino Instituto Federal Sul-rio-grandense, o IFSul. Inicialmente apresenta-se a rede IFSul e posteriormente, aborda-se apenas o Campus Sant'Ana do Livramento, objeto deste estudo.

4.1 O Instituto Federal Sul-rio-grandense

Desta forma, o Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul, foi criado a partir da lei de criação dos Institutos Federais em 2008. Atualmente é composto por 14 campus espalhados pelo Rio Grande do Sul com a sede de sua reitoria na cidade de Pelotas. De acordo com a lei de criação possui autonomia administrativa, financeira e didático pedagógica, e tem como objetivo a interiorização da educação pública de qualidade.

Cabe evidenciar, que de acordo com o PDI (2020-2024), as atividades da organização de ensino iniciaram em 1930 na cidade de Pelotas com a criação da Escola de Artes e Offícios. Em 1942, foi criada a Escola Técnica de Pelotas (ETP). Já em 1999, a ETFPEL foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS. E por fim, em 2008 o CEFET foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, a partir daí o IFSul foi se estabelecendo em novas cidades e interiorizando a educação profissional tecnológica no Rio Grande do Sul. A Figura 3 abaixo apresenta os polos dos campus que compõem o IFSul atualmente.

Figura 3 - Polos dos Campus do Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul¹



Fonte: Site IFSul (2022)

Assim sendo, com as sedes de seus campus em diferentes regiões do Rio Grande do Sul o IFSul atende a comunidade em diferentes níveis educacionais com: ensino médio técnico integrado, ensino técnico subsequente, ensino superior, pós-graduação, além de cursos FIC, Proeja, PROFUNCIÓNÁRIO, cursos à distância de aperfeiçoamento e de línguas. Segundo a Plataforma Nilo Peçanha (2022) com dados base de 2020, o IFSul possui 15 unidades de ensino, com 16.887 matrículas divididas em 185 cursos.

Por conseguinte, um de seus campus fica localizado na cidade de Sant'Ana do Livramento e foi criado com uma proposta de cursos binacionais para estudantes brasileiros e uruguaios. O tópico a seguir traz a história deste campus.

¹ Desde 2016 o IFul utiliza a palavra campus de forma aportuguesada, por isso a palavra “Câmpus” aparece na Figura 3 com acento circunflexo. **INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. Página inicial > últimas notícias > câmpus ou campus/campi? Qual vocábulo usar?** Disponível em: <<http://ifsul.edu.br/ultimas-noticias/476-campus-ou-campus-campi-qual-vocabulou-sar#:~:text=Campus%20%C3%A9%20um%20nome%20masculino,uma%20universidade%20ou%20o%20escola>> Acesso em: 20 jul.2022.

4.2 O IFSul - Campus Sant'Ana do Livramento

Segundo o IBGE (2022), o município de Sant'Ana do Livramento tem uma população estimada em 75.647 e faz fronteira com Rivera/Uruguai. A saber, os limites geográficos dos países são definidos por duas avenidas, mas para a comunidade não há uma separação e sim uma integração. Assim, as duas cidades tornam-se uma só, com suas diferenças, porém com infinitas possibilidades, a figura 4 abaixo demonstra a localização do campus.

Figura 4: Localização do IFSul Campus Sant'Ana do Livramento



Fonte: Foto registrada pela autora da Avenida Paul Harris - Brasil e Avenida 33 Orientales Uruguai.

Em consonância, o IFSul Campus Sant'Ana do Livramento, foi criado para desbravar uma dessas possibilidades de integração possibilitadas pela fronteira. Sendo assim, com sua localização privilegiada foi pensado desde sua criação para ser um campus binacional, ofertando cursos nas duas cidades/países. Com base na figura 4 acima, tem-se duas avenidas uma brasileira e outra uruguaia, separadas por um canteiro central, ou seja, do lado esquerdo da foto vê-se o prédio do IFSul em Santana do Livramento/RS – Brasil e do outro lado do canteiro central já é território uruguaio da cidade de Rivera, capital Departamental de Rivera no noroeste do Uruguai.

Neste contexto, de acordo, com o PDI (2020-2024), as atividades e conversas para a implantação do campus binacional em Sant'Ana do Livramento iniciaram em 2009. No ano de 2011 os cursos binacionais iniciaram suas atividades e a implantação se efetivou. Sendo que para a oferta dos cursos binacionais foi realizado um Acordo com a Dirección General de Educación Técnico Profesional- DGETP- UTU, para oferta de cursos técnicos e em 2015 é firmado o acordo com a Universidad Tecnológica del Uruguay – UTEC, promovendo a verticalização do ensino binacional com os cursos de nível tecnólogo. O quadro 8 abaixo demonstra a cruzada da binacionalização do ensino.

Quadro 8 - Cronologia dos acordos binacionais IFSul, DGEPT-UTU e UTEC

Ano	Ações e Acordos
1975	Decreto Legislativo N°76, de 1975. Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica assinado 12 de junho de 1975.
1979	Lei N.º 6.634/1979. Dispõe sobre a faixa da fronteira, a faixa interna de 150 km de largura e que divide o território nacional, a chamada de faixa de fronteira, é indispensável à segurança nacional
2002	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios.
2002	Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos Nível Fundamental e Médio Não-Técnico entre os Estados partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile.
2005	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a criação de Escolas e/ou Instituições Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços.
2007	Ley No 18.158 – Acuerdo para la creación de escuelas y/o institutos binacionales fronterizos profesionales y/o técnicos y para la habilitación de cursos técnicos binacionales fronterizos Aprova-se o acordo entre Brasil e Uruguai para a criação de escolas e/ou institutos binacionais e para habilitação de cursos técnicos fronteiriços,
2007	Iniciam as tratativas entre a DGETP-UTU e o CEFET RS, futuro IFSul, para desenvolver relações de cooperação em áreas de interesse comum e promover cursos binacionais em regiões de fronteira entre as duas instituições
2010	Fica estabelecido que no projeto-piloto de oferta de cursos técnicos binacionais na região de fronteira será oferecido por parte do IFSul o curso técnico de Informática para Internet e por parte da DGETP-UTU, o Curso Terciário de Controle Ambiental, ofertando 50% das vagas para brasileiros e 50% para uruguaios, cada instituição terá seu critério de seleção de estudantes, reconhecer os diplomas emitidos pela outra parte, estruturar um conjunto de referência que promova o conhecimento da região onde serão implementados os cursos binacionais.
2011	Inicia-se os cursos técnicos subsequente em Informática para Internet no campus do IFSul e Controle Ambiental na DGETP-UTU.
2014	Estabelecido os conceitos de cidades-gêmeas, os critérios de definição e a lista. Serão consideradas as cidades cortadas por uma fronteira, seca ou não, que apresentam possibilidade de integração econômica e cultural, que podem apresentar ou não uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações dos problemas da fronteira, com efeitos no desenvolvimento regional e a cidadania.
2014	Início das atividades dos cursos Técnicos Integrados em Informática para Internet e Eletroeletrônica no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento
2014	Decreto N° 8.455/2015. Protocolo de Intenções que entre si celebram a UTEC – Universidad Tecnológica del Uruguay e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, com o objetivo de estabelecer a cooperação técnico-científica e educacional.
2015	Início das atividades do curso Técnico Integrado em Sistemas de Energia Renovável no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento.
2015	Início das atividades do curso Técnico Subsequente/ Terciário em Cocina na DGETP-UTU em Rivera.
2015	Promulga o acordo entre Brasil e Uruguai para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços.
2017	Início das atividades do Curso Subsequente em Florestas na DGETP-UTU.

2019	Início das atividades dos cursos Tecnólogos: Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento. Mecatrônica no Polo da UTEC em Rivera. Início das atividades do curso Técnico Integrado (Terciário) de Agropecuária na DGETP-UTU.
-------------	---

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Acordos de Cooperação e no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP. (2022)

Neste sentido, perante as evidências consoantes das entrevistas, da análise documental e da observação participante, identificou-se que o IFSul Campus Sant'Ana do Livramento foi criado e é gerido de acordo com princípios para a promoção da binacionalização do ensino. Logo, reconhece e considera a região de fronteira que está inserido e as diferentes possibilidades que esta particularidade pode propiciar. Assim, após a apresentação do caso estudado, o tópico a seguir apresenta a análise dos dados.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo tem a finalidade de apresentar e analisar os dados obtidos de acordo com as entrevistas semiestruturadas realizadas com 12 entrevistado entre eles servidores do IFSul Campus Sant'Ana do Livramento e Reitoria do IFSul. Além de estudantes brasileiros e uruguaiois do Campus que estejam com curso em andamento e que são egressos dos cursos binacionais. Devido à continuidade da pandemia de COVID-19 as entrevistas foram realizadas pelo GOOGLE Meet com duração média de 1h e gravadas com a autorização dos entrevistados.

Sendo assim, este capítulo busca compreender e descrever a binacionalização do ensino do IFSul Campus Sant'Ana do Livramento fronteira com Rivera/Uruguai. A análise dos dados demonstra como surgiu esta iniciativa, como está sendo a sua gestão durante os anos de implementação, as diferenças e dificuldades da gestão universitária e brevemente a visão dos estudantes.

A vista disso, a apresentação e análise dos dados foi organizada da seguinte forma: o tópico 5.1 A caracterização dos sujeitos da pesquisa. 5.2 Os Institutos Federais de Educação e a inclusão social na visão dos entrevistados. No tópico 5.3 vê-se A binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento. Logo, no tópico 5.4 tem-se A gestão Universitária e a binacionalização do ensino. E por fim, no tópico 5.5 O Campus Sant'Ana do Livramento e os indicadores da binacionalização do ensino.

5.1 Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

Neste tópico apresenta-se o perfil dos 12 entrevistados, as entrevistas ocorreram de dezembro de 2021 a março de 2022, sendo agendadas previamente segundo a disponibilidade dos entrevistados. No quadro 9 abaixo apresenta-se o perfil dos entrevistados servidores do campus e reitoria.

Quadro 9 - Perfil dos Servidores Entrevistados

Entrevistados	Sexo	Unidade
E1	Feminino	Campus
E2	Masculino	Campus
23	Masculino	Campus
E4	Masculino	Campus
E5	Feminino	Reitoria
E6	Masculino	Reitoria
E7	Masculino	Reitoria
E8	Feminino	Campus

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com a pesquisa.

Além disso, foram entrevistados 2 estudantes de nacionalidade brasileira um com curso em andamento e 1 egresso. Da mesma forma, 2 estudantes uruguaios, 1 com curso em andamento e 1 egresso. No quadro 10 apresenta-se o perfil destes estudantes:

Quadro 10 - Perfil dos Estudantes Entrevistados

Entrevistados	Sexo	Nacionalidade	Ingresso no IFSul	Nível do Curso	Conclusão do curso
Estudante 1	Masculino	Uruguaio	2019	Superior	2023
Estudante 2	Feminino	Brasileira	2019	Integrado	2022
Estudante 3	Feminino	Brasileira	2014	Integrado	2017
Estudante 4	Masculino	Uruguaio	2016	Integrado	2019

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com a pesquisa.

Após a apresentação da caracterização dos sujeitos da pesquisa, a seguir passa-se as unidades de análise, sendo a primeira os institutos federais de educação e a inclusão social na visão dos entrevistados.

5.2 Os Institutos Federais de Educação e a Inclusão Social na Visão dos Entrevistados

Neste tópico aborda-se a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e sua importância para a inclusão social, a análise deu-se pelas falas dos entrevistados, documentos e referenciais teóricos.

5.2.1 Os Institutos Federais e a inclusão social

Os Institutos Federais foram criados pela lei N° 11.892/2008, a fim de levar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para o interior do Brasil. Como uma de suas funções sociais destaca-se a inclusão social de pessoas que não tinham o acesso a centros de educação públicos, com cursos técnicos de nível médio até a pós-graduação. De acordo com o E6 “os institutos federais foram criados lá em 2008, com objetivo de ampliar cada vez mais o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade diferenciada, pública e gratuita, que as escolas técnicas e antigos CEFETs já vinham oferecendo”.

Com isso, durante as entrevistas realizadas tanto com os servidores quanto com os estudantes com cursos em andamento e egressos, o que mais se destacou em relação à importância dos Institutos Federais foi a inclusão social. Neste sentido, o E8 observa que:

A importância? É dar oportunidade para as pessoas de um ensino de qualidade, de um clima educacional de qualidade e de um ensino mais qualificado, porque os professores tem mais qualificação, os cursos são... não são só cursos básicos, eles têm um diferencial que é o técnico, né? Acho que a importância dos IFs é isso é dar oportunidade para as pessoas, por ser federal.

Cabe evidenciar que de acordo com Máximo (2020, p.3):

Para além dos aspectos socioeconômicos, o acesso restrito ao ensino federal também tem uma dimensão territorial. Historicamente, houve uma concentração regional de universidades e escolas técnicas federais implantadas, sobretudo, em capitais, regiões metropolitanas e grandes centros regionais, geralmente aqueles lugares com maior dinamismo econômico, pelo menos até o começo do século XXI.

Por outro lado, “os Institutos Federais têm em primeiro lugar uma importância numa oferta de um ensino de muita qualidade de forma gratuita para pessoas que não conseguiriam pagar por um ensino deste nível se fosse particular” (E3). Seguindo a mesma perspectiva, o E5 afirma que:

Então, importância, Instituto Federal, a gente resalta sempre a questão de estar presente, talvez onde outras instituições não estivessem, dá uma oportunidade de poder proporcionar pra comunidades um ensino, ensino público, gratuito, de qualidade. Que talvez essas comunidades não tivessem de outra maneira ou com uma proximidade tão grande.

Sob o mesmo ponto de vista, destaca-se a afirmação do E2:

[...] a oferta desse tipo de curso, eu acho assim revolucionou muito o interior assim, principalmente do Estado. Se comparar Sant'Ana do Livramento quando eu cheguei o nível de cultura de conhecimento, de qualificação das pessoas com o que a gente já vê hoje em dia, claro que a gente tem mais instituições juntas e que se somam. Mas, o instituto federal é fundamental nesse processo assim.

Além disso, outro ponto destacado foi a capilaridade dos Institutos de proporcionar diferentes níveis de ensino no mesmo espaço. Segundo Maschio (2019) assim nasceram 38 Institutos Federais, com capilaridade e presença em todos estados da federação, inclusive municípios menores, que 30 mil habitantes. Sendo assim, a capilaridade foi um ponto em comum entre os entrevistados, como o E3 “[...] porque um aluno pode entrar no ensino médio e sair doutor, numa instituição de ensino em nível de instituto federal, então acredito que seja a melhor, a maior vantagem”. Neste contexto, o E5 também concorda:

A capilaridade dos Institutos que chegam a locais que daqui a pouco instituições federais não chegariam, acho que essa é uma das principais importâncias do Instituto. E proporcionando uma formação integral com a verticalização do ensino, acho que isso também é uma característica muito importante dos Institutos.

Em continuidade o entrevistado E6 ainda destaca as novas funções dos Institutos e as dificuldades:

Claro que vieram algumas novas funções com a criação dos Institutos né? Como principalmente as questões ligadas a licenciatura, a pós-graduação ainda mesmo com todas as dificuldades que a gente tem hoje, porque basicamente os nossos cursos de mestrados e doutorado ainda são profissionais. Enfim, abre esses novos leques, mas o centro e a essência continua sendo a Educação Profissional e Tecnológica em nível técnico, superior também, mas, principalmente no técnico, onde nossa legislação deixa claro que temos que cumprir com 50% do mínimo das vagas para a educação técnica de nível médio junto aos cursos integrados preferencialmente e também aos cursos subsequentes e EJA.

Considerando o exposto, as entrevistas reforçam o quanto a criação e reformulação dos Institutos Federais foram revolucionárias, com a interiorização, a formação de uma rede, de profissionais qualificados e os investimentos em ensino, pesquisa e extensão. Porquanto, “em termos de políticas públicas, os Institutos Federais miram no desenvolvimento com inclusão social. Essa é a intencionalidade que está por trás da proposta: não só compreender o mundo, mas também transformá-lo” (AMBROSINI; ESCOTT, 2019, p.19).

Em suma os entrevistados como um todo compreendem que a implantação dos Institutos Federais é um ato revolucionário, que busca a inclusão social. Bem como, o E1 reforça esta ideia “eu acho que foi e é bastante revolucionário para pessoas de classes mais baixas, de menor poder aquisitivo”. Nesta mesma ótica, o E7 relata, “pra mim e acredito que para muita gente também, é a oportunidade de uma educação de qualidade pra pessoas de baixa renda, e com a criação dos institutos que interiorizou a instituição [...]”.

Com base na observação participante, tem-se que os Institutos levam à sociedade um ensino único, com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão dentro de uma formação de nível médio integrado ao ensino técnico. Com isso, o E4 ainda destaca, “então essa é a grande importância do Instituto no Brasil, ninguém faz ensino médio e técnico que nós fizemos com ensino, com pesquisa e com extensão”.

Desta forma, para Cavalcanti, Nascimento e Ostermann (2020, p. 130), “nos IF’s os estudantes vivenciam ações pedagógicas que ampliam seu espectro de possibilidades formativas, com menos ênfase na formação para ofícios e mais no entendimento da relação entre trabalho, ciência e cultura”. Á vista disso, a criação dos institutos federais levou para as comunidades e não apenas aos centros do país a educação com base no ensino, na pesquisa e extensão já no ensino médio, e com a possibilidade de verticalização do ensino na mesma organização. Portanto, observou-se com as entrevistas, a observação participante e a análise documental o reconhecimento de que os Institutos Federais de Educação interiorizaram a educação pública, promovendo a inclusão social e oportunizando a aprendizagem além da sala de aula, com os projetos de ensino, pesquisa e extensão.

5.3 A binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento

O presente tópico aborda a binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento. Primeiramente apresenta-se a a binacionalização do ensino e sua conceituação na visão dos entrevistados. Em seguida, a parceria responsável pela binacionalização do ensino, IFSul, DGETP-UTU e UTEC, como ocorreu esta parceria, bem como as atividades desenvolvidas.

5.3.1 A binacionalização do ensino

Como já referenciado ao longo deste estudo, a internacionalização vem ganhando espaço e consolidando sua conceituação, mas não é fácil definir apenas um conceito, e isso é ratificado nas falas dos entrevistados. Aliás, “o termo “internacionalização” é empregado de muitas formas na medida em que significa coisas diferentes para pessoas diferentes” (KNIGHT, 2020, p. 20). Neste contexto salienta-se a ótica do E3:

[...] A binacionalização é encarada por nós como um conjunto de muitos fatores, que vão levar em consideração não só a questão de serem alunos de duas nacionalidades, mas também de características binacionais para a sala de aula, para as disciplinas, para o projeto pedagógico, para as gestões dos cursos, para o dia a dia desses cursos, para a língua que é usada em sala de aula.

Bem como, o entrevistado E4 traz sua perspectiva, “nosso caso ser binacional tem essa grande importância, porque nós não podemos atender uma comunidade separada da outra se elas vivem juntas, se elas fazem as coisas juntas, se elas convivem ali”. Neste sentido, o servidor E5 relata “é a instituição se colocar aí com parcerias com órgãos e instituições estrangeiras então é uma fonte de oportunidades eu acho assim o processo da internacionalização, né?”.

Na visão de Stallivieri (2002a), a ação internacional pressupõe a inter-relação entre nações e, conseqüentemente, o conhecimento, ou pelo menos a aceitação da existência do outro, intensificando a consciência de diversidade dos indivíduos e a sua visibilidade. Assim sendo, corrobora-se a opinião do E8:

[...] Na verdade, ser binacional... tá, primeiro ter validade em ambos os países. É uma integração de dois países, pelas cidades serem integradas nesse sentido, já tem esse clima de uma só, de uma coisa só. E eu vejo Santana e Rivera realmente como se fossem gêmeos, assim no sentido de que são iguais, mais diferentes sabe? Tem uma conexão muito grande, Gêmeos né? Tem conexão muito grande, mas são

peças diferentes, mas se querem muito e não vivem separados, eu vejo bem assim, são cidades irmãs mesmo. Então, os cursos a intenção do IF aqui ser binacional seria para refletir isso, exatamente isso, essa conexão das duas cidades que representam na verdade duas nacionalidades, dois países diferentes, tendo essa integração em todos os espaços, principalmente sala de aula, mas essa união profissional pra quem um possa, digamos os que fazem aqui podem trabalhar lá, os que fazem lá podem trabalhar aqui, realmente essa, essa... literalmente essa integração dos que vivem no Brasil, com os que vivem no Uruguai poderem inclusive trabalhar no outro país.

Nesta mesma direção o E7 declara “olha a internacionalização é a troca de cultura, de idiomas, de experiências, de vivências, é tudo isso junto e misturado”. De outro modo, para o entrevistado E2 “quando a gente começou o que que era a nossa ideia de binacional? Era aquele diploma no final que valia pra os dois países, e aí tá a gente teve que adequar os cursos pra isso [...]”. Ainda assim, o mesmo entrevistado também acentua que o binacional é a vivência entre os dois países, “fazer parte”, “se reconhecer no processo”, que vai além do diploma aceito em dois países. Esse pensamento demonstra a evolução do conceito que a binacionalização vem passando dentro da organização e do entendimento de seus servidores.

Dando seguimento a análise, os entrevistados foram perguntados se o IFSul possui documentos com a definição de binacionalização. Neste sentido, os respondentes declararam que não possuem, que o Acordo entre as organizações parceiras rege todas ações da binacionalização. Por sua vez, o entrevistado E1 relata “ah, eu já fiz a leitura... binacionalização não conheço um documento específico. O que vem a ser a binacionalização né? Eu tenho conhecimento do nosso termo [...]”.

No entanto, o E3 declara “nós temos os princípios binacionais que definem algumas características de trabalho, nós temos vários acordos e convênios com as instituições parceiras que também definem alguns critérios binacionais”. À vista disso, os novos PPCs, estabelecem os princípios binacionais definidos por IFSul, DGETP-UTU e UTEC. De acordo com Programa Planejamento Educativo (2018, p. 2-4) os princípios binacionais são:

- Definição de políticas e áreas educacionais e trabalho estratégico de integração de forma conjunta.
- Levantamento das demandas do setor trabalhista nos dois lados da fronteira, diagnóstico do observatório de todo o espaço transfronteiriço; consulta aos setores público e produtivo, bem como a comunidade fronteiriça.
- Definição do perfil de egresso que atende às demandas de ambos os lados da fronteira, cargas horárias mínimas e outras exigências de formação em consonância com os catálogos em cada sistema educacional.
- Consonância em tabelas educacionais de equivalência de níveis de ensino em ambos os países, tanto para ingresso como para conclusão de cursos.

- Conferência dos conteúdos programáticos de modo que contemplem as bases científicas e tecnológicas exigidas em cada nacionalidade.
- Construção conjunta dos projetos pedagógicos, os quais devem ser aprovados em ambas instituições, comparando e discutindo metodologias de ensino e avaliação.
- Alteração das propostas educativas – qualquer modificação do programa deverá ser realizada com o conhecimento da instituição aliada.
- A seleção dos candidatos de sua nacionalidade será realizada por cada instituição, respeitando os modelos já existentes e comumente utilizados, como provas classificatórias (BR) ou sorteio (UY). No entanto, os candidatos podem se inscrever para qualquer uma das instituições associadas;
- Equivalência de cotas para cada nacionalidade.
- Promoção de metodologias de ensino que privilegiem o diálogo e a troca de experiências e culturas.
- Reciprocidade dos cursos oferecidos - cada instituição procura oferecer um número equivalente de cursos, buscando ampliar a gama de opções na região de fronteira.
- Definição de português e de espanhol como línguas maternas, permitindo que os alunos e professores utilizem qualquer um de estes idiomas em todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Todas as disciplinas deverão considerar aspectos e normativas brasileiras e uruguaias.
- Estímulo a realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvendo ambos os lados da fronteira.
- Planejamento de visitas técnicas de acordo com as possibilidades e disponibilidade do setor produtivo bilateral.
- Incentivo e promoção de oportunidades de estágio em ambos os lados da fronteira.
- Emissão de diplomas registrados em ambas instituições, sem necessidade de revalidação.
- Os alunos dos cursos binacionais devem estar inscritos nos setores de registros acadêmicos de ambas as instituições, a fim de garantir seus direitos como estudantes, em ambos os países.
- Os estudantes podem concorrer a benefícios de assistência estudantil e bolsas de estudo nas instituições participantes, não podendo ser tributado em nenhuma situação por qualquer tipo de benefício, devido ao princípio da reciprocidade

Sob o mesmo ponto de vista, os entrevistados em sua maioria demonstram que o Acordo firmado é o balizador da binacionalização e que a partir dele foram criados alguns princípios para atuação. Assim como afirma o E4:

O Brasil E Uruguai possuem um acordo binacional para cursos técnicos né? Isso eu sei e tenho certeza. E o IFSul tem também descrito nessa questão de binacionalidade através do Acordo Binacional, por isso, que o IFSul tem cursos técnicos... tem um termo assinado entre IFSul, UTU e UTEC, então, isso é um acordo.

Observa-se ainda o E5:

[...] ter assim a definição do que é o binacional eu acho que só o que tá mesmo nesses documentos de relação entre o Instituto e as instituições uruguaias, no restante no PPI, na Organização Didática - OD, no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI nós trouxemos alguma coisa, mas não é nada dizendo exatamente o que que é, a gente traz características do binacional. Então acho que seriam os acordos mesmo firmados.

Por conseguinte, o E7 relatou “não tem nenhuma definição, os documentos são assim, [...] Eles não entram nesses conceitos, eles entram no que a instituição, quais são as “obrigações” de cada instituição, não chega a entrar nesses conceitos aí, com certeza não”. No entanto, o E6 declara, “o que acontece na área técnica o governo do estado tem uma legislação específica sobre escolas binacionais, alguma coisa a gente se baseou dali claro que alguma coisa nós extrapolamos isso, porque nós temos ensino superior e aí é a questão com a UTEC tudo”.

A partir da observação participante e análise dos documentos encontrados, cabe aqui evidenciar o Acordo de Cooperación Educativa, Técnica y Tecnológica (2015), firmado entre a Dirección General de Educación Técnico Profesional – DGETP-UTU e la Universidad Tecnológica – UTEC y El Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología Sul-riograndense - IFSul que estabelece:

Essas ações devem ser compreendidas no marco das diretrizes das Políticas Educacionais Nacionais e Regionais das Instituições que permitam impactar a sociedade, com os princípios que regem os aspectos fundamentais do MERCOSUL, bem como outros acordos multilaterais e bilaterais de cooperação entre os países.

Outro ponto a ser destacado são os acordos de cooperação vigentes, com a observação participante foi possível identificar que além dos acordos binacionais com a DGETP-UTU e a UTEC, também há parcerias com outros países. Corroborando com a observação participante os entrevistados citaram os países de Portugal, Espanha, Canadá, o Uruguai, e tentativas com outros países da América Latina, esses foram os acordos encontrados na instituição mais específicos com ações e projetos pontuais que remetem à internacionalização.

As entrevistas ainda demonstraram que não foi estabelecido uma conceituação da binacionalização do ensino, mas que os acordos regem e estabelecem as obrigações de cada organização de ensino. Para tanto, Knight (2020), afirma que, uma definição de internacionalização da educação superior deve ser neutra e isenta, pois variam de país para país e de organização para organização.

Sendo assim, com base na observação participante entende-se que se torna importante que seja construída uma conceituação para a binacionalização, de acordo com a experiência vivenciada quotidianamente, contribuindo com as pesquisas acadêmicas e referenciais teóricos. Como evidenciado, o Campus possui anos de experiências de binacionalização que certamente contribuirão para esta definição e conceituação neutra e isenta.

5.3.2 A parceria para binacionalização do ensino: IFSul, DGETP-UTU e UTEC

O início da binacionalização do ensino em Sant'Ana do Livramento e Rivera deu-se pela parceria e pelo acordo entre IFSul e UTU e posteriormente somou-se a esta iniciativa a UTEC. A DGETP-UTU oferece educação técnica e tecnológica de nível médio e superior no Uruguai, nasceu em 1878 com a criação da Escola Nacional de Artes e Ofícios, em 1916 passou a ser chamada de Direção Geral de Educação Industrial. No ano de 1942 torna-se Universidad del trabajo del Uruguay, e em 2021 Dirección General de Educación Técnico Profesional – DGETP-UTU.

A partir do exposto, a DGETP-UTU assim como o IFSul tem a função de levar a educação profissional e tecnológica a fronteira entre Brasil e Uruguai, promovendo o desenvolvimento local e social desta comunidade. De fato, o acordo firmado em 2010, trouxe benefícios para essa localidade, pois, é uma nova opção de educação de qualidade na região. Durante esses anos, foram encontrados diferentes possibilidades e desafios impostos pelas especificidades da binacionalização do ensino, mas os avanços expressam o seu potencial para o desenvolvimento social. No início, foram ofertados 2 cursos técnicos subsequentes, um em cada organização, em 2013 inicia-se os cursos integrados de ensino médio no IFSul e em 2019 são implantados 1 curso técnico integrado na DGETP-UTU e o tecnólogo no IFSul e na UTEC.

Desta forma, para ampliar as ofertas de cursos binacionais e também promover a verticalização do ensino em 2015 integrou-se a esta iniciativa a Universidad Tecnológica del Uruguay - UTEC. A UTEC foi criada em 2013, com base em um levantamento das demandas locais, compartilhando em Rivera um campus de 55 hectares com a Dirección General de Enseñanza Técnico Profesional DGETP-UTU e o campus regional da Universidade da República - UDELAR. Com isso, três organizações de educação da fronteira unem-se para

fomentar e promover a binacionalização do ensino. Cabe evidenciar que o Acuerdo de Cooperación Educativa, Técnica y Tecnológica (2015, p.2-3, tradução nossa) estabelece:

O objetivo deste Acordo de Cooperação Educacional, Técnica e Tecnológica é promover a articulação de esforços entre os participantes para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e/ou cooperação técnico/tecnológica em geral, priorizando nesta primeira etapa de trabalho a articulação estudo para a promoção de cursos técnicos, cursos de graduação e pós-graduação binacionais às necessidades de formação técnica e tecnológica da região, de programas e projetos de educação a distância, de espaços de trabalho em torno da melhoria do ensino relacionado à tecnologia educacional; cursos de capacitação para trabalhadores da rede pública e/ou empresas privadas de ambos os países, bem como a promoção conjunta de atividades envolvendo instituições de ensino superior da região.

Por conseguinte, a observação participante com o diário de campo permitiu visualizar que, a parceria entre IFSul, DGETP-UTU e UTEC possui algumas diferenças nas ações implantadas, os cursos técnicos binacionais entre IF e DGETP-UTU possibilitam uma diplomação binacional reconhecida pelos dois países. No entanto, com a UTEC ainda não é possível essa diplomação binacional, será necessária a revalidação do diploma nos dois países, para poder “autorizar” a atuação profissional. Isto ocorre devido a questões burocráticas impostas pelas legislações de ambos os países, onde ainda não foi possível a autorização do Ministério da Educação - MEC para oferta de cursos tecnólogos de graduação binacionais.

A partir da observação participante, do diário de campo e documentos da instituição identificou-se que, a UTEC e o IFSul, decidiram não esperar a aprovação do MEC e para continuar o processo de binacionalização do ensino são ofertadas vagas para estudantes brasileiros ou de outras nacionalidades no curso de Mecatrônica Industrial ofertado no polo da UTEC, em contrapartida o IFSul destina 50% das vagas para uruguaios no curso Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Cabe ressaltar, que essa adequação se deu pelo não incentivo e apoio das autoridades responsáveis, e tem a intenção de aprimorar e manter o caráter binacional em todas as ações do IFSul Campus Sant'Ana do Livramento.

Neste sentido, o E2 explica como acontecerá essa revalidação de diploma:

De Mecatrônica, vai ser revalidação, a UTEC emite a DGETP-UTU assina junto. E aí quando o estudante estiver de posse do seu diploma, ele vai trazer para o IFSul e aí nós vamos fazer uma revalidação desse certificado, desse diploma, e aí a gente tem uma parceria, quando o curso foi criado a gente fez uma análise e um acordo com o campus Charqueadas pra que eles criem uma comissão pra fazer a revalida.

Assim, o mesmo acontecerá com o curso de Análise e Desenvolvimento de Sistema, porém como ele é ofertado no Campus Sant'Ana do Livramento o IFSul emitirá o diploma e a DGETP-UTU e UTEC, serão responsáveis pela validação no Uruguai. De acordo com Knight (2020, p. 106):

A concessão de uma qualificação conjunta pode se defrontar com muitos problemas legais. As regulações nacionais muitas vezes não permitem a uma universidade conferir uma qualificação de forma conjunta, especialmente em associação com uma instituição estrangeira.

Desta forma, ao serem questionados sobre como se dá a binacionalização do ensino, os respondentes afirmam que esta parceria é um conjunto de ações. A partir do exposto, o E2 afirma que:

Os cursos binacionais, eu no meu entendimento, na minha vivência eu digo que eles são binacionais por três momentos tá? Eles são antes de um curso começar, ele já é binacional, [...]. Além disso, a binacionalidade se dá na sala de aula, 50% das vagas para brasileiros e uruguaios na sala de aula [...]. E os pós que é o diploma né? O diploma binacional que hoje a gente já tem os diplomas emitidos com a DGETP-UTU né, dos cursos técnicos e integrados, que eles saem assinados pelas duas instituições, então são cinco assinaturas na capa do diploma e ele sai, quando ele é feito no Brasil o IFSul emite e o Uruguai assina e no verso carimba como que ele tenha validade em todo o território uruguaio, e quando é feito no Uruguai é ao contrário, a DGETP-UTU emite e o IFSul carimba dizendo que ele tem validade em todo o território brasileiro, esse é o pós, e a gente tem muito mais o que fazer no pós, mas assim, a gente tem.. a gente tem muitas coisas legais do pós né? a gente tem a cooperativa né, do pessoal de Florestas que é maravilhoso, eles conseguiram uma cooperativa com um RUT do lado de lá e CNPJ do lado de cá, então eles podem trabalhar tanto pra intendência quanto pra prefeitura.

Por sua vez, para Morosini (2011), a produção conjunta de conhecimento é a forma mais elaborada de cooperação, antes do início das atividades os laços já foram construídos. Para tanto, o entrevistado E4 observa:

Essa binacionalização, primeiro lugar ela é ensino, pesquisa e extensão. Ela se dá na troca de vagas, né? A característica diferente das instituições faz com que a gente desenvolva áreas de ensino diferentes. Então é uma troca de ofertas de vagas em áreas do conhecimento diferentes.

Cabe ressaltar a fala do E5, “tem uma legislação aplicável que permite que a gente tenha a criação desses cursos de forma que os nossos cursos aqui aprovados nas nossas instâncias competentes, respaldados pelas instâncias de lá e os cursos de lá também respaldados pelos nossos órgãos competentes aqui”. Neste contexto, o E7 ressalta:

E a construção dos cursos eles sempre foram feitos em conjunto tanto do lado brasileiro, quanto do lado uruguaio, se uma instituição não tinha o profissional a gente pedia apoio pra profissionais da área ou de outro instituto ou de outra instituição, e a mesma coisa o Uruguai também fazia isso, pra que esses cursos nascessem atendendo as exigências do ensino uruguaio e as exigências do ensino brasileiro. Então isso sempre foi feito em conjunto e sempre foi ponto forte dessa relação, então a gente sempre tinha que pensar sempre em processos seletivos que são diferentes, números de vagas, a parte toda pedagógica da construção dos cursos, carga horária, conteúdos, tem que atender a legislação brasileira e uruguaia. E o grande sonho sempre foi verticalizar isso, sempre foi levar isso para o ensino superior, nessa caminhada então no Uruguai surgiu a Universidade Tecnológica, nesse momento os cursos binacionais já estavam “meio famosos” tanto no Brasil como o Uruguai eu acredito. E a UTEC nasceu, eles tinham que definir algumas regiões em que a UTEC ia se estabelecer e os cursos binacionais foram um fator que pesou bastante na decisão da UTEC se estabelecer fisicamente aí em Rivera com a UTR NORTE.

Paralelamente para o fortalecimento da binacionalização do ensino, é necessário que haja a divulgação de todas as ações dos cursos binacionais. A informação tem papel fundamental na ampliação e desenvolvimento do ensino binacional nessa região. Porquanto, os entrevistados relataram que as mídias sociais são a principal ferramenta de divulgação. A saber para o E2:

Tá, então assim ó, quanto a oferta, nós quando tem uma, um período de inscrições do lado brasileiro a gente busca fazer a divulgação em ambos os lados da fronteira, no lado brasileiro e lado uruguaio, quando tem inscrições na DGETP-UTU é só para uruguaios, a gente busca fazer divulgação em ambos os lados, a gente envia material para a imprensa, a gente vai até as rádios e canais de televisão fazer gravações ou no ao vivo participar, a gente usa as nossas redes sociais, busca sincronizar as redes sociais das três instituições, se está passando algo na UTEC a gente pega e compartilha para o pessoal ter conhecimento e buscamos sempre fazer divulgações; tem um projeto, eu, pessoalmente, tenho um projeto de extensão que faz divulgação no lado brasileiro e lado uruguaio, então a gente busca fazer algo nesse sentido.

Seguindo nesse caminho, E4 aborda que, “nós temos o nosso maior trunfo que é o site, [...] porque o site consegue ficar com uma informação ali, e essa informação é a dúvida de uma pessoa hoje, mas que já foi dúvida de uma pessoa a tempos atrás que pode procurar no site e sanar tua dúvida ali no site”. Assim como, o entrevistado E2 ressalta “e em nível de comunidade, assim, redes sociais, entrevistas, rádios, entendeste? Já dei entrevista pra RBS por exemplo, falando sobre isso também”.

Ao serem questionados sobre o orçamento do Campus Sant'Ana, se parte dele é destinado para a binacionalização do ensino, os respondentes divergem nas suas opiniões. Porém, observou-se que é realizado um planejamento anual sempre de acordo com a

binacionalização do ensino. Neste caso, E1 afirma “nós temos um orçamento único e ele é destinado um percentual que não é fixo, depende do orçamento anual, para cada curso, na mesma proporção”. Neste contexto, evidencia-se a fala do E4:

Não. O campus Sant'Ana do Livramento tem um orçamento para o campus Sant'Ana do Livramento, mas dentro do campus Sant'Ana do Livramento quando a gente faz... e daí por isso que eu digo não vem da reitoria, daí é interno, a gente faz lá o planejamento do orçamento de forma anual, aí sim a gente prevê viagens por exemplo, e a gente prevê que tem que ter diária internacional, porque eu não consigo fazer uma viagem sem ter a diária internacional, eu não consigo fazer um evento binacional se eu não tiver lá por exemplo um aporte financeiro que consiga atingir um número de estudantes tanto do IFSul como de toda a UTEC. Então acaba ficando embutido nisso, mas isso é aqui, é interno no planejamento normal, financeiro, nosso do campus., dá reitoria vem aquele lá X, hoje R\$ 1.900,000,00 (um milhão e novecentos mil reais) que é de acordo com a planilha lá, que é vinculada a SETEC. A SETEC olha para o campus Sant'Ana do Livramento como um campus no Brasil e nós quando vem aquela verba olhamos para o campus Sant'Ana do Livramento como um campus que tem contemplações binacionais.

Por outro lado, para E3 “muito bem, tem orçamento específico tanto que nas reservas de custeio, daquele valor que se tem para custeio, a coordenação de assuntos binacionais pode utilizar uma parte desse recurso”. E também, “Tá a gente tem... sabe que o IF tem aquele recurso para os cursos né? E aí eu tenho o mesmo valor que um cursos pra que eu possa trabalhar todos os cursos do lado de lá. Eu já adquiri material permanente e material de consumo” [...] (E3).

Por conseguinte, o Acuerdo de Cooperación Educativa, Técnica Y Tecnológica, (2015, p.4-5, tradução nossa) estabelece:

As partes financiarão as atividades de cooperação acordadas;
 a) Com os recursos alocados nos respectivos orçamentos, de acordo com a sua disponibilidade, dotação orçamentária e o disposto na legislação nacional.
 b) Com o apoio da Cooperação Nacional, Regional e Internacional que possa ser gerida para financiar os projetos/programas que julgar pertinentes.

Sendo assim, a responsabilidade do orçamento nos cursos no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento e dos cursos na DGETP-UTU e na UTEC, são respectivamente das organizações de ensino onde o curso é ofertado. Os professores e servidores, são os de cada organização, ainda não é possível que haja a mobilidade de servidores. No entanto, foi possível observar que o IFSul, DGETP-UTU e UTEC, estão sempre disponíveis a auxiliar uma à outra no que for necessário para a binacionalização do ensino. Bem como, o IFSul Campus Sant'Ana do Livramento em seu planejamento tem como ação disponibilizar valores

para os cursos na DGETP-UTU para compra de materiais, assim como visitas técnicas, porém esses valores estão vinculados as questões orçamentárias.

A partir do exposto, todo projeto necessita de planejamento, execução e avaliação, por isso, os respondentes foram questionados se realizam processo de avaliação da implementação da binacionalização do ensino. Identificou-se que: “Então a gente tem um planejamento anual, pra prever tudo que acontece durante o ano, e ao final, durante a virada do ano se faz o processo de avaliação do planejamento, então isso acontece anualmente” (E3). Além disso, E4 destaca:

Nós temos avaliações nossas que nós fizemos através do relatório do nosso plano de atividades anual, é um relatório que sempre faz, então é uma forma de avaliar, e nós temos a Comissão Própria de Avaliação - CPA que faz avaliação todo ano e ali na CPA aparece essas questões da binacionalidade, porque os questionamentos que são feitos acabam levando em consideração a binacionalidade também. Então a gente é avaliado, tem o relatório da CPA vem uma pergunta se a gestão está gerindo o campus de forma a contento da comunidade? então se a comunidade é binacional tem que aparecer, então a gente tem o relatório da CPA, a gente tem o relatório de gestão anual, plano anual, e a gente tem avaliações nossas que a gente faz em reuniões... estamos seguindo? Estamos fazendo? Como isso está acontecendo? E aí é mais... não em números é mais qualitativo, como a gente está fazendo as coisas. Mas a gente tem sim.

Sob outro ângulo, o E6 opina:

Não temos aí uma avaliação específica pra questão do binacional. O que a gente tem é um constante diálogo com as direções dos campus Sant'Ana e Jaguarão, pra ver o que que temos que melhorar. [...] Eu diria que informalmente essa avaliação é feita entre gestão de reitoria e gestão do campus, mas não é uma coisa institucionalizada. Com avaliação sugere avaliar quantitativos ou uma avaliação que de nota de ouvi a comunidade, específica para as questões de binacionalidade não tem. (E6)

Observa-se ainda dúvidas de ser ou não realizada avaliação, por sua vez, para o E1 “Não. Pera aí é realizado sim, aquela avaliação da CPA. É realizado anualmente”. Ainda cabe ressaltar a opinião do E2, “questão de metas assim, de avaliação das metas, fica mais parecido com aquele relatório de gestão mesmo, ali ficam nossos objetivos e aí depois a gente faz a avaliação e justifica [...] Fica meio nesse vínculo aí”.

Desta forma, a observação participante revela que, informalmente há uma avaliação da binacionalização do ensino, pois é necessário responder relatórios, sistemas de dados, porém uma avaliação específica e formalizada para a binacionalização do ensino, não é realizada. Diante disto e corroborando com essa observação participante, foi reconhecido por alguns

respondentes que esse é um ponto a ser aprimorado, e que no futuro possa ser praticado. Sendo assim, “a avaliação é um processo social e intersubjetivo: uma relação interpessoal que questiona e produz os sentidos, as percepções e os saberes, que constituem os posicionamentos dos sujeitos ante uma realidade” (DIAS SOBRINHO, 2008b, p.200).

Em continuidade, para Dias Sobrinho (2009c, p.136), “a avaliação da educação é um questionamento sobre o cumprimento das finalidades – nem tanto dos meios, e sim dos fins.” Não menos importante, uma das finalidades dos processos de avaliação é também projetar novas ações e novos projetos. Por sua vez Dias (2019, p.47-48) observa que:

O processo de autoavaliação e revisão externa por parceiros são conduzidos a partir de sete grandes áreas: a) contexto (inter) nacional do sistema educacional e perfil institucional; b) estratégias e políticas de internacionalização; c) estrutura organizacional e de apoio; d) programas acadêmicos e estudantes; e) pesquisa e colaboração acadêmica; f) gestão de recursos humanos; g) contratos e serviços.

Outro ponto analisado foi a verticalização do ensino, por isso, de acordo com Ferrari (2015), a educação profissional e tecnológica possibilita a verticalização do ensino em uma mesma instituição, ou seja, do ensino médio técnico até a pós-graduação. Sendo assim, pode ser considerada uma evolução da binacionalização sendo que propostas de verticalização podem surgir a partir dos processos de avaliação.

Por este motivo foi realizado o seguinte questionamento: existem perspectivas de verticalizações de ensino em nível de especialização, mestrado ou doutorado binacionais? As respostas no geral foram afirmativas. Em consonância E7 relata:

Existe a perspectiva não, já existe um movimento, como também em Sant'Ana temos a Unipampa, de uma certa forma a Universidade Federal de Santa Maria tem um olhar também para Sant'Ana do Livramento, tem a FURG a universidade de Rio Grande, tem a UFPEL, então já existem aí um movimento entre essas instituições de pós graduação binacional, já tem uma especialização se não me engano com a FURG e com a UTEC na área de automação e a gente está trabalhando, para que a gente consiga ampliar isso aí para outras áreas, então isso aí já está em andamento. É claro que em alguns momentos andam mais rápido em outros menos, a pandemia deu uma atrasada nesse processo, mas ele está sendo retomado. Em novembro do ano passado teve um seminário em Melo onde essas instituições estavam representadas, inclusive o IFSul foi representado pelo diretor do campus e eu, mas isto aí está em andamento e acredito que em breve vamos avançando, e iremos avançar, iremos ter outras possibilidades além desse curso de especialização.

Sob a mesma ótica, o entrevistado E3 destaca “a gente já vinha trabalhando antes da pandemia em curso de especialização, já na POVE - Plano de Oferta de Vagas de Ensino,

previsto no planejamento estratégico do campus. Mestrado e doutorado ainda, a não ser com parcerias com outras instituições, mas ainda não”. Da mesma forma, o E5 diz “sim, acho que que a verticalização sendo uma característica dos institutos, características fundamentais assim, já previstas na lei de criação, acaba que ter isso voltado para o binacional, ter isso consolidado no binacional é muito importante”.

Cabe evidenciar também a opinião do E6:

Na área de pós graduação tem um estudo aí, onde nós estamos participando, o campus tá participando numa parceria UTEC, UDELAR e Universidade de Santa Maria, na busca também de pensar aí começar com uma e especialização e quem sabe mais adiante outros projetos, mas já tem esse estudo aí que tá acontecendo e de novo né tá prejudicado muito em função da pandemia, mas a gente tá caminhando devagar nesse sentido.

Neste mesmo sentido, E2 destaca “sim, sim... a gente tentou essa especialização, a UTEC vai passar por cima de nós se a gente não entra com eles nesse tipo de curso, tanto é que eles já têm uma especialização com a FURG, eles não vão nos esperar”. Não obstante, as opiniões dos entrevistados demonstram que verticalizar é também uma necessidade da organização parceira a UTEC, e que eles estão buscando isso além do IFSul, com outras organizações de ensino.

Ao contrário do que se viu, observa-se ainda a posição contrária à verticalização do ensino do entrevistado E8:

Hoje pra nós não, hoje acho que a gente ainda tá engatinhando, acho que a gente não tem cacife pra isso, nós Sant'Ana do Livramento. Como eu te digo, acho que pra nós ter isso aí um dia, tinha que ter um departamento binacional aqui, pra começo de conversa, é aquela história aprender o básico, fazer bem feito primeiro pra depois querer dar o passo maior. Eu acho que a gente tem muito chão pra caminhar ainda, graduação nós já estamos sofrendo com essa história da avaliação do MEC. Eu acho que a gente tem uma grande dificuldade no instituto de gente parar aqui, isso é uma das grandes dificuldades nossas, as pessoas têm o Campus Livramento como transição, a primeira é isso. Segunda, ninguém quer se comprometer com nada, tu querer subir aos céus sem gente comprometida o tombo vai ser grande, então não vejo sentido nenhum a gente querer verticalizar, sem ter uma base de servidores que abracem isso aqui. Acho que a gente é muito pequenininho pra querer dar esse passo, eu já achei a graduação um passo exagerado no momento. Agora eu acho que a gente tem que concentra no integrado e graduação e realmente eu extinguiria os cursos subsequentes, tentaria focar muito eu acho que a nossa força maior é o médio e de verdade é o que vai fazer a diferença mais do que o subir, ainda mais hoje na crise que a gente tá, na crise que tá o país. Eu estou falando numa visão de nós fazermos a diferença no mundo, entende? É isso que eu quero dizer, eu acho que a gente como instituição de educação vai fazer muito mais diferença pegando essa gurizada e fazendo a diferença na vida nessa faixa etária que é fundamental do que um cara adulto sabe? Sinceramente, eu acho que o nosso foco deveria ser o médio, bomba o médio, fazer a diferença pra essa gurizada.

Bem como, o E1 segue a mesma direção, “eu ouvi uma coisa, do antigo reitor, [...] que ele disse assim... a gente não pode perder o nosso foco que é o ensino médio e aquilo me marcou assim sabe”. Assim, observa-se que as opiniões divergem, e que a discussão sobre a verticalização do ensino deve ser aprimorada com a comunidade interna e externa, identificando os pontos positivos e negativos desta verticalização.

Ademais, segundo Santos (2020), a universidade deve cumprir seu objetivo de internacionalizar com metas a médio e longo prazo, assegurando sua autonomia. Por isso, a verticalização deve estar dentro dos objetivos e necessidades da organização e da comunidade. Conseqüentemente, verticalizar é oportunizar aos estudantes a formação dentro do mesmo espaço ou organização. A saber, “[...] então eu verticalizo dou oportunidade para os estudantes daquela área do conhecimento, e os professores que são contratados por 30 anos lá, podem ministrar aulas no ensino técnico, na graduação e na pós-graduação” (E4).

Diante disto, o caminho percorrido entre IFsul e DGETP-UTU é mais longo, várias turmas foram formadas, diferentes dificuldades foram contornadas, mas a parceria com a UTEC ainda é recente, muito tem que ser realizado para consagrar esse ensino como binacional. No entanto, o primeiro passo foi dado em busca da binacionalização do ensino nessa região de fronteira, e que serve de exemplo para outras fronteiras do Brasil.

5.4 A gestão universitária e a binacionalização do ensino

Este tópico aborda a gestão universitária e a binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento. Assim, o primeiro tópico faz uma imersão na gestão universitária de um campus binacional e suas diferenças. Em seguida, aborda-se a permanência da binacionalização do ensino neste campus e os principais motivos para permanecer. Outro ponto é o ensino, a pesquisa e a extensão na binacionalização do ensino e concluindo o capítulo o seu futuro e as próximas ações.

5.4.1 A gestão universitária de um campus binacional: o ser diferente

A gestão universitária dentro de um campus binacional possui muitas especificidades, gerir uma organização de ensino já é um desafio, porém gerir um campus binacional impõe mais desafios, pois é um caminho desconhecido. Com isso, os entrevistados em suas falas deixam claro essas diferenças e o caminho desconhecido e incerto que estão percorrendo. Neste sentido E2 afirma:

Então é diferente, tu trabalhar na gestão, não só na gestão, porque desde o recepcionista tu tem que saber coisas até... sabe todo mundo tem que saber, então é diferente assim... é questão de legislação, é questão de documentação, é questão de educação sabe... é questão assim sabe... por exemplo Copa do Mundo né, tem que parar no jogo do Brasil, tem que parar no jogo do Uruguai, ou tu não para em nenhum entendeu? Por que se tu parar em um e não parar no outro, meu Deus é uma revolta, vamos ter uma guerra no Campus e isso, faz parte da gestão, [...].

Seguindo a mesma linha, o entrevistado E2 ainda salienta a diferença na seguinte fala: “por exemplo o coordenador de extensão tem que saber como se tira um CPF, nenhum dos outros precisa, porque todos os outros alunos que chegam no IFSul já tem CPF, no nosso não, então tu tens que saber, entendeste?”. A priori, isso se dá pelo fato de os estudantes uruguaios não possuírem CPF, documento brasileiro necessário para abrir conta bancária, expedir a carteira de trabalho brasileira, entre outros. De fato, estas são algumas especificidades vivenciadas pelo Campus Sant'Ana do Livramento. Outro entrevistado E3 relata:

Os uruguaios, e tudo que tem de consequências de ter alunos estrangeiros. Então assim, quando os outros estão preocupados em ter o transporte pros alunos, nós estamos preocupados que além desse transporte, que esse transporte possa servir pra brasileiros e uruguaios, que ele possa entrar do lado uruaio, que ele tenha uma carta verde, e isso dá os outros campus não tem que se preocupar.

Assim como para o E4:

E outra questão é gerenciar um campus no Brasil que tem caráter binacional com uma legislação em que 95% dos casos, vamos dizer assim, não reconhece essa binacionalidade. A legislação brasileira não reconhece que eu pra entrar aqui em Tacuarembó tem que ter uma diária, como se fosse uma diária normal como se fosse aqui em São Gabriel, não a legislação internacional reconhece que eu estou indo para um outro país, não interessa que é para o Uruguai então todo o tempo a gente tem que estar revendo e acaba que a gente precisa atuar em fóruns de discussão diferentes de fóruns de discussão que um gestor de um campus só do Brasil atua. Então, nos atuamos num Fórum de discussão de Prefeitura de Sant'Ana do Livramento, mas nós temos que atuar num fórum de discussão da Intendência Departamental de Rivera. Então tudo que nós fizemos tem que ter no mínimo essa característica de atuar dos dois lados e também, atuar em fóruns de discussão que eles podem evoluir nas questões binacionais que atendem nossas questões e nossas demandas [...].

Corroborar-se a isso, “as regulações e os costumes nacionais e institucionais diferem de país para país e apresentam muitos desafios para o *design* e a implementação de programas colaborativos internacionais” (KNIGHT, 2020, p.104). Seguindo a mesma linha, os entrevistados servidores do IFSul tanto do campus quanto da reitoria mencionaram a legislação como o principal desafio, sendo que são dois países, legislações e regimentos diferentes, o que se transforma em sobrecarga de trabalho e isso também foi mencionado nas entrevistas. Neste sentido, salienta-se a visão do E4, “como nós temos um campus dentro de 14, nós sempre temos que estar explicando isso para as outras pessoas, porque vai trocando, são pessoas novas, pessoas que não conhecem”. Sobretudo para o E5:

Então o que eu já tive oportunidade de observar, seriam principalmente essas questões de lidar com esses entraves que não são comuns ou que no Brasil, ou num campus que não é binacional não teria problema nenhum. E saber lidar com essas questões que às vezes uma coisinha mínima pode barrar uma atividade, de ensino, de pesquisa ou extensão, ou mesmo o desenvolvimento... uma visita técnica que seria banal dentro de outro campus, e lá a gestão se depara com esses entraves e claro que isso no momento que tu tem que buscar uma alternativa, pelo menos na primeira vez que vai lidar com isso tu vai ter problemas, tu vai ter dificuldades pra desenvolver aquilo que é necessário, isso gera frustração até por ser uma questão muito particular e dentro da rede mesmo a gente não tem muito onde se basear até pra tomar uma decisão. Muitas vezes é assim, a gestão tem que meter a cara e dizer vamos fazer e depois a gente avalia e vê aí a avaliação do risco frente aos benefícios pra poder tomar as decisões e ter segurança e não prejudicar o processo de ensino e de aprendizagem.

Em vista disso, o fato de ser o primeiro campus binacional, de estar desbravando a binacionalização do ensino traz consigo a necessidade de ser visto de forma diferente, com uma maior atenção e isso destacou-se nas entrevistas, como observa o E6:

Desde o início da minha gestão eu tenho ouvido muito “nós temos que ter um olhar diferente aqui para o Campus” que ele tem uma realidade diferente, e a gente entende e sabe disso [...] vou dar um exemplo a questão do ônibus, do veículo oficial, como é que passa para o outro lado? A não, precisa de seguro, precisa disso, daquilo outro, porque veio uma multa do lado do Uruguai, porque não fez isso, não fez aquilo, quer dizer esse olhar diferente que a gente tem que ter e saber essas dificuldades que o Campus tem, pra poder manter e continuar aprofundando essa relação com as instituições uruguaias tanto UTU quanto UTEC e até UDELAR também que a gente tem ido, claro que numa intensidade muito menor, mas, tem também.

Não obstante, o entrevistado E1 traz uma posição oposta, “eu enxergo o binacional muito mais dentro do ensino em si, do que 100% na instituição”. Este ainda salienta, “a gente sabe, que a gente demanda nessas questões dos pagamentos dos uruguaios, mas tirando esse particular o setor administrativo ele não tem mais uma integração entendeu? Ele não tem mais uma participação mais ativa no binacional em si”. Nota-se assim, uma posição contrária, que demanda ser observada pela organização, o fato de ser binacional no conjunto das ações, em todos os setores e departamentos. Todavia, obteve-se um consenso em relação as diferenças na gestão da binacionalização do ensino.

Cabe evidenciar que para Castro e Neto (2012), a internacionalização na educação é um processo complexo, pois está em um amplo contexto das políticas públicas. Com relação as maiores dificuldades encontradas para a binacionalização do ensino o entrevistado E3 ressalta que:

As maiores dificuldades são a questão de legislações específicas, ou a gente sempre tem que estar dependendo de muita articulação pra fazer coisas simples funcionem. E às vezes assim... não é falta de articulação, a articulação ela existe, às vezes a falta de compreensão dos órgãos públicos brasileiros e uruguaios, que a gente precisa ter um olhar diferenciado, então a questão de legislação é uma grande barreira e a questão desse olhar diferenciado por sermos uma instituição binacional por parte das instituições públicas, que a gente tem várias necessidades especiais.

Bem como, para a E1 “um entrave que tem desde que cheguei que é aquela questão da carteira de fronteira. Que isso é uma questão que ainda está pendente, é uma questão legal, que na verdade todos tinham que ter”. Visto que, o E1 também observa que foram realizadas

tentativas junto a Polícia Federal para buscar formas de emitir a carteira de fronteira sem custos para os estudantes uruguaios, mas não foi possível, pois não houve consenso e resposta do órgão federal.

Além do fato dos veículos oficiais que não podem entrar no Uruguai, a questão do transporte tanto para servidores como para estudantes foi citada pela maioria dos sujeitos da pesquisa. Desta forma, foi questionado se atualmente os carros oficiais do IF podem entrar no Uruguai, para ir na DGETP-UTU e UTEC? À vista disso, E1 relatou:

Hoje não pode entrar. Por que não pode entrar? Não existe um acordo nesse sentido, e o documento apropriado que é a Carta Verde, Tá? que é o documento que a gente comprava no caso das viagens, hoje esse documento a princípio não é mais ofertado para órgãos públicos. Agente tá tentando adquirir desde 2018 eu acho, eu lembro que em 2019 foi uma briga pra gente tentar fazer um pregão de seguro, que incluísse a carta verde e a gente não conseguiu, desde 2018. Eu lembro que a última viagem foi uma viagem de um servidor que nós já tínhamos comprado a carta verde e eles vieram lá no IF pra devolver o dinheiro e retirar a carta verde, porque eles não poderiam mais vender para órgão público.

Sendo assim, para ir até a DGETP-UTU e UTEC, os servidores precisam utilizar seus carros próprios, o que não é o ideal, mas sim a realidade da binacionalização do ensino nessa fronteira. Em muitas das situações, é necessário utilizar de recursos próprios, para facilitar e agilizar os processos, até que as questões burocráticas sejam revistas e superadas.

Perante as evidências consoantes das entrevistas, da observação participante e do diário de campo, as particularidades, diferenças e dificuldades de gerir um campus binacional são muitas e passam por situações simples até questões de legislações e burocracias. Os servidores são desafiados diariamente a saber, se informar, buscar informações no Brasil e principalmente do Uruguai. Nesta ótica E2 salienta:

Isso é gerir diferente, tu tens que saber dessas coisas sabe? Eu tenho que saber onde pega ficha no Uruguai, eu tenho que saber onde manda fazer o uniforme da DGETP-UTU. Eu tenho que saber... sabe? Não só eu, mas muita gente. Tu sabe muita coisa sobre o Ministério de Desarrollo Social - MIDES, sobre... coisas que os outros não vão saber, que eles vem tem perguntar tá mas, no Uruguai como é que é? Tu sabe, porque tu já conversou com alguém, tu precisou saber pra orientar alguém, não só pela função que a gente tem, mas porque a gente se dedica, se interessa um pouco mais e quer conseguir ajudar o estudante. Até encaminhar o estudante pra fazer uma documentação no Brasil a gente sabe, fazer uma queixa na delegacia, sabe? Esse tipo de coisa, que é o que o pessoal não sabe, a gente sabe, por exemplo a gente orienta as vezes os colegas que chegam aqui, o que pode do lado de lá, o que não pode trazer pra cá sabe? É isso é gestão? É, porque faz parte daquele relacionamento, daquela cultura, cria um ambiente binacional e possível [...].

Conseqüentemente, como já mencionado as atividades desenvolvidas tornam-se duplas, é preciso responder as necessidades tanto dos brasileiros quanto dos uruguaios. Ademais, soma-se a isto a sensibilização que precisa ser realizada a todo o momento, em todos os espaços para reafirmar as diferenças das necessidades de um campus binacional. Haja vista, a visão do E3:

E a gente precisa em todos os espaços que nós estivermos nós sensibilizarmos as pessoas para essas questões de que nós somos diferentes e isso acarreta, sem dúvida nenhuma, em termos de gestão, um volume maior de trabalho, não que a gente reclame disso, mas a gente tem que estar atento a isso, não é que seja ruim, mas precisa estar sempre atento a essas condições binacionais.

Desta maneira, a sensibilização mencionada, também ocorre nos processos decisórios do IFSul, já que apenas dois *campi* são binacionais e os outros não vivenciam diariamente a binacionalização do ensino. De modo que, ao serem questionados se na sua opinião o campus encontra dificuldades para a binacionalização do Ensino nos processos decisórios do IFSul? Houve um consenso de que existem dificuldades, identificada por exemplo na fala do E2:

Sim, sim, é que todas essas comissões, ou conselhos e câmaras eles são políticos né? E aí tem interesse né? Nós já teríamos dificuldades normalmente mesmo não sendo binacional, porque isso aí requer financeiro, se aprova financeiro, se aprova pessoal nesses grupos aí né, contratação de mais pessoal, mais vagas e docente por exemplo e o binacional tem a dificuldade do que? Do desconhecimento das pessoas, às vezes as pessoas levantam a voz lá e falam uma bobagem, porque não conhecem.

Além de questões políticas, outro impedimento relatado é o desconhecimento por parte da comunidade em geral, isso faz com que sempre haja a necessidade de explicações referente às ações da binacionalização do ensino, para evitar equívocos como destaca o E2 “a gente se esforça muito, no caso eu em explicar as coisas assim, em todas as ocasiões, rerepresentar o binacional, trazer pessoas principalmente assim, a gente traz, a gente conversa muito com...”. No entanto, em algumas situações isto não é lembrado e levado em conta como destaca o mesmo entrevistado:

Então a gente tinha muito conversas de bastidor, de fazer aquelas pessoas nos ajudarem a aquele organismo da reitoria nos entender [...] E aí às vezes sai os regulamentos que a reitoria faz, por exemplo agora saiu o de Inovação a gente não se enxergava dentro do de Inovação sabe, daquele regulamento e outros assim[...]então a gente tem que ir lá levantar a mão e dizer assim, olha a gente não se enxerga, o binacional é diferente, e se tem uma comissão de pessoas da reitoria trabalhando naquilo ali, mas não é o dia a dia sabe? Então, por isso, que às vezes até a gente fica sobrecarregado, porque a gente se obriga a participar dessas comissões tudo.

Assim sendo, volta à cena o fato da necessidade da reafirmação do que é ser um campus binacional, com culturas e necessidades diferentes, o “ser diferente”, que demanda ações distintas. Na mesma ótica E3 observa:

Eu acho que durante... em todas as instâncias têm questões específicas do binacional, eles querem nos igualar a todos os demais campus, só que não tem como igualar um campus binacional a um campus nacional. O tempo de aprovação de um PPC por exemplo não pode ser igual, por quê? Porque eu vou ter que construir não só dentro do Instituto Federal em todas as instâncias que tem, mas eu tenho todas as instituições uruguaias com todas as suas instâncias também tendo que ser[...] passar por todas essas instâncias e ter suas devidas aprovações. Então assim, eu preciso ter um olhar especial e em todas essas instâncias a gente tem que estar constantemente o binacional por ser, ter muitas especificidades.

Bem como, para o E4 “sempre é um processo de convencimento, sensibilização, vota-se lá ou quando estão votando alguma coisa lá ou ao ir à votação a gente tem que ir lá e explicar “não, o nosso campus é binacional”. Nesta direção, para o entrevistado E5 as dificuldades se expressam pelo desconhecimento e pelas legislações: “eu acho que acaba atrelado a essas particularidades, não sei se seriam dificuldades da parte das instâncias decisórias, porque, acho que sempre [...] pelo menos eu sempre visualizo uma vontade de resolver”.

Outro ponto reafirmado pelo E5, “acho que é muito assim, de aprender numa situação nova, a maioria das pessoas que estão na comunidade do instituto não conhecem, ou conhecem por alto a experiência do binacional e das suas questões particulares”. Assim como, os servidores do Campus apreendem diariamente a contornar as dificuldades, a comunidade do IFSul está apreendendo e conhecendo como acontecem os processos dentro da binacionalização do ensino. Mesmo demandando mais trabalho e constantemente (re)explicações, torna-se um compromisso de todos que estão à frente das lutas nos processos decisórios do IFSul.

Sob o mesmo ponto de vista, E6 declara:

Sim. Sim, encontra dificuldades [...] Claro que como não é o nosso dia a dia, não, fica sabendo mais quando as pessoas vêm e falam, às vezes a instituição é muito grande e quanto uma estrutura grande ela não consegue muitas vezes dá a agilidade e isso prejudica o andamento do dia a dia, e a gente sabe disso.

Ao contrário disso, na visão de E1, foi relatado o fato de não encontrar dificuldades, pelo motivo de não ter ainda uma demanda específica da binacionalização, Visto que, “eu não saberia responder assim [...]”. Por certo, as organizações de educação, por si só já são organizações complexas de se gerir, devido a burocracia entre outras situações e neste caso torna-se mais complexa pela binacionalização do ensino. Ademais, para Paiva e Campos (2018, p. 118):

Temos assim um tipo de organização complexa, com o dever de se autogerir democraticamente, em um meio no qual a gestão pública comporta-se de modo burocrático e buscando aspectos gerenciais ao mesmo tempo em que coabita com traços patrimonialistas, como o corporativismo interno e o personalismo nas relações, sobretudo com pessoas “de referência” na instituição, e sob as exigências sociais mais diversas.

Soma-se a isso, as particularidades da binacionalização do ensino, e como já mencionado, são empecilhos duplos que demandam diferentes abordagens. Por conseguinte, para Trigueiro (2004) os aspectos históricos, regionais, políticos, culturais, materiais e humanos definem o padrão de gestão que será seguido. Por isso, as peculiaridades da região, da binacionalização devem direcionar o papel que a gestão tomará e, conseqüentemente, suas decisões e ações.

5.4.2 A matrícula e a diplomação binacional

Considera-se que o processo de matrícula em uma organização de ensino, seja o passo inicial para a caminhada do ensino médio técnico, ou ensino superior. Tendo como finalização a emissão do diploma, ou seja, a comprovação do percurso acadêmico de cada estudante. Desta maneira, a seguir aborda-se o processo de matrícula e diplomação no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento em parceria com as organizações de ensino do Uruguai DGETP-UTU e UTEC.

Acerca da seleção dos candidatos o entrevistado E8 relatou:

Essa arrecadação de candidatos é diferente por ser nos dois países, a questão das matrículas é completamente diferente porque, as nossas são via vestibular, eles são via inscrição, a forma com que eles lidam lá com essas inscrições e matrículas é completamente diferente, diferente das nossas, nós não temos um sistema integrado, são sistemas diferentes, nós não temos acesso ao sistema deles, eles não têm ao nosso. [...] A grande dificuldade de comunicação, não por não entender a língua deles, mas porque muda muito as pessoas que trabalham lá diferente daqui, porque aqui nós somos servidores, lá troca muito as pessoas que trabalham nas secretarias,

então às vezes coisas que a gente começa a uma rotina com uma pessoa X, troca a pessoa, é outro sistema completamente diferente a pessoa tá aprendendo aí parece que a gente começa tudo de novo, tudo de novo[...] eles têm uma dificuldade grande, acredito que por isso, de organização, então muitas vezes a gente teve que fazer retrabalho, porque perderam documentação, extraviou diploma, por essas mudanças aí que aqui não ocorre então é mais fácil de organização. Acho que é isso, assim de diferente, é tudo né, totalmente diferente, certificado, diploma que viaja quantos mil quilômetros o coitado do diploma, vai pra Pelotas volta, vai lá pra Montevidéu volta, teve diploma que demorou mais de ano pra chegar aqui.

Já ao ser questionado sobre as especificidades da matrícula nos cursos binacionais obteve-se a seguinte declaração do E8:

A inscrição é por lá pela DGETP-UTU, na verdade deveria ser: a DGETP-UTU divulga, arrecada, tudo deveria ser a DGETP-UTU né? Nós deveríamos apenas receber a matrícula feita no sistema deles lá com a documentação anexada, isso seria como deveria, deveria ser tudo impresso, hoje até se aceitaria digital em pastas, como a gente faz hoje com a UTEC, que agora nós temos a UTEC também que é o superior, com a UTEC é tudo digital, eles nos mandam tudo digitalizado assim, só que são muito restritos os documentos que eles nos mandam e às vezes é umas fotos horrorosas, então assim falta um pouco de padrão e um pouco de profissionalismo pra eles nesse sentido é um pouco amador demais às vezes. Mas, na DGETP-UTU como é feito hoje? A divulgação até antes da pandemia era feita basicamente por nós, mesmo as divulgações dos cursos binacionais. Tinha aquele projeto com as bolsistas, lembra? Que reviraram todos os Liceus e escolas do Uruguai e as nossas aqui. Então a divulgação é praticamente feita por nós em rádio, TV, etc... as pessoas se inscrevem lá, teve uma época até que a gente inscreveu aqui, porque simplesmente lá eles não inscreviam, as pessoas vinham aqui, a gente acaba inscrevendo aqui, depois mudou isso aí de novo e voltou a ser lá. Então as pessoas se inscrevem lá, entregam lá a documentação, se tem que fazer sorteio eles fazem lá e aí o servidor responsável vai lá, pega tudo e traz pra nós. E aí a gente consegue fazer uma fotocópia, um xerox pra ficar com essa documentação aqui, basicamente é assim que funciona, e lá eles fazem por sorteio, não tem vestibular e depois a gente coloca tudo manualmente no SUAP. E aí quando eles entram e vão para a sala de aula, a gente distribui uma folhinha da nossa ficha de matrícula pra eles preencherem, pra nós ter um pouquinho mais de dados deles. Com a UTEC é tudo on line, tudo por e-mail, tudo por drive, eles mandam toda a documentação digitalizada, eles não mandam nada físico pra nós. Mas é o mesmo sistema, eles se inscrevem lá, é lá que eles revisam a documentação do aluno, a gente não revisa nenhuma documentação de uruguaio, são eles que revisam e só nos mandam.

Ademais, os documentos solicitados também são diferentes e de certa forma passam por uma adaptação baseada nos documentos uruguaiois. Com efeito, com relação aos documentos solicitados para matrícula dos uruguaiois E8 relata: “O que a gente pede: a certidão de nascimento a gente pedia, mas basicamente nunca mais veio. A gente pede o básico: a cédula, o histórico escolar vem com a revisão de lá e um de moradia e só, pra eles lá é isso aí”. Já para os brasileiros os documentos constam no edital de seleção, de acordo com a inscrição realizada por reserva de vagas ou acesso universal.

Outrossim, depois da matrícula vem o ingresso e a permanência nos cursos, de acordo com a experiência do entrevistado o processo de adaptação dos estudantes uruguaios possui algumas dificuldades. Na visão de Knight (2020, p.25), “a internacionalização também implica relacionar-se com a diversidade de culturas que existem dentro de países, comunidades, instituições e salas de aula”. Corrobora-se isto, a visão do E8:

Depois quando eles entram no Instituto Federal, a questão de ser mais anos eles estranham, eles estranham a questão da língua e aí vem todo aquele processo de adaptação dos alunos de lá pra cá, vamos dizer assim. E tá, basicamente é isso, a nossa dificuldade de binacional são esses entraves, tudo a gente tem sempre o lado de lá, por exemplo os sistemas governamentais que a gente presta informação que são fundamentais pra arrecadação de orçamento, às vezes liberam o prazo, tinha quinze dias pra fazer ou 30 dias, e o sistema lá do governo travado, travado, conseguiram liberar nos últimos dias, só que a gente depende dos nossos dados e dos dados de lá, então se alguém quando nos solicita alguma informação pra “ontem” as pessoas não entendem que não é bem assim, porque não depende só da gente pegar abrir o Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP e fazer uma listagem, a gente depende lá e lá são dois Polos diferentes, são diretores diferente, são duas escolas separadas, diretores diferentes, já trocaram mil vezes, então é muito complexo essa relação assim.

Posteriormente, a emissão do diploma binacional em parceria com a DGETP-UTU também traz seus revezes. Neste sentido salienta-se que as dificuldades e imprevistos iniciam na matrícula e seguem até a emissão do diploma binacional. Em relação a UTEC, ainda não há experiência de emissão de diploma, pois as primeiras turmas dos cursos de Mecatrônica e Análise e Desenvolvimento de Sistemas formam-se em 2022. Desta maneira, relata o E8:

Quando termina o curso emite-se o diploma, os diretores daqui assinam, aí ele manda lá pra Pelotas, o reitor assina é colocado uma numeração lá, aí volta para o Campus, aí manda para DGETP-UTU, os diretores assinam, e da DGETP-UTU vai pra Montevideu para assinatura também, depois retorna pra DGETP-UTU e retorna pra cá. Daqui pra Pelotas e Pelotas pra cá é uma semana, duas se a gente perder o dia do malote naquela semana, o processo todo levará mais de uma semana. O problema é quando vai pra lá, tudo a gente protocola, tudo a gente coloca no drive pra ter o registro quando foi pra lá, quando voltou de lá, pra ter esse controle, mas é isso. E tem os diplomas de lá, quando eles fazem lá também tem o processo deles, quando os cursos são de lá, é o mesmo procedimento só que o inverso, primeiro vai pra Montevideu, depois vem pra cá e depois volta pra lá.

Diante das situações relatadas, seguiu-se para o questionamento sobre quais seriam as maiores dificuldades encontradas para a binacionalização do ensino nos processos de matrícula e diplomação. Conseqüentemente, E8 salientou:

O binacional se a gente para pra pensar, olhando de fora, na teoria ele é muito bonito, ele é lindo, eu acho assim chega a ser romântico, daria um livro lindo de romance. Mas, como bom casamento, a prática não é a teoria, é luta esse casamento, é luta diária, e às vezes tem mais amor de um lado. Mas o dia a dia, a burocracia, essa parte toda sistêmica, burocrática de documentação e a relação de dia a dia mesmo é como um bom casamento é batalha, é a mesma briga sempre. Eu sei que esse Campus só foi criado por ser binacional, e a gente não pode esquecer disso.

De acordo com Knight (2020), os desafios da internacionalização incluem os modelos de governança, parcerias interculturais, concessão de qualificações, alocação de pessoal, língua, regulações do país anfitrião e sustentabilidade. Neste contexto, a observação participante permitiu visualizar no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento que os costumes, a cultura e as rotinas sistêmicas de cada organização influenciam em todas as ações da binacionalização do ensino, desde o ingresso do estudante até a conclusão do curso e, conseqüentemente, a emissão do diploma ou certificado que parece ser ainda um entrave em termos de processos organizacionais. Em vista disso, reconhecidas as diferenças e dificuldades vivenciadas, questionou-se o que poderia ser aprimorado para facilitar as atividades administrativas do setor responsável pelas matrículas e emissão de diplomas. Destaca o E8 que:

O lado uruguaio se fosse um pouco mais organizado, burocraticamente falando, da parte de documentação, a gente sofre muito por essas questões deles serem desorganizados, a gente já teve muitas vezes que reimprimir coisas, refazer xerox pra mandar pra lá, porque eles perderam coisas, teve diploma que se perdeu, isso ninguém tá livre entendeu? É humano errar, mas já aconteceram muitas vezes e a questão organização mesmo, planejamento anual. A gente tem que tá sempre induzindo, induzindo, tem que ter sempre uma indução, pra inscrever alunos, pra eles fazerem as matrículas, pra eles mandarem os documentos, pra eles nos atualizarem das situações dos alunos que estão abandonando lá, sempre tem que ter um estímulo. É uma relação unilateral. Com a UTEC é um pouco melhor nesse sentido, a UTEC é bem mais organizada, não sei se é por ser superior, não sei se é porque é sangue novo, não sei explicar porque, mas eles são mais organizados, bem mais. Eles nos cobram coisas, a DGETP-UTU não nos cobra nada basicamente, a gente manda. Com a UTEC é mais ágil a coisa.

Assim sendo, evidencia-se que com a UTEC há uma relação um pouco mais dinâmica, porém com a UTU existem muitas dificuldades pela sua própria organização e gestão, pela falta de organização dos processos sistêmicos. Neste sentido, destaca-se que “cada instituição deve prosseguir o seu desenvolvimento internacional de acordo com suas características e sua capacidade de atingir os objetivos estabelecidos” (STALLIVIERI, 2017b, p. 27).

Perante as evidências das entrevistas, observação participante e análise documental, observou-se que esses desafios são contornados, porém demandam mais tempo e trabalho de uma das organizações, por outro lado também há uma aceitação de que a organização de ensino na UTU é assim, tornando-se um “costume” já enraizado nesta parceria binacional.

5.4.3 A continuidade da binacionalização do ensino

Tendo em vista a continuidade e consolidação da binacionalização do ensino é necessário seguir um modelo de gestão constituído a partir das particularidades de cada organização. Com isto, “alguns atributos são indispensáveis à gestão universitária neste terceiro milênio: a democracia participativa, a autonomia, o financiamento, a excelência acadêmica e a formação dos gestores” (RIBEIRO, 2017, p. 361). Então, conseqüentemente, para o “sucesso” e consolidação da binacionalização do ensino é primordial uma gestão universitária comprometida com esta finalidade. Da mesma forma, o empenho de todos que fazem parte da comunidade acadêmica do Campus Sant'Ana do Livramento, DGETP-UTU e UTEC.

Em vista disto, durante as entrevistas ao serem questionados sobre o que faz a binacionalização estar em processo de consolidação no Campus, os entrevistados destacaram que os servidores são o fator determinante para isso. Nesse sentido, E2 relata:

As pessoas [...] as pessoas. Eu com certeza sei que são as pessoas, então assim, por mais que alguém tenha batido o pé quando tu entrou, dizendo olha tu tem que ver isso, isso... começou a fazer parte de ti. [...] e a gente tem o binacional dentro da sala de aula né com os professores, a gente precisa que eles façam o binacional, que eles acolham os estudantes uruguaios, que eles entendam que às vezes as aulas já passaram três semanas e os uruguaios estão chegando. E beleza, vamos acolhe, e vamos adiante, a gente tem a recepção, os motoristas, o almoxarifado, o pessoal todo ali do Campus né? Esses colaboradores todos, o pessoal da limpeza se esforça pra ajudar os uruguaios quando eles chegam né? E dentro dos setores também sabe, o setor de vocês, que faz o acompanhamento psicológico é fundamental, a questão da psicóloga conseguiu atender os uruguaios em espanhol é fantástico né? É sem querer é? Mas é fantástico, porque isso dá uma confiança pra quem for ali conversar com ela, sabe? De que vai se fazer entender, e a pessoa quando vai falar com ela, ela vai entender também, porque é um trabalho difficilimo de fazer, e imagina se a pessoa não entender? Que a pessoa tá pedindo, ou tentando falar entende? E também o como tu vai receber depois, então isso do nosso lado. E do lado do Uruguai também[...] acho que nosso processo de aprendizagem é exitoso ali, nossa troca de sala de aula, a gente não tem dados da inclusão deles no mercado de trabalho depende muito do curso, depende muito da área e do momento que a gente tá vivendo, principalmente econômico aqui na fronteira e os que estão dispostos a sair para outros lugares, mas do processo de aprendizagem aqui ele é fantástico né?

A partir do exposto, o papel dos servidores na binacionalização do ensino é citado por diferentes entrevistados, como o E8 “as pessoas, as pessoas que tem amor por isso aqui, e aí eu falo de amor passional mesmo, que é como povo daqui que faz a coisa acontecer”. À vista disso E3 também relata:

Sempre quando eu apresento o Instituto Federal eu cito no final da minha apresentação o que é que faz o binacional funcionar né? Que são as pessoas, as pessoas que estão aqui em Sant'Ana do Livramento e Rivera no IFSul, na DGETP-UTU e na UTEC é que fazem o binacional acontecer, cada uma, do porteiro ao diretor. Então assim, se tu não tiver um grupo coeso que trabalhe em função do binacional e que ache soluções e não problemas, se tu não tiver esse grupo tu não vai conseguir fazer o binacional andar, mas como a gente tem um grupo nesse sentido, a gente tem muita tranquilidade, porque a gente tem um grupo muito coeso de trabalho e quem entra nesse grupo de trabalho binacional já entra trabalhando pela binacionalização, por cursos binacionais. Eu precisava de um laboratório de química, mandei mensagem pro diretor novo da UTU do Polo e ele – “vou conseguir o laboratório pra ti, só não tenho insumo, mas aí tu traz o insumo e usa o meu laboratório”. Então assim, a pessoa já entra no intuito de poder ajudar em qualquer circunstância.

Aliás, E6 também concorda, “eu acho que a vontade das pessoas de entenderem o projeto, de quererem fazer as coisas acontecerem, acho que isso é o primeiro ponto, tanto do lado brasileiro como o lado Uruguaio, de DGETP-UTU e UTEC, acho que isso é o que move mais”. Corrobora-se a isto, “é necessário encontrar aqueles que estão dispostos para as propostas de internacionalização; aqueles que já têm algum empoderamento da questão e entendem que a qualidade institucional pode ser garantida e ampliada” (STALLIVIERI, 2017b, p. 24).

Sob o mesmo ponto de vista, além dos servidores também foi destacado a gestão sistêmica e o conjunto das ações, segundo a visão do E5:

Olha, eu acho que é muito a minha visão que há um sentimento de fazer isso funcionar dentro da instituição, acho que há um reconhecimento, um orgulho dessa experiência, acho que isso é algo que mesmo diante dessas dificuldades, faz com que não se desista desse projeto. [...] acho que há um papel muito importante da gestão sistêmica da instituição em fazer isso seguir, dar certo, se consolidar, dos órgãos maiores da instituição, do papel do conselho superior principalmente, reconhecer e também achar meios pra isso não se perder essa experiência e dos campus localmente, aí tá a maior força do campus promover o binacional, buscar essa consolidação, relatar essas experiências. E eu acho que é um estudo de caso de sucesso realmente na rede, sei que o pessoal já foi fazer relatos em vários lugares, acho que está muito atrelado a isso. Tem um papel muito forte da gestão sistêmica de fomentar e entender o binacional e tratar realmente como um processo não só de ensino, mas um processo institucional, vamos dizer assim, que precisa ser fomentado, precisa estreitar, ter as relações estreitadas [...]. Então eu vejo muito a paixão das pessoas envolvidas, que participaram, alguns nem participaram lá do início, mas compraram a ideia e acho que isso até nos processos de mudança de

gestão a gente corre o risco de perder alguma, o andamento às vezes dessa dinâmica e aí tá o papel da instituição fortalecer independente de quem estiver a frente da direção do campus, ter isso como sendo aqui é binacional e aqui a coisa tem que funcionar assim. Então independente de quem esteja a frente ter aí um papel de fortalecimento, que a instituição possa proporcionar pra que isso não se perca. Então acho que são dois papéis localmente e de uma questão mais sistêmica de consolidar, acho que a palavra talvez seja consolidar, porque eu acho que Sant'Ana do Livramento já tem uma experiência, já tem uma caminhada mais fortalecida.

A observação participante e as conversas com os entrevistados permitiram identificar que, com mais de 10 anos de atuação na fronteira entre Brasil e Uruguai, muitos servidores passaram pelo Campus e contribuíram para que esse processo continuasse acontecendo e fortalecendo-se. Diante disto, para Castro e Neto (2002), pressupõe uma cooperação científica, tecnológica e acadêmica. Já para Stallivieri (2017b, p. 27):

Entre todos os ganhos e resultados da cooperação internacional, e como foco central da busca pela qualidade institucional, estão os atores de todo o processo: professores, pesquisadores e estudantes, independentemente do *locus*, do nível ou da área de suas atividades. Eles são os que liderarão e manterão o processo em andamento.

Ademais, a localização geográfica, a fronteira seca, a união de dois países apenas por uma rua, segundo os entrevistados, também influenciam na exitosa experiência de binacionalização do ensino entre IFSUL, DGETP-UTU e UTEC. Sob a ótica de Stallivieri (2002), a ação internacional pressupõe a correlação, o conhecimento, a aceitação do outro, a diversidade. Cabe evidenciar aqui o entrevistado E1:

Essa fronteira ser imaginária, né? Então isso daí, tu acaba não dividindo os países, pra mim eu enxergo como um todo independente da língua sabe? A gente nota como eu digo principalmente de noite, quando passa pro lado de lá eu já noto diferença tu vê que tá noutro país, mas assim em termos de rotina e cultura está tudo muito mesclado, interligado. Acho que são países desde então com uma cultura muito equivalente e elas acabaram se misturando, sendo difícil hoje pelo menos aqui em Sant'Ana do Livramento tu definir isso é uruguaio isso é gaúcho né? A tradição uruguaia ela é muito parecida com a tradição gaúcha né? E daí eu acho que se misturou isso.

Por sua vez, a intersecção de culturas também foi citada pelo E4:

Pra mim o que faz é a miscigenação, assim... a gente não tem como, a gente vive em conjunto Brasil e Uruguai, então ter um campus binacional e dar essa oportunidade que tu conseguiu ter dentro de uma instituição o reflexo em termos do ensino do que é a fronteira. Bom, aí ali se junta brasileiros e uruguaio e fica muito mais fácil de desenvolver isso, porque a sensibilização pra todos ocorre de forma natural é como a sensibilização pra língua, tu aceitar que alguém responda uma questão pra ti ou te

pergunte em espanhol acaba sendo tudo muito natural, então o fato de nós estarmos convivendo de forma harmoniosa é talvez o maior trunfo para que um campus binacional tenha êxito, naturalmente assimilamos a condição de sermos moradores de uma região binacional e termos atividades de forma binacional.

Não obstante, o entrevistado E7 relata, “eu acho que o que faz é a qualidade das instituições envolvidas, é a credibilidade que cada instituição tem, a confiança que uma instituição tem na outra”. Por conseguinte, a binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento em parceria com DGETP-UTU e UTEC, conforme os entrevistados é um caso de êxito muito pelos servidores das organizações, a localização geográfica e a união dos países, além da qualidade do ensino ofertado. Por certo, estes são os pontos primordiais da permanência e consolidação desta experiência.

5.4.4 O ensino, a pesquisa e a extensão na binacionalização do ensino

O ensino, a pesquisa e a extensão são funções das Universidades e Institutos Federais, e considerados instrumentos para alcançar a comunidade onde se estão inseridos. De acordo com, Maués e Bastos (2017), a internacionalização passaria a integrar uma das funções da educação superior, devendo estar inserida dentro do ensino, a pesquisa e extensão. Com isso, os entrevistados foram questionados se existem projetos de pesquisa e extensão binacionais e a sua importância para a binacionalização do ensino.

Desta forma, pode ser observado que são executados projetos no Brasil e Uruguai congregando estudantes brasileiros e uruguaios, porém esse é um caminho que precisa ser aprimorado. Assim, E1 relata “já participei de um projeto de extensão, mas ele foi...digamos... ele era binacional porque houve seleção de alunos, esse aluno poderia ser do Brasil ou não. Mas ele foi desenvolvido no Brasil”. Por sua vez, para o E2:

Sim, a FEBITEC é um exemplo, né de projeto de extensão que a gente tem, que fazem parte da organização da FEBITEC servidores da DGETP-UTU e UTEC, a gente tem em torno de 12 pessoas nessa comissão, além dos do Instituto Federal né? Esse é um exemplo, mas a gente tem vários projetos de extensão binacionais, [...] faço parte da coordenação do Festival Binacional de Enogastronomia e também tem servidores da DGETP-UTU e UTEC que participam.

Seguindo a mesma visão E2, também destacou, “o que nós temos, dois perfis: tem projetos de extensão, assim como tem projetos que atuam em ambos os lados, mas sempre tem a intenção de integrar os lados, não obrigatoriamente, mas isso acontece de forma

natural”. Bem como, “nós temos projetos de extensão que são binacionais e atingem o público binacional” (E4).

Contudo, o entrevistado E6 reconheceu que esse é um ponto a ser avançado na binacionalização do ensino e que as legislações são empecilhos para o melhor desenvolvimento desses projetos:

Essa é uma área que talvez a gente não tenha conseguido evoluir tão significativamente assim, mas tem a nossa própria Pró Reitoria de Extensão fez ao longo dos últimos tempos um trabalho bem forte junto ao campus e junto à DGETP-UTU e à UTEC. Inclusive oferecendo também algumas capacitações na área de extensão. Nós temos na parte de Pesquisa também alguns processos em parceria, por exemplo um que tem impacto maior que já vem de algum tempo é a questão da busca do Polo Tecnológico de Rivera, onde nós estamos também inseridos nesse processo aí e aí envolve diretamente a questão da pesquisa, da inovação. E fora isso claro são os editais que a gente tem pra extensão e pesquisa que o Campus pode vir a acessar ao longo dessa caminhada. Acho que hoje de forma rápida assim, esse projeto do Polo Tecnológico de Rivera é talvez o principal movimento aí nesse sentido da pesquisa.

Conforme Dias (2019), a internacionalização do ensino contribui para o conhecimento de diferentes dimensões culturais, combate a preconceitos, o respeito e a dignidade nas relações sociais. Sobretudo, o ensino, a pesquisa e a extensão são de suma importância para o desenvolvimento da binacionalização do ensino, sendo que poder atuar em países diferentes, por meio de organizações de ensino com níveis diferentes, cursos técnicos e tecnológicos, traz contribuições e desenvolvimento para a comunidade. Inclusive para o E5:

Eu acho que é a consolidação mesmo do processo binacional por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A gente lida assim para o instituto, isso tem que acontecer também no binacional e aí vem aqueles desafios das particularidades: como fazer extensão com a comunidade uruguaia? Como é que a gente lida desde questões bem assim – tá e o professor pode atuar, não pode? Eu lembro de reuniões que eram tratadas assim, os laboratórios, os espaços da UTU e do IFSul como é que essa mobilidade docente, como ela se dá? Ela pode, não pode? O docente daqui pode ir lá, daqui a pouco pode cumprir uma carga horária lá? Ou desenvolver um projeto de pesquisa usando recursos da UTU ou da UTEC e vice e versa. Então esses entraves às vezes até na legislação de pessoal respalda isso? Ou não? Ou a gente precisa buscar um outro entendimento? Eu acho que isso é o que precisa ser superado pra que esse processo ocorra. Eu tenho observado que há uma vontade dos campus binacionais fazer com que isso aconteça, eu acho que é papel da instituição dar o suporte pra que os processos possam acontecer de uma forma tranquila, buscando alternativas pra esses entraves e estimulando a realização aí de projetos de extensão e de pesquisa dentro do binacional, então isso é fundamental. Até tem as feiras né? Sant'Ana já tem uma consolidação maior, com a realização de feiras binacionais, ou de participação. Eu até tive oportunidade de estar aí num Festival Gastronômico também em parceria, então foi bem legal, isso é fundamental pra gente ter avanço e mais retorno, tanto em relação com a sociedade, com o que é

produzido, é desenvolvido nesses projetos, quanto pra nossa comunidade interna, então eu acho que é fundamental.

Da mesma forma, para o E7 “é a mesma importância que é para o instituto como um todo de desenvolvimento da região de preferência, de não perdermos esses talentos da região, de dar oportunidade de fazer então, por exemplo, suas pesquisas, atacando problemas reais da região”. Não menos importante destaca-se, a opinião do E8 “a integração, sem dúvida. A integração é fundamental, acho que é o grande diferencial do nosso ensino aqui é essa questão da extensão e pesquisa, projetos de ensino, pesquisa e extensão e a integração dos dois países sem dúvida, acho que essa é a importância”.

Em vista disso, e com base na observação participante, identificou-se que o ensino, a pesquisa e a extensão têm sido utilizadas como instrumento de integração e desenvolvimento da binacionalização do ensino, mas com particularidades e empecilhos que vão além da vontade organizacional. No entanto, ressalta-se que a organização de ensino reconhece que precisa ampliar e aprimorar estas ações, para um atendimento equânime e qualificado.

5.4.5 O futuro da binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento

Como mencionado nas entrevistas o caso da binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento, tem-se tornado uma experiência relevante. A final, desde 2011 os cursos binacionais estão atendendo a fronteira e também houve a verticalização do ensino médio e técnico, para o ensino tecnológico e conseqüentemente a parceria com a UTEC. Com isso, a seguir demonstra-se os projetos e intenções de ações para o futuro da integração binacional do ensino. Observa-se o entrevistado E6:

Então como eu já contei, que é a questão da possibilidade do futuro de tentar quem sabe um pós graduação, uma especialização nessa parceria com Santa Maria, com UDELAR com DGETP-UTU com UTEC. Eu acho que esse é um caminho que está acontecendo e as coisas às vezes não acontecem tão rapidamente como a gente gostaria e muitas vezes também são projetos que levam tempo em função de todas as funções, as questões de dificuldades de legislação e quando a gente fala de ensino superior onde nós temos as graduações, os tecnólogos e temos as pós graduações também, elas tem uma legislação muito mais rígida que o Ministério da Educação tem, então a gente tem um pouco mais dificuldade e o planejamento acaba se transformando num tempo maior que a gente gostaria, então esses caminho não temos como acelerar muitas vezes mais ainda. De novo a pandemia travou muitas coisas, mas eu acho que esse é um caminho, de resto também o investimento que foi feito no campus para readequar, aperfeiçoar suas instalações físicas é um caminho também muito importante de destacar. Infelizmente a gente não conseguiu avançar nesses últimos anos, pelo menos na minha gestão em termos de quantidade de

servidores novos e esse é um grande limitador para que pudéssemos almejar muito mais processos e projetos para a binacionalidade.

De forma contrária, o E1 relata “eu sei da manutenção do que hoje já existe, mas algum projeto novo eu desconheço”. Porquanto, manter o que já existe, a parceria existente entre IFSul, DGETP-UTU e UTEC e buscar resoluções para empecilhos do presente, podem também ser considerados como ações futuras. Ao contrário do que se viu com E1, o entrevistado E2 relata:

A gente tem coisas que a gente tem que resolver – o transporte de pessoas e de veículos nos dois países, a gente tem que regulamentar os cursos superiores, parar com essa revalida, torna isso... isso acontece. A gente tem que... as pós graduações a gente já tem legislação né? A gente só não tem corpo docente, mas com o intuito de... vamos lançar o primeiro, vamos ver o que vai dar, vamos lançar algo piloto, [...] vamos fazer um curso piloto e ver o que acontece. Os nossos cursos FIC aumentar a oferta de vagas pra uruguaios, o PROFUNCIONÁRIO se tiver de novo vamos aumentar, que já teve na última pra uruguaios também. [...] O que mais? A gente tem batalhado por mais cursos do lado do Uruguai, principalmente cursos de nível integrado. A gente... acho que com a UTEC a gente tem muito a crescer, o parque tecnológico, a gente se inseri no parque tecnológico.

Na mesma linha E3 destaca:

A gente tem, segundo a nossa POVE, a proposta de ter, aumentar a quantidade de cursos, a gente também agora vai... sempre que a gente tem a oferta a gente busca que ela seja binacional, então a gente tá iniciando agora um trabalho de PROEJA-FIC, que vai ser em 2022. Nós temos uma possibilidade de ter alterações de cursos, ampliação do lado uruguaio, alteração do lado brasileiro. Nós temos a previsão de ter um curso de especialização binacional e a gente espera que a gente consiga ampliar a oferta aqui na fronteira. Tem alguns cursos também que necessitam ser descontinuados, porque a quantidade de inscritos vai diminuindo com o tempo e acaba acontecendo que a gente vai modificando esses cursos, ou trocando, ou trocando o eixo, dentro do eixo né? Colocando outro curso. Então a gente busca sempre atualiza assim, por outro lado a gente precisa ter o avanço da legislação pra que a gente consiga ter uma maior oferta. Então, a gente tem a muitos anos um pedido para o MEC pra conseguir que os cursos superiores sejam considerados binacionais, haja uma evolução do acordo binacional entre Brasil e Uruguai, pra que a gente possa ter cursos de mestrado, cursos de especialização, de doutorado também binacionais, então essa é uma questão que não depende exclusivamente das instituições, mas sim, dos Ministérios de Relações Exteriores dos dois países, de vontade política, então aí tem todo um trabalho que a gente tem que fazer além da questão educativa pra conseguir fazer funcionar. E isso são os desafios que a gente tem e os interesses que a gente tem na verdade daqui pra frente.

A priori, a continuidade das ações existentes também está relacionada a projeções futuras e a reafirmação das necessidades da binacionalização do ensino. Segundo Mueller (2013, p, 30):

Órgãos governamentais como ministérios da educação, da ciência e tecnologia, da educação, entre outros organismos públicos vinculados à educação superior, além do setor privado, representado por instituições e representantes do próprio setor educacional são importantes atores que podem interferir nas mais distintas razões à internacionalização do ensino superior como o incentivo financeiro, à pesquisa e às relações interculturais. Para a construção de estratégias de internacionalização em nível institucional é necessária a compreensão da distinta atuação destes organismos, como forma de motivações externas.

Por sua vez, para o entrevistado E4 “[...] a gente precisa ampliar e consolidar as atividades de pesquisa e extensão, [...]conseguir que a gente tenha mais flexibilidade para os professores transitarem nessa fronteira e trabalharem nessas três instituições de ensino, isso é meio que contínuo”. Cabe ainda ressaltar a ótica do E7:

De Sant'Ana do Livramento eu acho que o desafio que a gente está trabalhando realmente é essa verticalização de cursos de pós graduação, iniciando com uma especialização, quem sabe um mestrado, já tem aí mais instituições envolvidos que não é problema nenhum eu acho que a gente ganha com isso, até porque diminui em custo e diminui carga horária de servidores, dilui um pouco. Mas, assim, de curto prazo é isso, a médio prazo a gente não tem nenhuma luz no final do túnel.

Como se viu no caso da verticalização do ensino que é uma das possíveis ações para o futuro, também se destacam posições contrárias, ou até mesmo o desconhecimento das próximas ações. Neste sentido, a observação participante leva a entender-se que, é necessária a discussão com a comunidade em geral para expor as intenções para o futuro, como a binacionalização do ensino por si só é desafiadora diariamente, imprime-se que a todo momento surge alguma ação futura para contornar as dificuldades. Neste sentido, também a dependência de ações e posicionamentos dos governos dos dois países, pois em muitas situações existe a necessidade de autorização por meio de legislações e acordos. Sendo assim, pensar e planejar o futuro é algo experienciado diariamente pelos seus servidores e gestão.

5.4.6 Os desafios da binacionalização do ensino durante a pandemia de COVID-19

A presente pesquisa foi realizada durante a pandemia de COVID-19 iniciada no ano de 2020, conseqüentemente ela trouxe para o mundo muitas conseqüências e principalmente para organizações de ensino que tiveram de suspender suas atividades presenciais e oferecer o ensino emergencial remoto. Por este motivo inseriu-se um questionamento sobre como foi a

gestão universitária do ensino binacional durante a pandemia de covid-19 e quais as dificuldades encontradas. Desta maneira o entrevistado E3 salienta:

Foi difícil, foi bastante difícil por várias questões assim, primeira, inicialmente com a parada completa das atividades, em segundo lugar a gente não sabia exatamente a situação dos alunos, a partir que gente tomou pé, avaliou a situação dos alunos e teve um panorama a gente teve bastante dificuldade para reiniciar as aulas de forma remota, principalmente por questões que dependiam de atuações da reitoria e conselho superior. Eu pessoalmente considero que o processo foi muito demorado no sentido de falta de agilidade mesmo, solução de problemas, sendo que outras instituições foram muito mais ágeis na construção do retorno remoto, na recuperação de calendário, o IFSul não teve um bom desempenho, e eu acredito que por essa falta de atuação.

Em consonância, Paiva e Campos (2018) destacam, se por um lado as organizações de ensino possuem autonomia em sua gestão, por outro estão ligadas às decisões do poder executivo. Por conseguinte, o fato dos governos do Brasil e Uruguai enfrentarem a pandemia de forma diferente, com ações mais contundentes e ativas do lado Uruguaio, influenciou na retomada mais ágil nas organizações Uruguaias. Sendo assim E2 relata:

A gestão da pandemia pelo governo uruguaio e pelo governo brasileiro foram totalmente diferentes, o governo uruguaio vacinou muito mais rápido e aí pode retornar as atividades muito mais rápido e mesmo que não tivesse vacinado teve mais contenção, o vírus circulou menos, tá o Uruguai é menor? É, mas as coisas são distantes umas das outras né? Mas, circulou menos, e aí isso gerou consequências pro calendário, a UTU voltou presencial e começava a nos pressionar, e aí quando é que vocês voltam? Quando é que voltam? E além do presencial, a DGETP-UTU ficou acho que três semanas, a UTEC ficou uma semana sem aula né? E nós ficamos o quê? De março a agosto sem aula, e isso, sabe pra nos foi horróroso, foi bem difícil de trabalhar, porque aí eram só questão assim, tá vocês vão perder os alunos uruguaio, os uruguaio tão saindo e nos amarrados né, era uma decisão que não era do campus, não era minha, não era da coordenação do binacional, e a gente amarrados, a gente levava nossas demandas e não se resolvia, não se resolvia, até que resolveu lá e aí, acho que foi setembro a gente retomou as atividades e estamos retomando e isso teve muitas consequenciais né? A gente tem hoje percentual baixos de alunos uruguaio nos cursos, principalmente nas turmas mais avançadas, porque eles acharam que a gente não ia voltar nunca, ou então que o curso nosso o integrado já é um ano a mais e aí eles iam ficar quanto tempo a mais no curso né, então a gente teve esses detalhes aí... da relação com a UTEC eles foram muito mais pacientes até e colaborativos [...]. Em compensação eu conheci pessoas de Montevideu que de repente antes eu não conheceria, Jaguarão também a gente trocou muitas figurinhas com Jaguarão, é importante trocar essas informações, a reitoria né eu me aproximei muito das pró reitorias nesse período também porque a gente tinha algumas comissões, acho que foi por aí[...].

Observa-se que, a forma diferente de como Brasil e Uruguai enfrentaram a pandemia foi destacada pelos entrevistados mais de uma vez, como por exemplo o E4 “outra coisa é como o Uruguai e o Brasil em termos de país enfrentaram a pandemia, o Brasil demorou

muito mais pra enfrentar a pandemia com a vacina, a partir do processo de imunização propôs as atividades presenciais de forma muito mais rápida”. Para tanto, “as políticas da educação superior, enquanto políticas sociais, sofrem o impacto do modelo de Estado que lhes serve de locus e suporte” (FRANCO; MOROSINI, 2005, p.30). Outra situação destacada pelo E4:

Gerenciar a pandemia já não é algo barbada né? Não é gerenciar a pandemia é gerenciar um campus em meio a pandemia, é algo bem difícil, que nem nós falamos os interesses são diversos e a gente precisa gerenciar para o interesse coletivo maior [...] Só que isso aconteceu levando em consideração que nós vivemos em um campus que ele é multicampi, um Instituto que é multicampi, tem uma reitoria em Pelotas e precisa construir legislações, resoluções, instruções normativas para todo o IFSul. Então a gente vai lá pra discussão em Pelotas, por exemplo, faz no MEET, mas cada um tem os interesses dos seus campus o interesse da sua comunidade, quando tu tem isso e tem 13 campus que não são nacionais e 1 que é binacional, a discussão de interesses binacionais ela é sempre ínfima, nós vamos discutir pra maioria que são 13 campus e não para 1 campus que é binacional [...].

Em vista disso, mais uma vez as particularidades da binacionalização vem à tona, e o quanto ser diferente traz maiores dificuldades ou desafios, pois a organização da gestão acontece para atender a maioria, não contemplando em diversas situações o campus binacional. Além disso, existe a parceria com organizações de ensino de países diferentes que já estabelecem acordos, regulamentos e ações diferenciadas, assim E6 ressalta:

Assim a nossa relação sempre foi muito amistosa e de parceria mesmo com a UTU e a UTEC, mas evidente que eles têm um formato de gestão diferente da nossa, uma forma de decidir diferente da nossa e a gente respeita essas questões, muitas vezes isso gera problemas nessa relação né? Não só no sentido de nós com eles, mas também deles conosco, porque a gente também tem nossas limitações, nossas dificuldades e nossa forma diferente de gerenciar e as questões de legislação também, evidentemente. Então teve momentos mais difíceis e tal, e tem algumas questões que não estão ajustadas ainda que a gente tá trabalhando para isso, mas eu acho que de forma geral a gente pode dizer que essa relação sempre foi produtiva, temos que melhorar, temos arestas para ajeitar. Mas eu acho que a gente pode fazer uma avaliação geral de que essa relação é produtiva, porque graças a ela é que nós chegamos ao que hoje temos.

Diante do exposto, em uma pesquisa sempre deverá haver opiniões divergentes, mas que ao final contribuem para a análise dos dados e do objeto pesquisado. Desta forma, Trigueiro (2004), ressalta que, não existe uma caracterização da realidade únicos, os olhares, enfoques e concepções são diferentes de acordo com o plano histórico, cultural e regional. De outro modo, também foi identificada a opinião de que não houve participação na gestão binacional do ensino durante a pandemia, e que apenas teve conhecimento. Ademais E5 destaca:

Também a gente tinha uma situação de pressão, isso não lembro se foi 2020 ou 2021, pressão bem significativa, porque o Uruguai adotou outras medidas diferentes das brasileiras e a situação do Uruguai era uma. Então ao mesmo tempo o Uruguai teve um fechamento bem grande, até pra preservar quando o Brasil começou a disparar, ao mesmo tempo o Uruguai conseguiu fazer uma retomada antes nas questões de educação. E eu lembro do diretor falando bastante sobre isso também, e isso pressionava muito o campus, falando de Livramento especificamente, pressionava muito o campus pra ter essa retomada e a gente não tinha. Então, foi ali realmente um cabo de guerra, eu acredito que infelizmente e agora os números vão mostrando, mas a gente tá tendo um impacto muito grande em termos de evasão e acredito que agora nessa retomada presencial isso vai ficar mais evidente, porque provavelmente muitos estudantes não fizeram seus desligamentos, então os números provavelmente não estão mostrando a realidade. Então a recuperação desses prejuízos em termos de calendário, em termos de recuperação desses estudantes que estão retidos, que eventualmente voltem pra instituição e daqueles que não vão voltar pra instituição é algo pra muitos anos. A gente tem aí uma perspectiva de... sem precisar algo, em termos de calendário daí pra dois anos tranquilamente para conseguir botar isso em ordem, e em termos de recuperação desses estudantes, sem contar os prejuízos indiretos que isso possa trazer, então é difícil até falar assim, porque é muita coisa, acho que a gente ainda não parou, a gente não conseguiu ainda parar pra avaliar esse processo né? [...]

Por outro lado, para E8:

Eu tenho esperança que daqui pra frente as coisas vão começar a melhorar, eu acho que o impacto da pandemia já aconteceu, a gente ainda vai colher frutos um pouquinho mais, um ano quem sabe dois ainda, colher frutos ruins da pandemia isso que eu quero dizer, porque a nossa instituição pecou muito na pandemia, principalmente o Reitor. Chega a um ponto que é necessário botar limites nas coisas.

Mediante o exposto, a gestão da binacionalização do ensino, foi impactada pela pandemia de COVID-19, assim como o mundo todo. Durante este período, foram vividos momentos de tensão e desacordos, que por algum tempo ainda serão identificados. Neste caso, observa-se o relato do E7 “a gente conseguiu perceber que é possível a gente interagir com as pessoas a distância de uma forma mais rápida e mais barata”. Assim, dentre tantas questões negativas, esta foi considerada positiva, estabelecer relações e estreitar os laços, diminuir as distâncias para fortalecer a parceria IFSul, DGETP-UTU e UTEC.

Do ponto de vista da observação participante, com a composição do diário de campo, entende-se que, além dos desafios diários a pandemia trouxe novas questões a serem analisadas e contornadas em relação à binacionalização do ensino. De fato, as suas consequências ainda não foram mensuradas na vida da sociedade e também nos espaços educacionais. O que já se pode perceber são desistências e evasões dos cursos, que acontecem por diferentes motivos, cabe a gestão, ao Estado e a comunidade em geral refletir e avaliar

todo o processo vivido e aos poucos ir retornando à realidade “normal”, para poder avançar em novos projetos da binacionalização do ensino.

5.4.7 A binacionalização do ensino na visão dos estudantes

O presente tópico buscou trazer a binacionalização do ensino sob a perspectiva de estudantes dos cursos binacionais, sendo 2 brasileiros um com curso em andamento e 1 outro egresso, e 2 uruguaios, 1 com curso em andamento e 1 egresso. Desta maneira, ao serem perguntados sobre a importância dos Institutos Federais, a Estudante 2 manifestou, “são de grande importância, porque geralmente tu só vai fazer o médio normal e deu. E aí com o Instituto Federal tu já sai com o técnico, então é bastante vantajoso”. O Estudante 4 relata:

O mais importante para mim é que é gratuito, o resto, sem dúvida, se destaca dos outros colégios, dos outros lugares para estudar. Se destaca a infraestrutura, a qualidade dos profissionais que estão lá dentro, desde a parte mais baixa que atuam conosco até a parte mais alta, desde o porteiro até o diretor. A qualidade, a forma como nos acolhem, como sempre estão presentes para qualquer apoio que nós necessitemos, a verdade é que o IFSul me encanta, me encanto muito.

Assim como, para o Estudante 3 “foi uma forma de democratizar o conhecimento que antes estava só nas elites, e aí começou a afetar toda a população”. Sendo que para Máximo (2020, p. 5):

O processo de expansão da educação profissional cumpriu papel importante na ampliação do acesso à escolarização em nível profissionalizante, mas também no ensino técnico e tecnológico. Para além, os IFs também contribuíram para a expansão do ensino superior, tanto de bacharelados quanto de licenciaturas, seguindo a obrigatoriedade imposta pelos documentos institucionais que regulamentam o funcionamento dos Institutos.

Na sequência, sobre a internacionalização e binacionalização do ensino os estudantes ainda demonstram um desconhecimento, até pelo fato de ser algo novo e de estarem iniciando sua caminhada profissional e acadêmica. Entretanto, nas falas se destacam as expressões “união” e “unir as fronteiras”. Neste sentido, o Estudante 3 relata:

Acho que foi uma forma inclusive de unir mais a fronteira aqui, a nossa fronteira. Mas, foi uma forma interessante de ver como as duas nacionalidades podiam trabalhar juntas sem ter tantas diferenças, que por exemplo quando eu era menor eu percebia muita diferença do meu ensino para o do meu primo que estuda no Uruguai

e os conteúdos eram diferentes, a forma de trabalhar era diferente e ver como os dois na verdade podem funcionar juntos e é uma forma de unir mais a fronteira.

Por sua vez, a Estudante 2 destaca, “que é uma junção dos dois países, principalmente uma mescla da fronteira”. Na visão do Estudante 4:

Sei que é algo que não faz muito tempo que existe e na verdade abre um mundo e um campo enorme para a fronteira, e a fronteira aberta que temos, sem dúvida é algo único no mundo, que estudantes de dois países e duas nacionalidades se encontram na mesma sala e vão dormir em distintos países, isso é algo que não é comum ver em outros países, pra nós pode ser comum, mas para os outros... eu vou para Montevidéu por exemplo e os outros dizem o quê? É sério? Não creem porque é algo surreal digamos, para eles e imagina para outras pessoas do mundo que não podem passar, ou que há uma parede ou algo para cruzar a fronteira. É muito lindo o binacional e que abre muitas fronteiras e muitas possibilidades para pessoas uruguaias quanto brasileiras.

Outrossim, a qualidade da formação e as oportunidades que podem se abrir com a binacionalização do ensino também foram mencionadas. Desta maneira para o Estudante 1:

Pra mim não sei se é o conceito correto, mas é dar oportunidade de fazer uma carreira que tenha valor tanto do lado uruguaio quanto do lado brasileiro né? Que é uma coisa que eles sempre tão frisando ali pra nós que quando nós saímos que seja profissionais, nós vamos ter um título que vai valer tanto no Brasil como no Uruguai e isso é importante pra toda questão de abranger mais o mercado de trabalho, né? Porque aí as pessoas que se formam num curso binacional têm tipo... mais oportunidade um mercado de trabalho mais amplo.

A partir disso, foi perguntado o que pode contribuir para que a binacionalização continue acontecendo no Campus, neste caso o Estudante 3 opina:

Eu acho que foi assim, um divisor. Porque eu lembro de quando eu entrei e eu vinha de um colégio particular, querendo ou não eu tinha muito mais privilégios que os outros, eu tinha salas boas, eu tinha quadros bons e eu cheguei e me deslumbrei assim, era tudo novinho, a minha era a primeira turma. E era tudo novinho, as mesas novinhas, impressora 3D, era muito pra nossa realidade aqui da fronteira e acho que segue sendo assim. Foi uma forma de revolucionar o pouco que a gente tinha e ter muito mais acesso, coisas assim que eu vejo hoje na faculdade e me facilitaram muito. A pesquisa, que tinha que fazer artigos, minhas colegas eu vejo na faculdade tem muita dificuldade pra isso, e eu já aprendi no IF sabe? Então, pra mim é isso o desenvolvimento, todas as informações que eles te dão que realmente tu vais usar depois.

Neste sentido, certamente a interiorização dos Institutos Federais trouxe para as comunidades longe dos grandes centros um novo padrão de educação, com mais

investimentos e com novas oportunidades como o ensino, a pesquisa e a extensão e isso se comprova nas falas dos estudantes. Era algo nunca visto, e se quer imaginado pelos estudantes o que também causa um reconhecimento e orgulho. Ainda que, “interiorizar, que parecia ser apenas uma característica inerente aos Institutos Federais, continuou a se apresentar como um grande desafio” (MASCHIO, 2019, p. 9).

Por sua vez, dentre estes desafios e oportunidades destaca-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que são funções dos Institutos Federais. Sendo assim, os estudantes demonstraram que tinham conhecimento dos projetos de extensão e pesquisa que eram divulgados no campus, observa-se o Estudante 4:

Sim, participei de vários projetos. Tenho medalhas de competições e coisas, eu creio que fui um dos que mais viajou pelo IFSul. Eu me metia em todos os projetos, eu gostava, competições e projetos de pesquisa e extensão. Participei em feiras internacionais, fui para Santa Catarina, fui para vários lados com o IFSul e o melhor disso era que o IFSul pagava, eram essas coisas que poucas pessoas aproveitam, eu fui a pessoa que mais aproveitou esse tipo de viagem de projetos, porque havia gente que não gostava, mas eu estava fazendo e era algo que gostava. E meu estágio foi um projeto de pesquisa e extensão que eu desenvolvi com o professor X do clube de robótica sem fronteiras, esse projeto eu validei como estágio.

Sob outro ângulo, a Estudante 3 relata “conhecimento sim. Não participei de projetos, eu tinha que ter participado, hoje me arrependo. Sabia porque os outros colegas faziam, estavam sempre envolvidos nisso e porque os professores falavam”. Neste sentido para o Estudante1, “Sim, eu sei que fazem projetos, em certo momento me voluntariei pra um [...] e até gostaria de participar de algum”. De acordo com os estudantes entrevistados, há conhecimento sobre os projetos, mas por decisão pessoal alguns participam outros não.

A partir do exposto, soma-se a oportunidade de integrar os dois países de acordo com o Estudante 4, “eu sei que a fronteira de Rivera e Sant'Ana do Livramento é muito longa. Em minha opinião seria pela integração e comunicação e a sociedade amigável e amistosa que há nessa região”. Já para a Estudante 2 “e também porque é uma boa mistura”.

Ainda pode ser destacado a inclusão social e as ações de permanência e êxito, a política de ações afirmativas, com reservas de vagas para as minorias. E como foi relatado por um dos entrevistados, o acolhimento aos estudantes com alguma necessidade específica e/ou deficiência. Neste sentido, a Estudante 2 relata:

Sinceramente eu nunca senti nenhuma dificuldade no Campus, porque eu já enfrentei muitas dificuldades em outras escolas por ser cadeirante, tipo o banheiro

adaptado, não era bom, ou tinha alguma coisa quebrada ou não funcionava direito. No Colégio Alceu Wamosy, tinha escadas então eu nunca entrava pela frente, eu entrava pelos fundos da escola. No Colégio General Neto eu entrava pelo lado da escola, porque também tinha escadas e a sala de aula que seria no caso no segundo piso, foi transferida pro primeiro piso que era tipo uma sala de aula adaptada pra te jogos essas coisas, aí foi transformada em duas salas de aula. Então, parece que quando eu cheguei ali, eu me senti acolhida de verdade.

Além do mais, as falas demonstram o porquê, eles consideram o do IFSul Campus Sant'Ana do Livramento como “revolucionário”, sua implantação foi uma quebra de paradigmas para a educação da região tanto pela binacionalização do ensino, como pelas políticas de inclusão social. Cabe aqui evidenciar o Estudante 4:

Como melhorar? Na verdade, não sei o que melhorar, vocês têm pessoas comparadas com o Uruguai quando eu cheguei não sei. No Uruguai existem os adscriptos, que são pessoas que estão encarregadas do curso e quando chega no IFSul via que a parte administrativa, a parte logística, a TI, pessoas do apoio estudantil, tinha pessoas de todo o lado e todas estavam com o mesmo fim de ajudar o aluno. Aqui no Uruguai tinha uma e duas pessoas com sorte para muitos alunos, então não sei. Capaz se perguntasse a algum brasileiro isso, ele te poderia ajudar (responder). Mas quando saí do Liceo e entrei no IFSul foi algo totalmente diferente, a quantidade de ajuda, a quantidade de pessoas que tinham para nos ajudar e concluir suas funções, entente? Não sei, mas pra nós nunca faltou nada.

Por outro lado, se faz necessária a constante avaliação para superar alguns empecilhos, afinal a binacionalização do ensino é construída quotidianamente, com vivências únicas e por isso, está em constante processo de aperfeiçoamento. Diante disso, o Estudante 3 salienta:

Na parte de binacionalidade isso, que os professores tivessem algum tipo de conhecimento em espanhol pra poder falar com os alunos. E também eu acho que faltava um pouco da parte pedagógica, principalmente dos professores de áreas técnicas, tinham muita dificuldade de passar o conteúdo e de serem entendidos sabe?

Não obstante, as opiniões divergentes que apontam o que pode ser aprimorado são necessárias para o desenvolvimento da organização, ouvir os participantes desse processo como estudantes e servidores faz parte da consolidação da binacionalização do ensino. Ademais, para Legnani e Souza (2019, p.13):

Os Institutos Federais ofertam educação profissional e tecnológica; e, no que diz respeito aos institutos localizados em região de fronteira, há que se considerar a elaboração de políticas educacionais que tenham um olhar sobre os alunos transfronteiriços, que compõem uma diversidade social e cultural para além das questões burocráticas devem ser observadas.

Assim sendo, outra dificuldade apresentada pelos estudantes egressos foi o diploma binacional, ambos encontraram dificuldades na sua apresentação, pelo desconhecimento e também por questões administrativas de uma das organizações parceiras. Assim, salienta-se a experiência do Estudante 4:

No início tive muita dificuldade, porque a DGETP-UTU, não publicavam as notas, não publicavam se passavam de ano ou não. Então para imprimir o formulário 69 que aqui chamam de formulário da tua escolaridade, com que carreira terminou e colocam todas as matérias dos anos, com as notas iniciais e notas finais, tipo toda a tua escolaridade e todas as tuas matérias. Então, o IFSul ao terminar o primeiro ano mandava a informação para a DGETP-UTU, e não atualizavam, não sei o que faziam que nunca atualizam isso. Então quando eu ia na UTU não consegui, aí eu tinha que ir buscar os papéis no IFSul e trazer pra cá... isso no início, depois de um ano que eu insisti, insisti, me atualizaram as notas finais e aí sim pude entregar o formulário, o formulário que me pediam para ingressar na Universidade ou ingressar em qualquer parte, para apresentar em algum trabalho ou algo disso, tem que ter esse formulário que é onde comprova que tu terminou os estudos na DGETP-UTU. Eu pedi esse formulário no IFSul, me comprovava, dizia que eu era técnico em Eletroeletrônica, mas estava todo em português e eu fui apresentar esse papel em Montevidéu e não entendiam nada. E eu dizia, é um curso binacional que tem convênio com DGETP-UTU e isto e aquilo, e me diziam este papel não é da DGETP-UTU, este papel é brasileiro, não me diz nada que é da DGETP-UTU, tem que me trazer o papel da DGETP-UTU, e o papel não estava completo, então de muito aí sim completaram e tá. A dificuldade foi da parte uruguaia, não da brasileira, uma comunicação, não sei... é que é diferente, é diferente e por isso, sigo agradecendo que fui para aí e não no Uruguai.

Bem como, a Estudante 3:

Tive dificuldade na Uninter, porque eles não entendiam o negócio da DGETP-UTU. Era como se não fosse do Brasil, aí eu tive e explicar e aí tá eles aceitaram, foi o único lugar que eles meio que desconfiaram do negócio que eles não entenderam bem. Que achavam que não era brasileiro.

Com isso, reconhece-se que ainda há questões a serem superadas, porém, essas dificuldades surgem a cada nova turma formada, pois é um processo contínuo, que está sendo construindo e como já foi dito por alguns entrevistados, surgem durante a caminhada que ainda é desconhecida. Este fato também demonstra que a binacionalidade do ensino ainda precisa ser reconhecida dentro da comunidade, pelas legislações que essas dificuldades sejam sanadas.

5.5 O IFSul Campus - Sant'Ana do Livramento e os indicadores da binacionalização do ensino

De acordo com os indicadores da internacionalização apresentados no referencial teórico, segundo Sebastian (2011), o Relatório do Grupo de Trabalho Internacionalização – DAV (2019) e o Levantamento das Ações de Internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e Resultados do GT de Políticas de Internacionalização (2017), buscou-se criar e ou adaptar os indicadores da binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana no Livramento.

Por conseguinte, diante dos argumentos apresentados, construiu-se uma base de indicadores para a binacionalização do ensino, conforme o quadro 11, abaixo.

Quadro 11 - Indicadores para a Binacionalização do Ensino

1.	Pressupostos próprio dedicado a atividades binacionais;
2.	Projetos de Pesquisas binacionais;
3.	Projetos de extensão binacionais;
4.	Acordos e parcerias binacionais;
5.	Participação em eventos binacionais;
6.	Normativas e regulamentos relacionados a binacionalização;
7.	Planejamento estratégico institucional contendo objetivos e ações para a binacionalização;
8.	Percentual de vagas e processo de seleção para estudantes de outra nacionalidade;
9.	Departamento/coordenadorias responsáveis por convênios e operacionalização da binacionalização do ensino;
10.	Políticas e ações de assistência Estudantil binacionais;
11.	Diplomação binacional ou acordos binacionais para revalidação do diploma;
12.	Definição da binacionalização do ensino

Fonte: Adaptado pela a autora (2022), com base em Sebastian (2011); Relatório do Grupo de Trabalho Internacionalização – DAV (2019); Levantamento das Ações de Internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e Resultados do GT de Políticas de Internacionalização (2017).

Em vista disso, o estabelecimento de indicadores para a binacionalização tem como objetivo, avaliar e prever metas e ações para sua implementação e consolidação, assim como contribuir para novas experiências de binacionalização do ensino. Visto que, “o conhecimento dos indicadores de internacionalização, por meio de um instrumento claro, é importante porque denota quais os rumos que a internacionalização tem seguido e verifica se corrobora com as recentes pesquisas realizadas na área de estudo” (DIAS, 2019, p.26).

Além disso, Knight (2020, p.29) afirma que:

Sem um conjunto claro de razões, acompanhadas por um conjunto de objetivos e definições de políticas, um plano de implementação e um sistema de monitoramento/avaliação, o processo da internacionalização é, muitas vezes, uma resposta ad hoc, reativa e fragmentada ao enorme número de novas oportunidades internacionais disponíveis.

Desta forma, com base na construção de uma proposta de indicadores para binacionalização do ensino, identificou-se que o IFSul Campus Sant'Ana do Livramento busca cumpri-los formalmente ou informalmente. O quadro 12 abaixo, demonstra os indicadores e se o campus os cumpre:

Quadro 12 - Indicadores de Binacionalização do Ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento

INDICADORES	SIM/NÃO
1. Pressupostos próprio dedicado a atividades binacionais;	SIM
2. Projetos de Pesquisas binacionais;	SIM
3. Projetos de extensão binacionais;	SIM
4. Acordos e parcerias binacionais;	SIM
5. Participação e eventos binacionais;	SIM
6. Normativas e regulamentos relacionados a binacionalização;	SIM
7. Planejamento estratégico institucional contendo objetivos e ações para a binacionalização;	NÃO
8. Percentual de vagas e processo de seleção para estudantes de outra nacionalidade;	SIM
9. Departamento/coordenadorias responsáveis por convênios e operacionalização da binacionalização do ensino;	SIM
10. Políticas e ações de assistência Estudantil binacionais;	SIM
11. Diplomação binacional ou acordos binacionais para revalidação do diploma;	SIM
12. Definição da binacionalização do ensino	NÃO

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Mediante o exposto no quadro acima, ao serem questionados se há pressupostos da binacionalização do ensino os entrevistados responderam que sim, que existe por exemplo os princípios binacionais expressos nos PPCs dos cursos desde 2019. Já em relação a existência de projetos de pesquisas e extensão binacionais, os entrevistados responderam que existe, e que estes projetos estão registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pró-Reitoria de Extensão. Assim como, também existem parcerias para a binacionalização do ensino com a DGETP-UTU e UTEC, bem como com outras organizações para realização de estágio e determinadas atividades. O que leva também ao cumprimento do indicador de Participação em eventos binacionais.

Outro indicador analisado foi a existência de normativas e regulamentos relacionados à binacionalização, identificou-se por meio da observação participante que existem os Acordos Binacionais e as legislações federais e estaduais tanto do Brasil como do Uruguai. No entanto, em relação ao Planejamento Estratégico Institucional contendo objetivos e ações para a binacionalização, percebeu-se que os objetivos para a binacionalização não constam no PDI formalmente. Desta forma, o E5 relata “especificamente não, não tem uma característica específica [...] nós temos ali objetivos que tratam da questão da permanência e êxito, na questão da inclusão, mas o objetivo ele não traz essa especificidade”. Por isso, indiretamente existe uma relação, mas que não está expressa explicitamente no documento.

Ainda, o indicador de percentual de vagas e processo de seleção para estudantes de outra nacionalidade, como mencionado as vagas são destinadas 50% para brasileiros e 50% para uruguaios, mesmo nos cursos superiores. O Campus demonstrou sempre buscar a divisão das vagas por nacionalidade ou a concessão de um percentual em todos os cursos ofertados. Do mesmo modo, cumpre o indicador de: Departamento/coordenadorias responsáveis por convênios e operacionalização da binacionalização do ensino, existe uma Coordenadoria de Assuntos Binacionais, com um servidor coordenador. Na visão do E5 tem se que, “com relação as funções, hoje o Campus já possui todas as suas funções previstas na Portaria do MEC que determina o tamanho dos campus, hoje o campus já tem todas as suas funções distribuídas” Sob a ótica do E6:

[...] hoje tem uma limitação na questão que os campus estão organizados em termos de quantitativos de Cargos de Direção CDs e funções, de acordo com a estrutura que o próprio Ministério da Educação elencou através da portaria 246, que foi substituída pela 913 se não me engano. Então, hoje o campus já tem todas as funções que tem prevista pra receber, então qualquer alteração nessa estrutura ter que ser dentro desse contexto, então não tem uma perspectiva da gente conseguir um Cargo de Direção nova, ou uma Função Gratificada nova. O que que a gente está trabalhando nesse momento é com Função de Coordenação de Cursos - FCCs que aí a gente tem uma pequena maleabilidade maior porque ela permite uma função para coordenações de curso. Então agora foi uma das questões que nós conseguimos atender nos pedidos que o campus fez ao final do ano passado, como te disse, da gente conseguir disponibilizar uma FCC, para uma coordenação geral dos cursos binacionais e é isso então que vai estar sendo implementado, não é o ideal ainda, mas é um pequeno alento aí nessa estrutura.

Corroborar-se, nesse ínterim a aprovação no Conselho Superior - CONSUP a criação de uma Função Comissionada de Coordenação de Curso – FCC, para atuação nos cursos binacionais oferecidos na DGETP-UTU, passando a ter 2 servidores com funções específicas

para a binacionalização do ensino. Embora, ainda não seja o ideal, visto que a demanda de trabalho é expressiva, reconhece-se que é um pequeno avanço e uma conquista para a binacionalização do ensino no campus.

Bem como, a existência de Políticas e ações de Assistência Estudantil binacionais, constatou-se que a Política de Assistência Estudantil do IFSul atende as duas nacionalidades sem restrições, de acordo com a vulnerabilidade socioeconômica do estudante. Logo, em relação à Diplomação Binacional ou Acordos Binacionais para revalidação do diploma, o diploma dos cursos médio integrado e técnico subsequente são binacionais, e aceitos nos dois países sem revalidação. No entanto, devido à legislação não permitir o diploma dos cursos de Graduação precisarão ser revalidados, então este indicador está sendo cumprido dentro das organizações.

Por fim, o indicador de Definição da Binacionalização do Ensino, nas entrevistas percebeu-se que não há uma conceituação própria para a binacionalização do ensino, mas sim princípios binacionais e acordos. Sendo assim, essa seria uma proposta para a organização criar uma conceituação com base na experiência, para fortalecer e avançar ainda mais nessas questões.

Ademais, “a gestão universitária é delineada por documentos institucionais, os quais estabelecem o viés da política institucional, como é o caso do Regimento Geral, o Estatuto, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Planejamento estratégico” (RIBEIRO, 2017, p.364). Neste sentido, os documentos regimentais e a base de indicadores são os balizadores da internacionalização e binacionalização do ensino. Salienta-se, que a proposição de alguns indicadores pode contribuir com a função da internacionalização e por conseguinte com a sua consolidação.

A saber, “o conhecimento dos indicadores de internacionalização, por meio de um instrumento claro, é importante porque denota quais os rumos que a internacionalização tem seguido e verifica se corrobora com as recentes pesquisas realizadas na área de estudo” (DIAS, 2019, p.26). Diante disto, a construção dos indicadores deve ser baseada nas produções teóricas e também levar em conta as características da organização, do espaço local e regional onde se está inserido. Knight (2020), uma vez que, não há um conjunto de objetivos e definições políticas, com monitoramento e avaliação, o processo de internacionalização torna-se fragmentado.

Em suma, dos 12 indicadores que este estudo buscou criar para a binacionalização do ensino, de acordo com a função dos Institutos Federais o ensino, pesquisa e extensão, o Campus Sant'Ana do Livramento cumpre 10 destes indicadores, sendo que nos indicadores não atendidos: a) Planejamento estratégico institucional contendo objetivos e ações para a binacionalização; b) Definição da binacionalização do ensino, apesar de não estar formalizado nos documentos, de forma indireta e informal existe a intenção de cumpri-los, pois o planejamento realizado considera a binacionalização nas ações no Campus.

Por conseguinte, considera-se que a binacionalização tem muito a evoluir dentro do campus e dentro da rede federal de ensino, e ações como estas podem servir como impulsionadora e exemplo para outras organizações, embora como identificado na pesquisa o caminho é incerto e imprevisível.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internacionalização do ensino está ligada diretamente à globalização, seu nascimento pode ser considerado como uma forma de enfrentamento. Por isso, as organizações de ensino a buscam para enfrentar os desafios e também para disseminar o conhecimento em diferentes realidades. Neste sentido, a internacionalização busca desenvolver a organização de ensino e, conseqüentemente a região onde se está inserido, ultrapassando os muros das fronteiras espaciais e do conhecimento.

Apesar da internacionalização ser desenvolvida desde o surgimento das universidades, o fato de haver discordâncias em sua conceituação causa um estranhamento e às vezes até um olhar desconfiado. Com isso, as ações de gestão da internacionalização e binacionalização do ensino, são ainda desconhecidas pela sociedade em geral, e por isso, os espaços que a buscam sofrem constantemente com o desconhecimento e são desafiados a reafirmar a todo e qualquer momento as suas necessidades e desafios.

A fim, de buscar compreender como acontece a binacionalização do ensino em uma região de fronteira, este estudo buscou responder o seguinte problema de pesquisa: Como compreender a binacionalização e a gestão universitária do ensino no Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul Campus do Sant'Ana do Livramento na fronteira entre Brasil e Uruguai?.

Sendo que, para isto foi estabelecido como objetivo geral: Compreender a binacionalização e a gestão universitária do ensino no Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul Campus Sant'Ana do Livramento na fronteira entre Brasil e Uruguai. Bem como, os seguintes objetivos específicos: Entender a importância do Instituto Federal Sul-rio-grandense para Santana do Livramento/RS; propor uma base de indicadores para a binacionalização do ensino, na fronteira Brasil e Uruguai; analisar a gestão universitária no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento, fronteira Brasil e Uruguai.

Neste sentido, foi realizado um estudo de caso de abordagem qualitativa e caráter exploratório. Os dados foram coletados, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas pelo GOOGLE Meet, a observação participante com diário de campo e análise documental. Com base nestas técnicas de coletas de dados foi possível compreender como está se configurando a binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento em parceria com as organizações uruguaias DGETP-UTU e UTEC. Além disso, foi realizada uma

adaptação dos indicadores da internacionalização do ensino para a binacionalização e desta forma analisar e identificar se o campus vem se desenvolvendo efetivamente como binacional.

A partir do exposto identificou-se que a binacionalização do ensino acontece no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento de forma orgânica, existe o reconhecimento de que o campus foi criado para ser binacional, tornando-se uma condição intrínseca a sua criação, manutenção e desenvolvimento. No entanto, apesar deste reconhecimento por parte dos servidores e comunidade interna especialmente do campus, há a necessidade de reafirmação de suas necessidades e desafios perante a comunidade geral e a rede IFSul. E principalmente frente ao MEC, SETEC e governo federal brasileiro e uruguaio, visto que os principais empecilhos e desafios destacados pelos entrevistados encontram-se nas legislações e burocracias impostas por cada país.

Ademais, a dinâmica das relações nessa região fronteira é marcada pelo “contrabando e descaminho”, um fator determinante para manutenção e sobrevivência da população fronteira. Por ser uma fronteira de livre circulação, unidas por avenidas, existe uma perspectiva de pensamento única, que se contrapõem as normas e regulações dos dois Estados. Neste contexto, este estudo evidenciou em seu título “O (des)caminho da binacionalização do ensino: a experiência do Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Sant'Ana do Livramento”. A saber, a implantação da binacionalização do ensino se deu por iniciativas de instituições de ensino e atores locais, sendo que primeiro ocorreu a sua implantação e posteriormente a busca por regulamentações baseadas nesta experiência. Por isso, o descaminho, um caminho único que é construído com a prática diária, primeiro vem a ação e depois a normatização necessária para a manutenção e ratificação deste sistema binacional de ensino. Isto é, a perspectiva do “contrabando e descaminho” não visa ser pejorativa, pelo contrário busca reconhecer as vivências de uma região única, que por questões de sobrevivência se contrapõem as normas nacionais.

Bem como, com este estudo observou-se que os desafios encontrados, perpassam as legislações de cada país, a organização sistêmica de cada organização IFSul, DGETP-UTU e UTEC, além das diferenças culturais. Salienta-se também que dentro da própria rede IFSul, o campus encontra dificuldades na binacionalização do ensino, muitas vezes pelo desconhecimento e pelo fato do IFSul ser gerido, para a maioria dos campus, sem levar em conta as especificidades deste campus binacional. Desta forma, como foi mencionado repetidamente pelos entrevistados, em todos os espaços é necessária a reafirmação e o

convencimento de que a binacionalização do ensino precisa de um olhar diferente, além de uma gestão universitária que reconheça essas peculiaridades para assim consolidar efetivamente esse campus binacional.

Em relação à visão dos estudantes sobre a binacionalização do ensino, identificou-se que estes reconhecem que a interiorização dos Institutos Federais e a implantação do IFSul Campus Sant'Ana do Livramento revolucionou a educação na região, promovendo uma educação por meio do ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a qualidade do ensino, os profissionais que atuam na organização, a infraestrutura bem como as oportunidades que se abriram, são motivos de reconhecimentos e de certa forma de orgulho em fazer parte desta proposta.

Outra dificuldade evidenciada foi a pandemia de COVID-19 e suas consequências, pois Brasil e Uruguai a enfrentaram de forma diferente, fazendo com que as organizações de ensino no Uruguai voltassem ao ensino presencial rapidamente, o que não aconteceu no Brasil. Assim, o Campus Sant'Ana do Livramento em vários momentos sofreu com as pressões da comunidade e principalmente das organizações parceiras DGETP-UTU e UTEC.

Cabe salientar que, as consequências da pandemia e das ações executadas pelas gestões governamentais e das organizações de ensino serão sentidas por algum tempo, como por exemplo, o calendário acadêmico que será normalizado a partir de 2023. Outro ponto a ser destacado é a evasão dos estudantes, a demora na retomada do ensino presencial fez com que muitos estudantes brasileiros e uruguaios abandonassem seus cursos.

Perante as evidências das entrevistas, da observação participante e análise documental, este estudo traz algumas proposições para a binacionalização do ensino e que podem servir como exemplo para outras experiências e também para próximos estudos.

Neste sentido, destaca-se a necessidade de uma conceituação da binacionalização do ensino para o IFSul Campus Sant'Ana do Livramento, DGETP-UTU e UTEC, esta conceituação possibilitará um reconhecimento desta experiência e a consolidará como exemplo de promoção da binacionalização do ensino. Ademais, salienta-se a importância de processos de avaliação, com esse estudo foi possível observar que são realizadas avaliações de maneira informal, porém não se identificou um instrumento elaborado teoricamente para a avaliação da binacionalização do ensino.

Cada vez mais tem-se evidenciado no ensino a relevância e a necessidade de instrumentos de avaliação tanto da gestão universitária, como da binacionalização. Esta

avaliação não deve ser apenas quantitativa, mas sim qualitativa levando em consideração a experiência de cada organização, por isso se mostra necessária a construção dos indicadores da binacionalização. Desta maneira, os processos de avaliação reconhecidos e formalizados poderão auxiliar na superação das dificuldades e também na projeção de novas ações e propostas. Ainda, poderão demonstrar e servir de exemplos para outras organizações que queiram implementar a binacionalização do ensino.

Para tanto, o IFSul Campus Sant'Ana do Livramento vem sendo referência para outras organizações de ensino em termos de binacionalização, e ter todas as suas ações formalizadas e avaliadas, bem como com uma conceituação expressas em documentos eleva o nível de reconhecimento e ainda auxilia outras ações e projetos.

Por conseguinte, a verticalização do ensino mostrou-se como um ponto controverso no campus e na rede como um todo. Por este motivo, observa-se a necessidade de discussão com a comunidade acadêmica avaliando os riscos frente aos benefícios que a verticalização trará, visto que verticalizar demonstrou-se uma necessidade tanto do IF como da DGETP-UTU e UTEC. Logo, evidenciou-se a importância da discussão com os servidores e estudantes do que é a binacionalização, do que vem sendo desenvolvido e as pretensões futuras, pois alguns entrevistados demonstraram desconhecimento. Por isso, as informações e discussões precisam ser ampliadas e fomentadas neste espaço educacional.

A saber, como limitações deste estudo destaca-se o período de pandemia de COVID-19, as limitações impostas pelo distanciamento social, sendo que todas as entrevistas se deram por chamadas de vídeo, o que trouxe dificuldades, mas também facilidades como não precisar de deslocamento para entrevistar os servidores da reitoria em Pelotas.

Logo, como diferencial e contribuição desta pesquisa, salienta-se o fato de não haver muitas referências sobre binacionalização do ensino, por isso a pesquisa precisou focar e buscar as pesquisas de internacionalização, para depois se delimitar na binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento que foi o caso estudado. Em vista disto, demonstra-se a necessidade de pesquisas futuras sobre a binacionalização do ensino para ampliar o seu referencial teórico.

Além disso, como resultado deste estudo, ressalta-se a construção de uma base de indicadores para a binacionalização do ensino que são:

1. Pressupostos próprio dedicado a atividades binacionais;

2. Projetos de Pesquisas binacionais;
3. Projetos de extensão binacionais;
4. Acordos e parcerias binacionais;
5. Participação e eventos binacionais;
6. Normativas e regulamentos relacionados a binacionalização;
7. Planejamento estratégico institucional contendo objetivos e ações para a binacionalização;
8. Percentual de vagas e processo de seleção para estudantes de outra nacionalidade;
9. Departamento/coordenadorias responsáveis por convênios e operacionalização da binacionalização do ensino;
10. Políticas e ações de assistência Estudantil binacionais;
11. Diplomação binacional ou acordos binacionais para revalidação do diploma;
12. Definição da binacionalização do ensino.

Por conseguinte, ainda como resultado e a fim de contribuir com a construção desta que pode ser considerada uma nova categoria emergente da internacionalização do ensino, e por ter sido identificado que há poucas definições, este estudo propõe uma conceituação, que poderá ser modificada e ampliada com novas pesquisas sobre a temática. Neste sentido, esta estudo parte da concepção de que a binacionalização do ensino é: O desenvolvimento de um sistema de ensino, reconhecido pelos países envolvidos e promovido por instituições de educação em regiões de fronteiras ou cidades gêmeas fronteiriças, fomentando a interculturalidade, a integração social, educacional a partir de políticas e legislações comuns.

Em suma, conclui-se que o IFSul Campus Sant'Ana do Livramento promove a binacionalização do ensino, bem como verifica-se os esforços organizacionais, por meio da gestão universitária, para transpor os desafios do dia a dia de um campus binacional. Assim como, reconhece-se a necessidade de aperfeiçoamento, avaliação, a necessidade de promoção de espaços de discussões da binacionalização, porém é uma iniciativa que está em construção. O primeiro passo foi dado e muito se tem a conquistar para fazer com que a binacionalização do ensino se propague para outros espaços, se consolidando como uma nova categoria teórica.

REFERÊNCIAS

ANEP UTU. **Dirección General de Educación Técnico Profesional**. Disponível em: <<https://www.utu.edu.uy>>.

AMBROSINI, Tiago Felipe; SCOTT, Clarice Monteiro. O Acesso à Educação Profissional e Tecnológica: da meritocracia à democratização. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 16, p. 1-27, 2019.

BALDRIDGE, Joseph Victor. **Power and conflict in the University: theory and research in the sociology of complex organizations**. Yale University. 1969.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernandez. Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. **Educação: Teoria e Prática** – Vol. 22, n. 39, jan/abr, 2012.

BRASIL. **Decreto Nº 76, 1975**. Aprova o texto do acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República Oriental do Uruguai, assinado em Rivera, a 12 de junho de 1975.

_____. **Constituição Federal de 1988**.

_____. **Lei Nº 9.394, 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Lei Nº 11.741, 1998**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

_____. **Lei Nº 10.973, 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

_____. **Decreto Nº 6.096, 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

_____. **Lei Nº. 11.892, 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. **Lei 11.741, 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

_____. **Decreto Nº 7.234, 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

_____. **Lei Nº 12.189, 2010.** Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA e dá outras providências.

_____. **Lei Nº. 12.711, 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

CAMPELLO, Ana Margarida. Dualidade educacional. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio Cesar França. **Dicionário da educação profissional em saúde**. n 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, p. 136-14, 2008.

BRIASCO, Irma; BOTTINELLI, Leandro; MONTES, Nancy. **La oferta de educación terciaria tecnológica.** Caracterización delos modelos de gestión institucional desde la perspectiva de los estudios comparados. (Informe Final de Estudios Sectoriales). NEIES. SEM. Buenos Aires. Argentina. ISBN: 978-987-88-5012-2, 2022.

CAMPOS, Ivete Maria Barbosa Madeira; CARVALHO, Cristina Helena Almeida. **Análise do REUNI como política pública de financiamento da expansão da educação superior**, p. 1-13, 2014.

CASTRO, Alda Araújo; NETO, Antônio Cabral. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, p. 69-96, 2012.

CAVALCANT, José Costa. A Itaipu binacional: um exemplo de cooperação internacional na América Latina. **Revista Administração Pública**, p.19-68, 1976.

CERQUEIRA, Sebastião Ailton da Rosa. **Estudo da função extensionista e assistencial do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina na percepção da atual direção.** Florianópolis: UFSC, 1996. Dissertação (mestrado) - Apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico.

CHAUÍ, Marilena. **Em defesa da educação pública, gratuita e democrática.** 1. ed. -Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Disponível em: < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>> Acesso em: 09 jun. 2022.

DIAS, Felipe José. **Indicadores para acompanhamento da internacionalização da educação superior.** Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Administração Universitária, 2019.

DIAS SOBRINHO, José. A Avaliação Institucional na Universidade Estadual de Campinas: Considerações Teóricas e Processo. **Educación Superior y Sociedad**, v.5 n. 1 y 2, p. 31-49, 1994a.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de Sentidos com valor de formação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar, 2008b.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Institucional Notas para pensar o PAIUNG e o SINAES. **CONTEXTO & EDUCAÇÃO**. Editora Unijuí, ano 24, n. 81, p. 133-144, jan./jun, 2009c.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out/dez, 2010d.

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha**: escalas geográficas e representações textuais. Tese de doutoramento submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Doutor em Geografia, 2009.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A autonomia universitária**: o princípio constitucional e suas Implicações. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo, 1989a.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Uma política para o ensino superior brasileiro**: diagnóstico e proposta. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo, 1998b.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A universidade e o ensino**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo, 2002c.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A autonomia universitária**: extensão e limites. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo, 2005d.

ETIZINONI, Amitai. **Organizações Complexas**: estudo em face dos problemas sociais. 1.ed. Editora Atlas S.A , São Paulo, 1967.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A; SGUISSARDI, Valdemar. Quantidade/qualidade e educação superior. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 61-88, jan./abr, 2012

FAUBAI. **Associação Brasileira de Educação Internacional**.2021. Disponível em: <https://faubai.org.br/>. Acesso em: 24 mai. 2022.

FERRARI, Mari. A internacionalização dos Institutos federais: um estudo sobre o acordo Brasil – Canadá. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 1003-1019, out/dez, 2015.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa. Gestão Democrática e Autonomia Universitária: Educação Superior no Brasil e o Mercosul. In: SGUISSARDI, Waldemar. **Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária em Questão**, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 7.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

GLITZ, Frederico Eduardo Zenedin. A nacionalidade e a binacionalidade da sociedade empresarial no direito Brasileiro. MOURA, Aline Beltrame de (org.). **O direito internacional privado europeu: entre a harmonização e a fragmentação**. Florianópolis: Ematis, p. 323-350, 2019.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre a iniciação a pesquisa científica**. 3.ed. Campinas: Editora Alínea, 2003

HAIR.JR, Joseph F.; BARRY BADIN, MONEY, Arthur. H; PHILLIP, Samouel. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HERRERA-MÁRQUEZ, John Jairo; SALAS-NAVARRO, Leidy Carolin; DOMÍNGUEZ-MORÉ, Gina Paola; TORRES-SAUMETH, Katherine María. Parques científicos-tecnológicos y modelo triple-hélice. Situación del Caribe colombiano. En: **Entramado**. v. 11, n. 2, p. 112-130, jul/dic, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 24 mai. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, 2020.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Página Inicial. Nossos Campus e Polos**. Disponível em: < <http://www.ifsul.edu.br/mapa>> Acesso em: 24 mai. 2022.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Página inicial > últimas notícias > câmpus ou campus/campi? Qual vocábulo usar?** Disponível em: <<http://ifsul.edu.br/ultimas-noticias/476-campus-ou-campus-campi-qual-vocabulousar#:~:text=Campus%20%C3%A9%20um%20nome%20masculino,uma%20universidade%20ou%20outra%20escola>> Acesso em: 20 jul.2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP. Disponível em: < <https://suap.ifsul.edu.br/accounts/login/?next=/>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

KERR, Clark. **Os Usos da Universidade**. Tradução de Débora Cândida Dias Soares, Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1982.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios**. 2. ed.; e-book. São Leopoldo: Oikos, 2020.

KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. Strategies for internationalization of Higher Education: Historical and Conceptual Perspectives. In: _____. **Strategies for internationalization of higher education: a comparative study of Australia, Canada, Europa and the United States of**

America. Amsterdam: European Association for International Education (EAIE) in cooperation with the Programme on Institutional Management in Higher Education (IMHE) of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) and the Association of International Education Administrators, 2007.

LEGNANI, Andréa Marcia; SOUZA, Silvana Aparecida de. Educação técnica e integração: a política de criação dos Institutos Federais de Fronteiras. *Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad/Latin American Journal of Studies in Culture and Society*, v. 05, ed. especial, p.1-16, 2019.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2º.ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. atualização da edição João Bosco Medeiros - 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2021.

MASCHIO, Marcelina Teruko Fujii. CONVERSAS APÓS UMA DÉCADA DA IMPLANTAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 17, p. 79 - 98, 2019.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; BASTOS, Robson dos santos. Políticas de internacionalização da Educação Superior: o contexto brasileiro. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 333-342, set/dez, 2017.

MAXIMO, Rérisson. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não metropolitanas no Ceará. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2020.

MEYER, Victor Junior. A prática da administração universitária: contribuições para a teoria. **Univ. Debate**, p. 12-26, jan/dez, 2014.

MEYER, Victor Junior; LOPES, Maria Cecília Barbosa. Administrando o imensurável: uma crítica as organizações acadêmicas. **Cad.EBAPE.BR**, v. 13, n. 1, Rio de Janeiro, p. 40-51, jan/mar, 2015.

MINAYIO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

Ministério da Educação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório do Grupo de Trabalho Internacionalização: relatório e recomendações** – DAV, Brasília, 2019.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**; Belo Horizonte, v.27, n.1, p.93-112, 2011.

MOTA JR, Antonio Macêdo; CONCEIÇÃO, Sergio Henrique. Contribuições teórico-metodológicas sobre a gestão universitária no contexto do sistema de educação superior do

estado da Bahia. **Revista Práticas em Gestão Pública Universitária**, v. 5, n. 1, p. 54-81, jan/jun, 2021.

MUELLER, Cristiana Verônica. **O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação apresentada ao Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2013.

NASCIMENTO, Matheus Monteiro; CAVALCANTI, Cláudio José de Holanda; OSTERMANN, Fernanda. Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília**, v. 101, n. 257, p.120-145, 2020.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. Internacionalização da educação superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 22, n. 54, p. 144-175, maio/ago, 2020.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos políticos-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015a.

PACHECO, Eliezer. DESVENDANDO OS INSTITUTOS FEDERAIS: IDENTIDADE E OBJETIVOS. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020b.

PAIVA; Alysson Ribeiro; CAMPOS, Marilene de Souza. Modelos de Gestão Universitária: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, p.113-125, jul/dez, 2018.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; CRUZ, José Luis Vianna da. Os institutos federais e o desenvolvimento regional: interface possível. **HOLOS**, ano 35, v. 4, p. 1-18, 2019.

PERROTA, Daniela; SHARPE, Andrés Santos. Política exterior y procesos de internacionalización del sistema científico y universitario: Argentina y Brasil (2003-2019). **Sociologias**, Porto Alegre, ano 22, n. 54, p. 88-119, mai/ago, 2020.

PROLO, Igor; LIMA, Manolita Correia; MONIZ, Gonçalo Canto. UNILA: A universidade como vetor de integração regional. **Educ. Soc., Campinas**, v.40, p.1-18, 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. CONCEPÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO. Versão ampliada do texto “Concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. In: ARAÚJO, Ronaldo; TEODORO, Elinilze. (Org.). **Ensino Médio Integrado no Pará como Política Pública**. Belém: SEDUC-PA, 2008.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA SETEC/MEC. Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: <
<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 de mai. de 2022.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha A natureza da gestão universitária: influência de aspectos político-institucionais, econômicos e culturais. **Rev. Inter. Educ. Sup.**, v.3, n.2 p.357-278 mai/ago, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

RISTOFF, Dilvo. A tríplice crise da universidade brasileira. **Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior**, 1999.

RODRIGUES, Aline Lima. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Revista Produção Acadêmica** :Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/nurba, n. 2, p. 139-157, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Eduardo. Internacionalização da educação superior nos marcos da Integração regional da América Latina – o caso da Universidade Federal da Integração Latino Americana. **EccoS Revista Científica**: Universidade Nove de Julho, São Paulo, n. 42, p. 57-84, ene/abr, 2017.

SANTOS, Gabriella Quevedo dos. **Internacionalização abrangente em programas de pós-graduação de excelência internacional: uma análise sobre as políticas e práticas docentes**. Florianópolis: UFSC. Dissertação - Apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, 2020.

SEBASTIÁN, Jesús. **Dimensiones y métrica de la internacionalización de las universidades**. **Universidades**, n. 51, p. 3-16, 2011.

SCHLEMPER JR., Bruno Rodolfo. Universidade e sociedade. **Desafios da Administração Universitária**. Seminário Internacional de Administração Universitária. Florianópolis; UFSC, 1989.

SCHLICKMANN, Raphael. **Administração universitária: desvendando o campo científico no Brasil**. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Administração, 2013.

SCIELO. Scientific Electronic Library Online. Disponível em: < <https://www.scielo.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

SCOPUS. Disponível em: <https://www.scopus.com/home.uri>. Acesso em: 09 jun. 2022.

SETEC/MEC. **Levantamento Das Ações De Internacionalização Da Rede Federal De Educação Profissional E Tecnológica E Resultados Do GT De Políticas De Internacionalização**, 2018.

SEVERINO, Antônio. Joaquim. **Teoria e Prática Científica**. Metodologia do trabalho científico, v. 23, n.1, p. 99-126, 2007.

SOUZA, Mariana Jantsch de Souza. **Fronteiras Simbólicas** – Espaço de Hibridismo Cultural, uma leitura de dois irmãos, de Milton Hatoum. Eletrônica, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 475-489, 2014.

SPELL - Scientific Periodicals Electronic Library. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

STALLIVIERI, Luciane. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. **Assessora de Relações Interinstitucionais e Internacionais da Universidade de Caxias do Sul**. Artigo. Caxias do Sul/RS: UCS, 2002a.

STALLIVIERI, Luciane. Compreendendo a internacionalização da educação superior. **Revista de Educação do Cogeime**, n. 50, p.15-36, jan/jun, 2017b.

STALLIVIERI, Luciane; SCHMITZ, João Clóvis; RITTER, José Alvicio; BORDIN, Tamara Maria. A internacionalização da rede federal de Educação tecnológica: uma abordagem sobre a Estrutura administrativa. **Revista Práticas em Gestão Pública Universitária**, ano 3, v. 3, n. 1, p. 58-74, jan/jun, 2019.

STRUCKES, Cristiane Dutra; BAUMGRATZ, Deise; ALMEIDA, Felipe Cordeiro de; HONORIO, Karen dos Santos; YATIM, Leila. Desafios da UNILA em seu Projeto de Internacionalização e no Processo de Integração Regional: reflexões sobre o Processo Seletivo Internacional (PSI). In: LIMA, Manolita Correia; ASSUMPÇÃO, Solange Rodrigues Bonomo; PROLO, Ivo; VIEIRA, Rosilene Carla (org). **Narrando experiências formativas que valorizam pessoas, culturas e projetos no ambiente universitário: o caso da UNILA**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, p.63-85, 2020.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. A avaliação institucional e a redefinição das estruturas e modelos de gestão das instituições de ensino superior do país. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, v.9, n.3, p.11-30, 2004.

TRINDADE, Helgio. O discurso da crise e a reforma universitária necessária da universidade brasileira. **Las universidades en América Latina: ¿reformadas o alteradas?** La cosmética del poder financeiro. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003.

URUGUAY. **Acuerdo de Cooperación Educativa, Técnica y Tecnológica**, 2015.

UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA – UTEC. Disponível em: < <https://utec.edu.uy/pt/>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

VIEIRA-DUARTE, Patricia. Nuevos formatos de convergencias de la educación superior: Investigación en ciudades binacionales del cono sur de América Latina. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, v.4 n.2 p.401-424, may/ago, 2018.

VIEIRA-DUARTE, Patrícia; CHIANCONE, Adriana; LARRECHEA, Enrique Martinez. Internacionalización de la Educación Superior y movilidad académica en la universidad pública uruguaya. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 25, n. 53, p. 159-183, jan/abr, 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradu. Daniel Grassi – 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

As questões do roteiro de entrevista foram criadas a partir do referencial teórico, com o intuito de responder os objetivos desse estudo.

Quadro 13 - Instrumento de coleta de dados aplicados aos servidores do Campus e reitoria

Objetivos	Questões
Entender a importância do Instituto Federal Sul-rio-grandense para Santana do Livramento/RS.	<ol style="list-style-type: none"> 1. É servidor/a do campus ou reitoria? Há quanto tempo? 2. Há quanto tempo exerce função de gestão no IFSul campus Sant'Ana do Livramento ou Reitoria? 3. Na sua visão qual a importância dos Institutos Federais?
Propor uma base de indicadores para a binacionalização do ensino, na fronteira Brasil e Uruguai;	<ol style="list-style-type: none"> 1. O que entende por internacionalização e binacionalização do ensino? 2. Como se dá o processo de binacionalização do ensino no IFSul campus Sant'Ana do Livramento? 3. O IFSul possui algum documento com a definição de binacionalização? Atualmente quais são os acordos de cooperação vigente para a binacionalização do Ensino? Especifique-os; 4. Como é realizada a divulgação dos dados das ações binacionais para a comunidade externa e interna? 5. O IFSul campus Sant'Ana do Livramento, possui componentes curriculares em outro idioma? Qual? 6. O IFSul campus Sant'Ana do Livramento possui orçamento específico para ações de binacionalização? 7. Existem perspectivas de verticalizações de ensino em nível de especialização, mestrado ou doutorado binacionais?
Analisar a gestão universitária no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento, fronteira Brasil e Uruguai.	<ol style="list-style-type: none"> 1. O que diferencia a gestão de um campus binacional de Ensino de outros campus do IFSul? Quais as maiores dificuldades na gestão da binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento, de acordo com sua experiência? 2. Encontra dificuldades para a binacionalização do Ensino nos processos decisórios do IFSul? (Ex: Câmaras, Codir, CONSUP) 3. Há articulação das ações de binacionalização do Ensino com o PDI (Plano de desenvolvimento institucional do IFSul)? 4. Possuem projetos de extensão binacionais? E congregam professores estrangeiros? Possuem projetos de pesquisas binacionais? E congregam professores estrangeiros? possuem grupos de pesquisa com brasileiros e uruguayos? 5. Realizam processos de avaliação da gestão da binacionalização do Ensino? 6. Na sua opinião o que faz a binacionalização do Ensino permanecer acontecendo no IFSul campus Sant'Ana do Livramento? 7. Quais são os próximos projetos e ações para a binacionalização do Ensino no IFSul campus Sant'Ana do Livramento? 8. Como foi a gestão universitária binacional durante a pandemia de covid-19? Quais as dificuldades encontradas?

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

O quadro 14 apresenta o instrumento de coleta de dados aplicado aos estudantes.

Quadro 14 – Instrumento de coleta de dados aplicado aos estudantes

Objetivos	Questões
Entender a importância do Instituto Federal Sul-rio-grandense para Santana do Livramento/RS;	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em qual ano ingressou no IFSul campus Sant'Ana do Livramento e em qual ano concluiu o curso? 2. Qual sua idade? 3. Na sua visão qual a importância dos Institutos Federais? 4. O que entende por internacionalização e binacionalização do ensino? 5. Nas aulas ou atividades no campus falaram como se dá a binacionalização do ensino no IFSul campus Sant'Ana do Livramento? 8. Teve dificuldades com o diploma binacional? Na sua emissão e aceitação? Conhece alguém que teve dificuldades com o diploma
Propor uma base de indicadores para a binacionalização do ensino, na fronteira Brasil e Uruguai;	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conheceu algum documento com a definição de binacionalização? Qual? O IFSul campus Sant'Ana do Livramento possui normativas e/ou regulamentos aprovados em Conselho Superior para ações de binacionalização? 2. Como é realizada a divulgação dos dados das ações binacionais para a comunidade externa e interna? 3. O IFSul campus Sant'Ana do Livramento, possui componentes curriculares em outro idioma?Qual? 4. Tem conhecimento dos projetos de extensão e pesquisa binacionais? E congregam professores estrangeiros?Possuem projetos de pesquisas binacionais? E congregam professores estrangeiros? 5. Se fossem oferecidos cursos de verticalizações de ensino em nível de especialização, mestrado ou doutorado binacionais? Teria interesse em fazer?
Analisar a gestão universitária no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento, fronteira Brasil e Uruguai.	<ol style="list-style-type: none"> 1.O que diferencia a gestão de um campus binacional de outros campus do IFSul? Quais as maiores dificuldades na gestão da binacionalização do ensino no IFSul Campus Sant'Ana do Livramento, de acordo com sua experiência? 2. Na sua opinião o que faz a binacionalização do Ensino permanecer acontecendo no IFSul campus Sant'Ana do Livramento? 3. O que poderia ser melhorado na gestão do campus?

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento de Participação em Pesquisa**TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA**

Eu, _____, RG _____, sou convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **O (des)caminho da binacionalização do ensino: a experiência do Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Sant'Ana do Livramento**, realizada pela mestranda Graciele Melo Dorneles e orientada pelo prof. Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão. Esta pesquisa é requisito para obtenção do título de Mestre em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

A minha participação no referido estudo será no sentido de conceder entrevista(s) à pesquisadora. As entrevistas serão realizadas pelo google meet ou presencialmente de acordo com a preferência do entrevistado, com horários pré agendados.

Estou ciente de que minha privacidade e a confidencialidade das informações sigilosas serão respeitadas, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado(a) de que posso me recusar a participar da pesquisa a qualquer tempo, ou retirar meu consentimento sem necessidade de justificativa, não sofrendo qualquer prejuízo.

Declaro que fui orientado(a) quanto ao conteúdo deste termo e também do teor da pesquisa, compreendendo sua natureza e objetivo. Assim, manifesto meu livre consentimento em participar da entrevista, bem como com a gravação da mesma, para posterior análise dos dados, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Sant'Ana do Livramento, ____, _____ de 2022.

Assinatura pesquisado(a)

Graciele Melo Dorneles (pesquisadora)